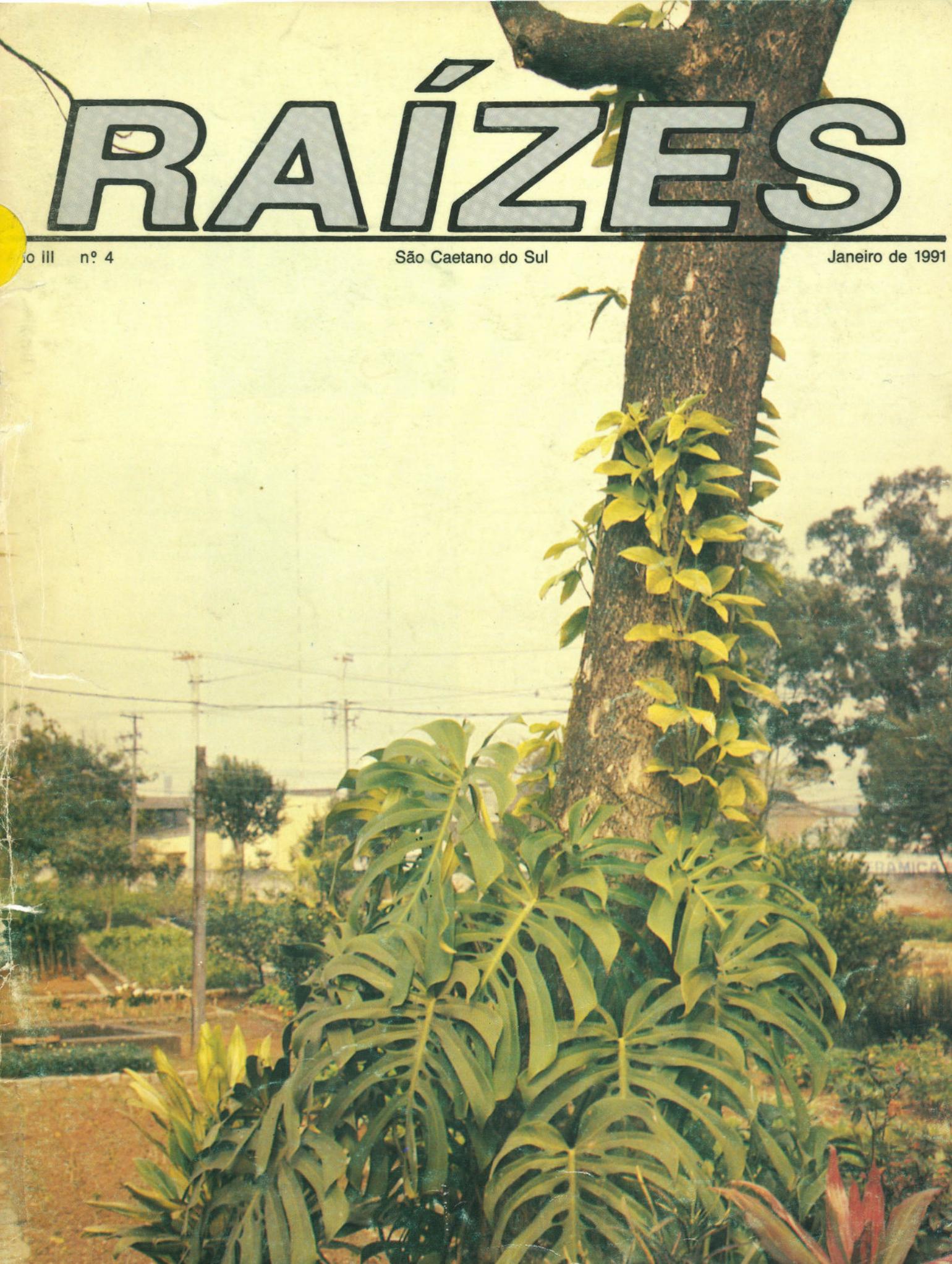


RAÍZES

o III nº 4

São Caetano do Sul

Janeiro de 1991



Da capitania de São Vicente ao Município de São Caetano do Sul, uma palpitante aventura

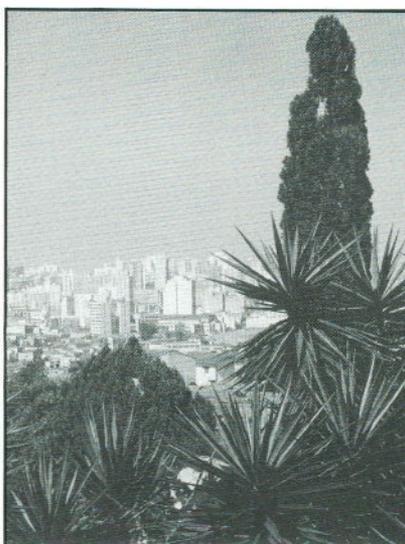
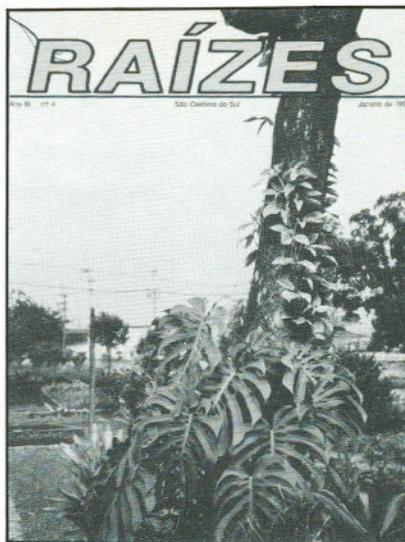
A firma Gabriel Soares de Souza em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*:

“(...) a vila de São Vicente, (...) é a cabeça desta capitania. Pelo sertão desta capitania nove léguas está a vila de São Paulo, onde geralmente se diz o campo, na qual vila está um mosteiro dos padres da companhia, e de redor dela quatro ou cinco léguas estão quatro aldeias de índios forros cristãos, que os padres doutrinam: e servem-se desta vila para o mar pelo esteiro do Ramalho” Souza, Gabriel Soares de — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Quarta ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional: Editora da USP. (1971), p. III).

Se no século XVI o esteiro do Ramalho já era digno de figurar na volumosa e rica obra de Gabriel Soares de Souza — de resto, português, senhor-de-engenho e vereador na Câmara da Bahia —, cuja finalidade era informar à Metrópole sobre as perspectivas que a Colônia oferecia, razão, por certo, havia para tanto. Não que se tratasse de premonição do escritor e senhor-de-engenho luso. Era, apenas, o registro, no nascedouro, de uma longa aventura — palpitante, cheia de percalços, infortúnios e até sucessos — que se iniciava na Capitania de São Vicente e chega até nós.

Neste País, grande e grandioso, em que a História tem sido relegada, tantas vezes, a um plano secundário, compete resgatar o passado longínquo e recente. Em seu quarto número, *Raízes* procura refazer esse caminho, focalizando São Caetano do Sul e, por extensão, o ABC paulista, a borda do campo dos tempos de Ramalho. Afinal, nem mesmo o passado remoto deixa de estar presente no ruído das máquinas e automóveis, nas luzes de neon, no asfalto acinzentado e nos arranha-céus, nas fábricas e escolas. Um passado que fertilizou o futuro; um passado gerado por aqueles que “(...) entre gente remota edificaram / Novo Reino, que tanto sublimaram”.

O Editor



Capa: Detalhe do Viveiro de Plantas da Prefeitura de São Caetano do Sul, na Rua Justino Paixão

Contracapa: Panorama geral de São Caetano do Sul

RAÍZES

Publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul

Ano III Número 4
Avenida Goiás, 600, 3º andar (CEP 09520)
Telefone: (011) 441-1634; Telex 114-4938

Editor/Jornalista Responsável
Aleksandar JOVANOVIĆ
(MTb 13.165; Sjsesp 7.290)

Conselho Editorial
Aleksandar Jovanovic, Claudinei Ruffini, Henry Veronesi, Oscar Garbelotto, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenício Petrolli

Fotos

Luciano Vicioni (capa e contracapa); reproduções de José Honório de Castro e Gilson C. dos Santos.

A revista *Raízes* está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação da revista não são devolvidos, exceção feita a fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMPOSIÇÃO, FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291-3344
Vendas, ramais: 257 e 325
Telex: 011-34557 — DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.066.047/0001-84

ÍNDICE

Coronel Saladino, prefeito Ademir MÉDICI	4
Armando de Arruda Pereira Sônia Maria Franco XAVIER	13
O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de S. Caetano José de Souza MARTINS	18
História de vida e História vivida (a casa, a rua, a fábrica) Henry VERONESI	24
Memória fotográfica	33
Era uma vez... (crônica de uma época) Jayme da Costa PATRÃO	38
Bravas, mulheres Esperança Martorelli CAIRO e Claudinei RUFINI	43
A Literatura no ABC (Da contemplação à resistência) Dalila Teles VERAS	44
Águas da História, história das águas Antonio de ANDRADE	48
Os campos de futebol de São Caetano Esporte Clube Oscar GARBELOTTO	51
Reconstrução do passado Mário DAL'MAS	56
Clubes recreativos Gisberto GRIGOLETTO	58
Os hinos de São Caetano do Sul D. Glenir SANTARNECCHI	61
Homenagem O imigrante José Ferrari Verino Segundo FERRARI	63
Opinião Grupo Escolar Senador Fláquer (1926-1930) Jordano P. S. VINCENZI	65
Reportagem Laços renovados na Itália	66



Vamos para o final do nossos dois primeiros anos de gerenciamento de São Caetano do Sul, e a quarta edição de *Raízes* tem andamento normal. Interesse maior de nossa sociedade cultural. A circulação é sinônimo de aceitação, porque a História se faz tanto pelos que executam as lutas como pelos que as escrevem.

No número anterior pedíamos que Saladino viesse para nossas páginas. Aí está. E é importante que faça acervo histórico, porquanto integrou o sistema administrativo da área menor, que foi parte da fração desta região.

"A História é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida e a anunciadora da antiguidade", segundo a concepção de Cícero. Dentro desses conceitos, *Raízes* faz uma incursão, em seu quarto número, e nos traz à memória as antigas igrejas e capelas, os hinos de São Caetano, e até uma reconstrução em versos de fatos históricos. As mulheres de hoje são o sustentáculo de nosso sistema sócio-político e econômico, pela participação diretamente da vida da cidade. E as mulheres de antigamente? Estamos a reviver em fundamento do artigo as mulheres de antanho, o que reforçará a afirmação primeira.

O meio ambiente é hoje séria preocupação de todos nós, e alguma responsabilidade nos cabe, como administradores. Pois bem, retomamos atas de Santo André, do tempo de João Ramalho, para autenticarmos a preocupação já reinante sobre o assunto. Da mesma forma, estendemo-nos um pouco além, e a Literatura no ABC é palco de análise histórica, porque estamos diretamente presos a esse segmento cultural.

Enfim, entre outras atividades do espírito, a mais útil de todas é a História, a memória dos feitos realizados. Vamos além, trazendo imagens dos campos de futebol, dos clubes esportivos e, mais uma vez, dos Veronesi, o Henry, traz considerações gerais, sobre fatos extravagantes.

Pois é precisamente assim que se escreve a História. Com participação integral de quem acompanhou parte de décadas passadas e pode transmitir a gerações futuras os originais e as cópias.

Sucesso

Luiz Olinto Tortorello
Prefeito

São Caetano do Sul, Janeiro de 1991.

Coronel Saladino, prefeito

Ademir MÉDICI (*)

Saladino Cardoso Franco era coronel da Guarda Nacional. E foi prefeito do velho Município de São Bernardo entre 1914 e 1930. Nem se sonhava com o termo ABC. Por inspiração de Taunay, começava a propagar-se a divisa *Paulistarum terra mater*. Mas o coronel — o primeiro político da região a ofuscar o poderio dos Fláquers — moveu pedras importantes para virar o jogo e transformar o rural desta região em urbano.

No governo de Saladino, o antigo Núcleo Colonial de São Caetano, transformado em bairro, foi promovido a distrito, em 1916. Mais para frente, em 1928, o Distrito de São Caetano tentou pela primeira vez a autonomia, sem êxito. A cidade crescia e reivindicava obras básicas mínimas. Não as conseguia. E, quando tentou caminhar com pernas próprias, foi impedida pelo coronel.

Ao seu tempo, Saladino Franco foi poder. Caiu com a Velha República mas, peito erguido, discreto, manteve coerência política nas disputas internas frente aos Fláquers.

Um dia, em 1916, na velha agência da Prefeitura, em Santo André, Saladino inaugurou o retrato do senador Fláquer. Noutra parede permaneceu o seu próprio retrato. Do quadro de Fláquer não se tem mais notícia. O quadro do coronel foi encontrado, recentemente, pelo museólogo Wilson Stanziani, num canto qualquer da garagem municipal de Santo André. Hoje está no museu local.

Num País que só agora acorda para a importância do resgate da memória, a história dos poderosos também fenece.

1. O aristocrata

O barbeiro Manoel Fernandes Martins, chamado de *seo* Rubens, tinha até uma valise através da qual atendia, a domicílio, fregueses mais bem situados economicamente, entre os quais os franceses da Rhodia, a mais importante indústria de Santo André naqueles anos 30.

Mas um de seus clientes mais destacados, o poderoso coronel Saladino Cardoso Franco, não era desses luxos. Ele morava perto da barbearia do saxofonista Augusto Cantamessa. E caminhava com prazer até o salão sempre que precisava de um barbeiro.

Quando chegou a Santo André, em 1935, vindo de São Simão, Interior do Estado, *seo* Rubens, o barbeiro do coronel, já encontrou um Saladino fora do cargo de prefeito.

O coronel era um homem sossegado, quieto. Chegava ao salão e não conversava muito. Até que um dia um advogado de São Caetano chegou ao salão e fez uma brincadeira com ele. O coronel não gostou. levantou, enérgico, e impôs autoridade:

“Eu não gosto destas brincadeiras. Isso me ofende muito. Eu fui prefeito de Santo André, e não admito que me fale uma coisa dessas”.

O historiador e médico andréense Octaviano Gaiarsa lembra bem de Saladino Cardoso Franco. Nunca o viu em mangas de camisa. Saladino estava sempre muito bem vestido, de paletó escuro e gravata. Um homem elegante, discreto, com todas as características dos paulistas quatrocentões. De resto, acentua Gaiarsa, uma norma de comportamento acompanhada por todos os Francos antigos, talvez com a exceção de um sobrinho do coronel, Nelson Cardoso Franco, este bem mais descontraído, jogador de futebol ao seu tempo, chargista, combatente de 1932,

e que chegou a ser político e vereador no antigo Município de São Bernardo, hoje ABC.

A casa de Saladino Cardoso Franco ficava na Rua Campos Sales, esquina com o largo da Catedral do Carmo. Uma casa térrea e com varanda, grande, demolida e substituída pelo edifício que abriga, na parte térrea, a agência do Banespa. Ao tempo de prefeito, Saladino era o primeiro a ser visitado pela Banda Lira de Santo André no Ano-Novo, como lembra outro andréense, Paschoalino Assumpção, coordenador do Gipem (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC).

No Ano-Novo, a Lira chegava na Campos Sales e tocava para o coronel, que saía à varanda de sua casa e dirigia-se, sempre bem vestido e elegante, até a calçada. Executados os números musicais, Saladino tirava de uma nota do bolso e pregava o dinheiro no estandarte da banda. Os músicos prosseguiram em direção às casas de outros figurões.

No final dos anos 20, Paschoalino trabalhava na *Folha do Povo*, semanário instalado na antiga sede da Prefeitura, num casarão da Bernardino de Campos, esquina com a Antonio Queiróz dos Santos, que ainda existe, e é conhecido como Nosso Bar. O jornal era dirigido por Nicolau Antonio Arnoni, diretor administrativo da Prefeitura. Um jornal, portanto, sempre simpático ao coronel Saladino. Como funcionário da redação, Paschoalino ia sempre à Prefeitura já instalada em sobrado que

Acervo SDHL de São Bernardo do Campo



O I Grupo Escolar de Santo André, à Rua Senador Fláquer, em 1915. Meninos da frente, agachados, da esquerda para à direita: (?), Américo Pezzolo, Gardesani, Adolfo Zamboni, (?), (?). Segunda fila: (?), Octávio Guazzeli ou Júlio Amálio Guazzeli, Secundino Domingues, professor José Cardoso Franco, senador José Luiz Fláquer (o dr. Fláquer), professor Licínio Cardoso, prefeito Saladino Cardoso Franco, Paschoal Gaeta e Cataruzzi, Terceira fila: Mário Magini, (?), (?), (?), (?), (?), (?). O professor, atrás do senador Fláquer, em pé, é Lindolfo de Carvalho. O primeiro, em pé, à esquerda, é Salvador Degni. Ao fundo, em pé, à direita, é Salvador Degni. Ao fundo, em pé, à esquerda, próximo à porta, é a professora Joceli (doação de Laura Albertina Pasin Campi).



Acervo SDHL de São Bernardo do Campo

Saladino Cardoso Franco: foto oficial, sem data

também resiste no início da Rua Coronel Oliveira Lima, também esquina com a Queiróz dos Santos.

— Indo à Prefeitura tantas vezes, eu sempre via o coronel. Era simpático, conversava com as pessoas. Mas sua figura impunha respeito. Lembrava Washington Luiz. Era um quatrocentão.

Os depoimentos batem com as fotografias em que aparece o coronel. A foto oficial de gola bem engomada poderia ter sido feita em qualquer ocasião, porque Saladino estava, de fato, sempre muito bem vestido e penteado, fisionomia serena, bigodes aparados. O colete era uma peça que não podia faltar no seu figurino, tanto nos tempos de prefeito, anos 10 e 20, como nos encontros dos anos 40, ao tempo do Estado Novo, quando o prefeito-interventor José de Carvalho Sobrinho conseguia reunir, em Santo André, militares, políticos e empresários em grandes banquetes.

As fotos de encontros especiais mostram Saladino Cardoso Franco sempre com um lençinho branco no bolsinho do paletó. O prefeito não se furtava a posar com escolares e professores no I Grupo, da Senador Fláquer, onde está presentemente o Museu de Santo André. E há uma foto particularmente interessante, que registra a bancada de vereadores eleitos em 1925. Sentados em torno de uma mesa aparecem Saladino Cardoso Franco, o médico Francisco Perrone, José Maria Figueiredo, Homero Thon e João Colombo. Na fisionomia de cada um, seriedade. Um cenário de corpo inteiro, com móveis escuros e flores discretas. E os personagens, engravatados, enviando para o futuro a imagem da Velha República, que em breve cairia.

Era o poder do ABC retratado. Dos tempos dos coronéis, do tempo da discrição, do tempo da data aristocrática.

2. A região

A região do ABC, ao tempo do coronel Saladino Cardoso Franco, prefeito, buscava a sua identificação; de resto, uma procura que continua até hoje. Nos anos 10, era clara a tendência pela industrialização, consubstanciada pela abertura de tantas novas fábricas nos anos 20. Mas o ABC dessa época também era rural.

A sede do Município de São Bernardo (sem o *do Campo* no nome) ficava na Vila de São Bernardo. Era na Vila que funcionava a Câmara

Municipal. Mas a vida administrativa e as principais decisões eram tomadas no Distrito de Santo André, na agência local da Prefeitura. Era ali que o coronel Saladino despachava.

Em 1925, a população de toda a região chegava a 25.215 habitantes. Seu setor agrícola tinha relativa importância, com 11.329 alqueires de lavoura, dos quais 5.410 em pastos e campos. Plantava-se feijão, milho, batatinha, verduras. Existiam 184 mil videiras, com produção de 900 hectolitros de vinho e três mil arrobas de uvas de mesa. A produção de frutas chegava a cinco milhões de quilos de pêra, caqui, laranja etc.

Na pecuária, a região mantinha, em 1925, seis fazendas de criação, com 1.457 animais de espécie bovina, 322 de equina, etc. Vacarias produziam leite para a região, Capital e Santos. No comércio, 207 estabelecimentos. E o centro industrial já ganhava importância, com 121 fábricas diversas, um capital de 24.887:893\$614, 4.310 HP de força motriz e 4.316 operários. Tecidos (com oito fábricas), móveis e cadeiras (11 fábricas) e produtos químicos (quatro) era o que mais se produzia (1).

O Município de São Bernardo, criado pela Lei nº 38, de 12 de março de 1889, pertencia à Comarca da Capital. Contava, em 1925, com os seguintes distritos de paz:

São Bernardo, criado por alvará de 21.10.1812;

Paranapiacaba, criado pela Lei nº 1.098, de 5.11.07;

Ribeirão Pires, criado pela Lei nº 401, de 22.6.1896;

Santo André, criado pela Lei nº 1.222 A, de 14.12.10;

São Caetano, criado pela Lei 1.512, de 4.12.16.

A criação do Distrito de São Caetano, no governo do prefeito Saladino, mostrava o grau de evolução do antigo Núcleo Colonial, criado em 1877 e povoado pelos imigrantes italianos.

São Caetano, em 1909, posicionava-se num obscuro sexto lugar entre os setores arrecadadores de impostos da região. Em 1920, exetando-se a sede (Vila de São Bernardo), São Caetano saltara para o segundo lugar entre os distritos que mais arrecadavam. Perdia apenas para o Distrito de Santo André (2).

Em 1920, em São Caetano, já eram 90 empresas, entre indústrias, estabelecimentos comerciais e profissionais liberais. A Matarazzo tinha várias unidades. Existiam também indústrias químicas outras, têxteis, metalúrgicas, de móveis, cerâmicas.

Dez anos antes, em 1910, eram 41 empresas, com bem menos destaques: a fábrica de sabão dos Pamplonas (que seria absorvida pelo grupo Matarazzo durante a década), a fábrica de pólvora de Attilio Pozzetti, a fábrica de formicida de Virgílio Rezende, muito mais criadores de vacas do que em 1920: 11, com 60 cabeças (3).

Nesta virada dos anos 10 para 20, portanto, com a evolução crescente do bairro de São Caetano, era mais do que necessário que se criasse o distrito. Fato atendido, em 1916, pelo coronel Saladino.

3. O político

Não se pode afirmar que Saladino Cardoso Franco descende de uma família tradicional de políticos. O pai de Saladino, Antonio Cardoso Leite



Acervo Museu de Santo André

Anos 20: festa em Santo André. À esquerda, com a cesta de flores, Maria Eugênia Borges Cardoso Franco, esposa de Saladino, que aparece ao centro

Franco, no ano do nascimento do filho — 1873 — era o terceiro suplente do subdelegado da Freguesia de São Bernardo, o tenente Francisco Antonio de Oliveira Salles (4).

Saladino Cardoso Franco, filho de Antonio e de Ana Josefina de Araujo Franco, nasceu na Fazenda Oratório, a 5 de fevereiro de 1873. A Fazenda Oratório era uma grande propriedade. Abrangia terras dos atuais Municípios de Santo André, parte considerável do atual Distrito de Utinga, Mauá e São Paulo, na Zona Leste. Antonio Cardoso Leite Franco, pai de Saladino, era um dos donos da Fazenda Oratório (5). E se Antonio Cardoso era um grande proprietário de terras, nem por isso se apresenta como político de tradição.

Na verdade, no ano de nascimento de Saladino, seu pai não era sequer eleito. Em 1873, a região possuía três eleitores apenas: João José de Oliveira, tenente Francisco Antonio de Oliveira Salles e capitão Joaquim Francisco de Jesus. E três suplentes: padre Tomaz Inocêncio Lustosa, José Antonio Mariano e Antonio Mariano Galvão (6).

O próprio Saladino Cardoso Franco demoraria a ingressar na política partidária como candidato. Seu primeiro cargo eletivo foi o de vereador, pelo Partido Republicano Paulista, em 1913. Saladino, então, tinha 40 anos de idade.

De qualquer modo, o nome de Saladino Cardoso Franco, político, começa a ser pronunciado em 1905. Neste ano, descontente com os rumos da política local, Saladino interpôs recurso na qualificação eleitoral do velho Município de São Bernardo (7). Vivia-se o chamado período do coronelismo.

Em tese, o regime inaugurado no Brasil com a proclamação da República era dos mais liberais. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 14 de fevereiro de 1891, tinha como inspiração a Constituição norte-americana, que surgia de uma verdadeira revolução democrática. Na prática, porém, tudo era diferente. O voto não era secreto; mulheres, analfabetos e menores de 21 anos não votavam; não existiam partidos políticos nacionais; havia um eleitorado fantasma, imenso, que garantia à elite a eleição de acordo com os seus interesses. O sistema de partido único, por muito tempo, vigorou em quase todos os Estados.

Na região, o Partido Republicano de São Bernardo tinha a chefia de José Luiz Fláquer, o famoso Dr. Fláquer. Era um tempo — final do Império e início da República — em que os chefes políticos regionais recebiam o título de major ou coronel ou capitão da Guarda Nacional. Constituíam todos um exército de reserva, mobilizado em casos de guerra ou desordem social.

Nessas ocasiões, cada setor local da Guarda Nacional devia obediência ao coronel de sua região. Este auxiliava sempre os poderosos do Estado e, em troca, recebia seus favores. Dominavam o *curral* eleitoral.

Em 1905, Saladino insurgia-se exatamente contra a forma de quali-

ficação eleitoral. A ponto de o intendente de então (nome com o qual era chamado o prefeito) contratar como advogado o dr. Gustavo Pacca. A missão do advogado era a seguir todo o processo aberto por Saladino até o Tribunal de Justiça. A Câmara aprovou o contrato e o advogado, para defender a causa, iria receber 300 mil-réis. Detalhe: era prefeito (ou intendente) o coronel Alfredo Luiz Fláquer, irmão do senador José Luiz Fláquer.

Pode-se dizer agora que, naquele 1905, esboçava-se o início de uma briga política que iria desenvolver-se por toda a Velha República na região. A famosa briga entre os Francos, Saladino à frente, e Fláquers, dos irmãos José e Alfredo. Afinal, Saladino Cardoso Franco ousava desafiar o modo de condução da política local pelos Fláquers, republicanos.

Era a elite quem disputava o poder e as brigas entre as oligarquias. Os próprios irmãos Fláquers, num determinado momento, também iriam tornar públicas suas divergências. Foi quando se criaram as expressões Fláquer de cima e Fláquer de baixo.

Fláquer de cima era o Alfredo. Este morava em chácara localizada na confluência da estrada para a Vila de São Bernardo, atual Fernando Prestes, com a Coronel Alfredo Fláquer, que se confunde com a avenida Perimetral. José Luiz Fláquer, o senador, morava mais embaixo, em relação ao centro de Santo André, nas imediações do atual Clube Primeiro de Maio.

Saladino Cardoso Franco elegeu-se vereador pela primeira vez no pleito de 30 de outubro de 1913. Sua qualificação era a de proprietário. Foi eleito direto no primeiro turno, com 173 votos, ao lado de Alfredo Luiz Fláquer, Augusto Gomes Pinto (industrial) e Antonio Joaquim de Lima (proprietário). As duas outras vagas para vereança foram preenchidas em segundo turno, vencido por Constantino Serafim, industrial em São Caetano, e Godofredo da Câmara Genofre, comerciante em Parana-piaca.

Na composição da Câmara, Saladino ficou como vice-prefeito. E Alfredo Luiz Fláquer foi reconduzido à condição de prefeito — à época cabia aos seis vereadores eleitos eleger, entre si, o prefeito e demais cargos do Legislativo. O mandato dos vereadores era de três anos.

Seria um triênio de crises aquele 1914-5-6. O prefeito Alfredo Luiz Fláquer interromperia o longo período à frente do Executivo, iniciado em 1902. Seu irmão, o senador Fláquer, assumiria a Câmara como vereador. E a região assistiria à chegada do coronel Saladino Cardoso Franco ao topo do poder, elegendo-se prefeito, cargo que ocuparia até o final da Velha República, em outubro de 1930.

A região vivia uma crise muito forte naquele início da década de 10. Em 1912, fábricas fecharam. As greves eram comuns. Em menos de três anos a principal fábrica de Santo André, a Companhia São Bernardo Fabril — Ipiranguinha —, precisou fechar. Chegou à falência. Os trabalhadores saíam às ruas. Vivia-se o anarco-sindicalismo.

Na área política, avolumavam-se críticas da imprensa contra o prefeito Alfredo Luiz Fláquer. As atas da Câmara Municipal chegam a citar duas destas críticas, proferidas pelo jornal *A Nação* e pelo *O Estado de S. Paulo*. As publicações lançavam dúvidas sobre a aplicação dos dinheiros públicos. A Câmara, num primeiro momento, ficou do lado do prefeito. Mas este não resistiu, e renunciou a 15 de julho de 1914 (8).

Nesse dia, o coronel Alfredo Fláquer compareceu à Câmara, e disse que renunciava em consequência das divergências existentes, “desde tempo”, com o chefe político local (9). O chefe político era nada mais nada menos do que o próprio irmão de Alfredo, o senador Fláquer. Diante da crise, Alfredo Fláquer não só deixou o cargo de prefeito como também renunciou à cadeira de vereador.

As cenas se sucederam. A 20 de julho de 1914, o coronel Saladino Cardoso Franco foi eleito prefeito. A 17 de agosto de 1914, a Câmara registrou a vitória do médico José Luiz Fláquer nas urnas, em eleição direta e suplementar, realizada a 1º de agosto. Com 411 votos, o velho senador Fláquer era eleito vereador, substituindo o próprio irmão no Legislativo. Sua posse foi a 24 de agosto.

Quem estuda as atas da Câmara, no triênio de 1914 a 1916, fica com a impressão de que não havia crise na cidade, e que tudo ia muito bem entre as duas forças políticas locais: Saladino Cardoso Franco e Senador Fláquer. Há a impressão de que os dois estão unidos e de que o ex-prefeito, coronel Fláquer, é relegado ao ostracismo.



Anos 10: solenidade na Agência da Prefeitura, distrito de Santo André, no sobrado da Rua Bernardino de Campos dos Queiroz dos Santos. Na foto interna, os retratos, na parede, são do coronel Saladino e do senador Fláquer. Estão nas fotos, entre outros, Nelson Cardoso Franco, Sílvio Cardoso Franco, José (empregado do dr. Perrone), o menino Francisco Cardoso Franco (que depois seria o seo Chico do Cartório), o coronel e esposa (Doação de Nelli Cardoso Franco).

Saladino, prefeito, chega a inaugurar retrato a óleo do senador Fláquer no salão da Prefeitura, agência de Santo André (10). Na mesma data — 1º de maio de 1916 — é apresentada indicação que designa rua Senador Fláquer a antiga rua do *Theatro*, em Santo André.

O vereador que representava São Caetano, Serafim Constantino, apresentou indicação (11) homenageando o prefeito Saladino na forma de denominação da antiga rua da Matriz, que liga a avenida Dona Heleusa Pamplona ao largo da Matriz, em São Caetano.

Assim, o triênio caminhava em crise para o final na São Bernardo dos anos 10.

Sempre indiretamente, Saladino Cardoso Franco continuou sendo reeleito prefeito de São Bernardo pelos triênios seguintes. Claro, os irmãos Fláquer reconciliaram-se. Voltaram baterias contra Saladino, transformado, nos anos 20, no homem forte da política da região.

A legislatura 1923-4-5 foi marcada por fatos políticos fortes. E veio à tona, de maneira incontestável, a grande rivalidade entre os Francos e os Fláquers.

Há o recurso interposto pelo senador Fláquer sobre a eleição de vereadores à Câmara em 14 de dezembro de 1922. Depois, os irmãos Fláquers, reconciliados, chegam a distribuir panfletos em toda a região, insuflando o povo a não pagar impostos no exercício de 1924. Neste mesmo 1924, a região sente os efeitos dos acontecimentos de julho na Capital, quando da invasão das tropas de Isidoro Dias Lopes.

Na Revolução de 1924, o coronel Saladino Franco chegou a acolher em sua casa o então presidente Carlos de Campos. Sua residência, em Santo André, era freqüentada por Sampaio Vidal, César Vergueiro, Martin Francisco Terceiro, e outros políticos de projeção. O próprio presidente Washington Luiz Pereira de Souza foi recepcionado por Saladino (12).

Outro fato a marcar 1924 na região foi a morte, a 5 de dezembro, do velho e combatido senador Fláquer.

As eleições municipais para o triênio 1926-7-8 não reconduziram Alfredo Fláquer à Câmara como vereador. Ele perdeu o mandato e nem tomou posse em razão de contestação apresentada ao seu diploma por João Domingues Perrella, representante de São Caetano, que ficaria com o cargo.

As eleições para este triênio mostraram claramente a força dos Cardoso Franco — Saladino e seu irmão José Cardoso Franco. No pleito de 29 de novembro de 1925, à frente do Partido Republicano, os dois irmãos venceram de ponta a ponta. O diretório do PRP elegeu os seis vereadores. Conseguiu levar às urnas 884 eleitores, contra 221 do Partido Flaquista. Votaram, igualmente, 138 eleitores independentes, num total de 1.243 (13).

A *Folha do Povo*, de apoio ao PRP, escreveu: “De nada valeram os dignos processos de propaganda política que a *oposição* *poz* em prática para *illudir* o eleitorado e desviá-lo do seu *recto* caminho. A *calumnia*, a mentira, a intriga, o suborno, a corrupção, as ameaças, os planos diabólicos, a violência e a descarada compra de votos, armas de que *ella* lançou ou pretendeu lançar mão nessa campanha ambiciosa e mesquinha, não conseguiram mudar a opinião do eleitorado consciente deste Município, que se manifestou livremente nas urnas, *suffragando* os candidatos de sua *predileção*”.

A Velha República caminhava para o final e o coronel Saladino mantinha as rédeas da política local. A campanha de 1928 foi apaixonada. O PRP dominava. Tinha a *Folha do Povo* a seu lado. A oposição estava no Partido Democrático, encabeçado pelo advogado José Amazonas. Fazia oposição municipal o jornal *O Município*. E eram tantas as notícias de fraudes, tanta troca de acusações, que é impossível não acreditar em pelo menos algumas daquelas notícias.

As prévias distritais já existiam na política da região nos anos 20. O sistema era adotado desde 1922, quando Saladino reorganizou o diretório do PRP de São Bernardo (14).

Nas eleições de 30 de outubro de 1928, o PRP ganhou em todo o Estado, à exceção de três cidades. Venceu em São Bernardo, em todos os distritos, menos em São Caetano, onde perdeu para o modesto Partido Municipal. Para a situação, o partido vencedor em São Caetano havia trocado as cédulas do PRP pelas suas.

Por trás de tudo, a briga Franco-Fláquer, Antonio Galluzzi, flaquista assumido, enviou carta à *Folha do Povo* afirmando que José Luiz Fláquer Júnior, filho do senador Fláquer, e Antonio Fláquer, “não pertencem, nem pertenceram ao Partido Democrático”. O missivista dizia que ambos eram do PRP, “ao contrário do noticiário do jornal”. A *Folha* recorreu à nota de redação: “Preferíamos que a profissão de fé política dos Fláquers fosse proferida por *elles*”.

Os vereadores da região eleitos para o triênio 1929-30-31 não completaram o mandato. A sessão de 4 de setembro de 1930 — a sétima do ano — foi também a última. Em 3 de outubro de 1930 havia eclodido, no Rio Grande do Sul, a revolução liderada por Getúlio. Minas e Paraíba também se rebelaram contra o governo do presidente Washington Luiz. Este foi deposto pelos chefes das Forças Armadas. Uma junta militar provisória tomava o poder.

O paulista Júlio Prestes, apoiado por Washington Luiz e que, em 1º de março de 1930, havia derrotado nas urnas Getúlio Vargas, jamais assumiria a presidência da República. Com a formação do Governo Provisório, começou a distribuição de cargos em todo o País.

Caíam os caciques da Velha República, entre os quais — aqui na

Acervo Museu de Santo André



Final dos anos 40:
foto do coronel Salaino
(doação de Nelli Cardoso Franco).

região — o coronel Saladino Cardoso Franco, que ocupou o cargo de prefeito do antigo Município de São Bernardo durante 16 anos: de 20 de julho de 1914 a 29 de outubro de 1930. Marca nunca alcançada por outro prefeito.

Na noite de 29 de outubro, um delegado de polícia e vários investigadores bateram à porta de Saladino Franco, na Rua Campos Sales, em Santo André. O prefeito abriu a janela e ouviu a voz de prisão. Negou-se a acompanhar os policiais:

“Nesta hora, não. Não sou criminoso, e aqui ninguém entra. Voltem amanhã, e eu os acompanharei” (15).

Saladino Cardoso Franco ficou preso 28 dias no prédio da Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo. Ganhou a liberdade após o período. Nada havia que o desabonasse.

A postura de republicano seria mantida sempre pelo coronel Saladino. Com antigos companheiros — Godofredo da Câmara Genofre, João Spinelli, Pedro Martins de Mello, Pery Ronchetti Carlos — Saladino reorganiza, em 1934, o diretório do PRP de São Bernardo (16).

Em 1936, o PRP de Saladino — minoritário — adere ao Partido Independente Municipal, o PIM, em oposição ao Partido Constitucionalista, no qual estavam os adversários Fláquers: o velho coronel Alfredo Luiz Fláquer e seu sobrinho Antonio, Tônico, Fláquer (17).

A Frente Única Municipal — composição do PIM com o PRP — perde para o Partido Constitucionalista nas eleições de 15 de março de 1936. Pontos para os Fláquers, Tônico Fláquer assume a presidência da Câmara em 16 de agosto, com Felício Laurito tomando posse como prefeito. Mas a Câmara fecha com a decretação em 10 de novembro de 1937 do regime do Estado Novo.

Retornava a fase dos prefeitos nomeados, o que já acontecera de 1930 a 1936. O prefeito-interventor que mais tempo permaneceu no posto foi José de Carvalho Sobrinho (1940-1947). Sobrinho vangloriava-se de ter aproximado os Francos dos Fláquers (18). Há quem duvide disso.

4. O administrador

Saladino Cardoso Franco governou a região do ABC — ou o velho Município de São Bernardo — com austeridade, com toda cautela política e com profunda honestidade quando o assunto era dinheiro público. Foi pioneiro na realização de várias obras públicas. Também pode ser considerado o precursor da industrialização local, em que pese a vocação nata da região neste campo.

A austeridade de Saladino na Prefeitura era um prolongamento de sua própria personalidade enquanto cidadão, da qual se tentou traçar um perfil no item 1 — *O aristocrata* deste trabalho. Esta austeridade chega a confundir-se com sua cautela política, a um tempo em que, diferente de hoje, não se falava na alternativa do concurso público para a admissão de servidores públicos.

O exemplo da cautela política pode ser buscado no sistema utilizado por Saladino sempre que era necessária a contratação de um novo funcionário pela Prefeitura. Escolhido o nome, o prefeito esperava pela repercussão pública do ato proposto. Também aguardava a reação das correntes políticas. Buscava verificar o acerto ou erro da escolha. Só depois de constatar que a nomeação fora bem recebida pelo público, quanto à necessidade do servidor, quanto ao merecimento do futuro funcionário, apunha a sua assinatura na portaria de nomeação (19).

A prudência no uso dos dinheiros públicos tem também um exemplo clássico: a força com que Saladino conduziu as tratativas para saldar a primeira dívida externa do Município, uma dívida contraída em 1910 pelo seu antecessor, e adversário político, Alfredo Luiz Fláquer, também coronel.

O empréstimo foi contraído a partir da assinatura da lei municipal 78, de 31 de outubro de 1910. O Município tomava 700 mil francos junto ao Credit Foncier du Brésil, representados por 1.400 letras municipais de 500 francos cada; uma verba a ser empregada nos serviços de água e esgoto no Distrito de Santo André.

Tanto no governo de Alfredo Fláquer quanto no de Saladino Franco, o Município honrou os serviços da dívida, que deveria ser saldada somente em 1945. Nos anos 20, início da década, o franco se desvalorizava. Saladino, a partir de 1921, tentou saldar a dívida antes do tempo, encontrando resistências internas e externas. Conseguiu o intento apenas em 1926.

Em 1926, a França aparelhava-se para sustar a desvalorização do franco. E a região conseguiu chegar ao seguinte acordo: pagamento do saldo até 1945 ao câmbio do dia, com uma indenização de 3% sobre esse total em francos. O velho Município eliminava uma dívida externa 19 anos antes do seu vencimento, a um tempo em que o termo “rolar a dívida” não estava escrito em qualquer manual de Economia.

A façanha econômica de Saladino por certo rendeu-lhe mais prestígio. Na prática, entretanto, a região continuava carente no que se refere a obras de saneamento básico. A Seção de serviços de água e esgoto existia desde 1912. Em 1915, Saladino publicava um regulamento desses serviços. Mas em 1925 apenas 846, de um total de 3.664 prédios urbanos, contavam com rede de esgoto (20).

A questão era mais complicada ainda: o empréstimo externo de 1910, 15 anos depois, havia beneficiado, ainda assim parcialmente, apenas o Distrito de Santo André, onde moravam os principais líderes políticos. Com o detalhe de que, em Santo André, dos 1.660 prédios existentes, apenas 846 eram ligados à rede de esgotos. A sede do Município — Vila de São Bernardo —, São Caetano, Pilar (hoje Mauá), Ribeirão Pires, Rio Grande (hoje da Serra) e Alto da Serra (Paranapiacaba) simplesmente não contavam com redes de água e esgoto.

Essa falta de saneamento básico era grave em São Caetano. No começo de 1925, a *Inspectoria* Sanitária Municipal havia recebido várias notificações de casos de *typho* em São Caetano, a ponto de a Prefeitura montar, para o Estado, um posto sanitário no distrito, para o qual foi destacado o médico Eurico de Saladino Gomes.

A situação sanitária complicou-se em 1925 com o aparecimento de casos de varíola. O primeiro caso foi constatado na estação de Rio Grande. Depois, em São Caetano. A situação mais grave foi em São Caetano, onde a doença se propagou desde São João Clímago até a rua Santo Antonio, ramificando-se pelos arredores de Piraporinha. No total, 37 casos, nenhum fatal. Mais de duas mil pessoas foram vacinadas.

Chamam a atenção os índices de mortalidade infantil no período.

Obituário 1925

Distrito	Adultos	Menores	Fetos	Total
Sede (São Bernardo)	28	53	11	92
Santo André	81	173	23	277
São Caetano	42	127	24	193
Ribeirão Pires	25	36	7	68
Paranapiacaba	22	33	5	60
	198	422	70	690

A primeira tentativa, em 1928, de autonomia de São Caetano teve nesta questão de falta de saneamento no distrito um dos argumentos mais fortes. Mas não era só.

No final dos anos 20, Santo André e São Caetano eram os distritos que mais cresciam na região, graças à industrialização que se processava. Com o crescimento urbano-econômico, aumentavam as reivindicações populares. O atendimento aos pedidos não vencia a demanda.

Nos balanços que fazia de suas realizações, Saladino Cardoso Franco não esquecia nunca de São Caetano. No seu aniversário, em 5 de fevereiro de 1927, Saladino concedeu entrevista à *Folha do Povo*, resumindo os trabalhos de seu governo. Destacou:

a) Serviço de iluminação pública estava para ser inaugurado por esses dias. Dependia de alguns transformadores em vésperas de chegar dos EUA;

b) Prefeitura auxiliou financeiramente nas obras da estrada de rodagem de Santo André ao Sacomã (Avenida Wilson);

c) A Prefeitura construía a maior estrada municipal, de Santo André ao Alto da Serra, ao longo da SPR;

d) Entrega da estrada Santo André à Vila Ema, em território no Município;

e) Transformação da praça da Matriz, na sede em São Bernardo, num vistoso jardim com coreto;

f) Seria iniciado o serviço de calçamento de ruas a paralelepípedos na sede São Bernardo, Santo André e São Caetano; restava autorização da Câmara Municipal (21).

Coronel Saladino Cardoso Franco

Afonso de E. Taunay

Findou a 19 do corrente maio, a existência de alguém que, certamente, foi dos mais prestantes brasileiros do nosso tempo dignificado integral do título de nossa cidadania nacional e cujo nome esculpido a estas linhas de uma guilhotina e de saudade de manifestações que acompanharam a divulgação da inesperada notícia de seu desaparecimento, perfeita medida de uma população inteira por quem de repente e subitamente passou de seu antigo prefeito de longos anos, ao seu velho cidadão, prestou a cidade de Santarém, e mais significativamente com o voto distribuído, e o ato de imenuação do seu filho, em S. Paulo, a seguir a várias outras, a fazer que se lhe ajuizasse a aflicção do excelente amigo perdido. Difícil é ainda, imaginar a quem haja sabido praticar, em tão alto grau de fidelidade

Fac simile do discurso, redigido de próprio punho, pelo historiador Afonso E. Taunay, e pronunciado por ocasião do sepultamento do coronel Saladino Franco, em maio de 1951



Saladino Cardoso Franco

Era 1927. Saladino continuaria até 1930 no poder. E os calçamentos não saíam em seu governo. A primeira via pavimentada da região foi a Marechal Deodoro (trecho), em São Bernardo, na administração do interventor Armando Setti, sucessor de Saladino.

No fundo, Saladino Cardoso Franco não tirou proveitos maiores do seu plano de industrialização da região. Um plano iniciado também pelo antecessor, Alfredo Fláquer, através da primeira lei municipal que concede isenção dos impostos de indústria, profissão e predial às novas indústrias instaladas (22).

Ao assumir a Prefeitura, Saladino já encontrou a lei pronta. Mas ele soube propagá-la e o exemplo clássico disto foi a implantação da Companhia Química Rhodia Brasileira em Santo André, em 1919. A Rhodia colaborou para a modificação do comportamento da cidade, acelerou o processo de formação de mão-de-obra, ampliou e diversificou essa mesma mão-de-obra, fazendo surgir, até mesmo, novas profissões.

No campo industrial, a revolução foi marcante com a chegada da Rhodia. De imediato iniciou-se a fabricação de ácidos básicos: o sulfúrico, o clorídrico e o nítrico. A fabricação de ácido sulfúrico visou a introdução imediata do lança-perfume no processo de fabricação brasileiro.

Naturalmente, a partir do lança-perfume, que apareceu no mercado durante o carnaval de 1922, a Rhodia diversificou sua produção. E já nos primeiros anos produziu anestésicos, como o cloróformio, e analgésicos, popularizando o comprimido *rhodine* — contra dor de cabeça, nevralgia, *gripe* e *rheumatismo*.

No campo político-administrativo, a presença da Rhodia também foi significativa para a cidade. Saladino Franco, prefeito, foi um dos acionistas da Rhodia e parte de suas propriedades, entre a estação ferroviária de Santo André e o Rio Tamandatef, foi vendida à própria empresa. Saladino costumava dizer que a Rhodia foi a mascote de Santo André, já que, a partir dela, outras indústrias se instalaram na cidade (23).

De modo que o parque industrial de Santo André, com a chegada da Rhodia em 1919, foi largamente aumentado, influenciando sobremaneira para que a cidade passasse a ser a sede do Município, que até 1938 permaneceu onde é hoje o centro de São Bernardo do Campo.

Com o crescimento do setor industrial, ampliava-se a receita municipal. Os saltos eram significativos. De 1911 (ano da lei de benefícios fiscais às novas indústrias) até 1921, a arrecadação geral do Município

saltou de 100:514\$027 para 301: 861\$170 (24). O crescimento da receita foi ainda maior na década de 20. O total arrecadado no último ano do governo Saladino, 1930, atingiu 1.279:066\$688. Fruto, sem dúvida, do alto grau de industrialização da região (25).

O crescimento verificado a partir dos anos 30 passaria a ser comentado, nacionalmente, nos anos 30. O Município passaria a ser chamado de o maior núcleo de trabalho de São Paulo (26). Era a tal de metamorfose, destacada, em editorial, pelo *O Estado de S. Paulo*: (“...”) verifica-se a transformação de uma cidade outrora agrícola e não faz muito tempo com poucos sinais de prosperidade em um dos mais fortes núcleos industriais” (27).

Eram os frutos do governo Saladino. Que ele não saboreou, ao menos enquanto prefeito. Em 1927, sem dívidas externas e com a arrecadação crescente, Saladino constituiu comissão de engenheiros que realizou estudos para o abastecimento de água e serviços de esgotos em São Caetano, Santo André e São Bernardo. O projeto foi considerado notável, e mereceu aprovação integral do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Mas os recursos para a sua concretização não saíram.

A crise de 1929 é apontada como um obstáculo para a garantia de recursos voltados à obra. Os acontecimentos políticos, que culminaram com a revolução de 30, frustraram uma rápida solução. Chegou a ventilar-se a privatização dos serviços de saneamento na região, fato condenado por autoridades sanitárias. Saladino Franco chegaria ao fim de seu governo, deposto, deixando apenas uma folha financeira em dia.

Saladino adiantou também medidas básicas de planejamento urbano. Nos anos 20 — O que prova o crescimento da região no período — Saladino Franco promulgou várias leis, estabelecendo perímetros topográficos e ampliando perímetros urbanos nos vários distritos. São Caetano, particularmente, foi atingido por quatro legislações do gênero, em 1923 e 1929 (28).

Era a figura do administrador Saladini Cardoso Franco que se observava. Um administrador que chegou a liderar outros prefeitos, ao menos em movimentos isolados. No findar de sua gestão, pouco antes de ser deposto, Saladino insurgiu-se contra ato do prefeito de São Paulo, Pires do Rio.

Através do ato 3.302, o prefeito da Capital mandava cobrar imposto de 20\$000 dos automóveis licenciados nos municípios limítrofes de São Paulo. Para circular pelas ruas paulistanas, cada veículo teria de pagar impostos sucessivos, num total de 120\$000 anuais (29).

Coube a Saladino promover reunião com os demais prefeitos de municípios atingidos. Duas reuniões foram realizadas, em Guarulhos, com os prefeitos de Santo Amaro — à época autônomo —, Mogi das Cruzes, Juqueri, Cotia e Parnaíba. No julgamento dos prefeitos, a medida da Capital era incostitucional.

A região enviou representação ao prefeito de São Paulo, com data de 3 de julho de 1930, condenado o ato. Saladino escrevia que no Município de São Bernardo constava a circulação normal de mais de 300 veículos por dia, “sem contar os que passam na *Villa*, aos domingos, aos milhares”. Pires do Rio contactou o delegado Rudge Ramos. E suspendeu a medida.

5. Final

O coronel Saladino Cardoso Franco faleceu em 19 de maio de 1951. Era casado com Maria Eugênia Borges Cardoso Franco. O casal tinha os seguintes filhos: Maria, casada com Júlio Neves; Olivia, casada com Pedro Piva; Francisco, casado com Nelli Cardoso Franco; e Dr. Antonio Cardoso Franco, já falecido quando da morte do pai.

Antonio Cardoso Franco, filho do Saladino, tinha o apelido de Totó. Era advogado. tinha vários problemas de saúde. Também era muito querido por suas ações humanitárias. Atuava junto à cadeia de Santo André. Manoel Fernandes Martins, o *seo* Rubens, barbeiro do Saladino, afirma que em 80% dos casos o advogado Totó nada cobrava quando de sua atuação profissional. Também era carinhosamente chamado de Dr. Gaiola.

Francisco Cardoso Franco, outro filho do coronel Saladino, era chamado de Chiquinho do Cartório. Ou, simplesmente, *seo* Chico. Desde 1948 era juiz de Paz em Santo André. Em 1985, por questões políticas — ao que tudo indica — *seo* Chico foi colhido com a notícia de sua exoneração. À época, a colunista Claudete Reinhart, do *Diário do Grande*



Câmara de São Bernardo, 1925: cinco dos seis vereadores diplomados. Da esq. para à direita: Homero Thon, João Colombo, médico Francisco Perrone, José Maria Figueiredo e Saladino Franco (foto descoberta por Paschoalino Assumpção, coordenador do Gipem)

ABC, dava a notícia que a exoneração veio fria, sem aviso prévio, de surpresa, com uma simples publicação no *Diário Oficial*. Dias Depois, o Estado recuava e *seo* Chico era reconduzido ao cargo de juiz de Paz de Santo André, onde militou até a sua morte, em 1987. A maior parte das fotografias que ilustram este artigo foi fornecida pela viúva do *seo* Chico, dona Nelli.

Saladino Franco, aristocrata, quatrocentão, político, administrador. Coronel. Uma pessoa simples. Foi nome de ruas, inclusive em São Caetano. Um nome apagado depois de sua deposição. Nos anos 20, ao abrir-se a avenida Industrial até Utinga, declinou da homenagem que a Câmara Municipal de então quisera prestar-lhe, dando-lhe o seu nome.

A Estrada de Ferro São Paulo Railway, a Inglesa, cortou a fazenda Oratório, de seus ancestrais. E depois, já como empresa nacional, a Rede Ferroviária deu o nome de Prefeito Saladino à estação inaugurada a 29 de novembro de 1952, junto à Vila Santa Terezinha. Estação Prefeito Saladino.

O grande historiador Affonso de E. Taunay escreveu uma crônica quando da morte do amigo Saladino: "(...) Ao lhe propor a divisa: *Paulistarum terra mater*, vi-o absolutamente jubiloso: 'Em todo o nosso Estado nenhum município conseguiu mais linda divisa', exclamou satisfeíssimo e repetiu-o várias vezes."

Octávio de Oliveira, ao homenagear Saladino em 1973, quando do seu centenário de nascimento, citou Taunay. E citou também o escritor Martim Francisco III, amigo de Saladino: "Este Saladino anda fora de seu tempo, nasceu como Pedro II, com a vocação de procurador do Conselho, mas procurador que procura para o Conselho e não para si, entenda-se."

Outro trecho de Martim Francisco, citado por Oliveira, em conclusão: "Está se preparando belo futuro com a mania de beneficiar estes povos. Qualquer dia destes vamos vê-lo demitido a bem do serviço público."

Notas:

- 1 Eugênio Egas (org.), *Os Municípios Paulistas*, volume II, 1925.
- 2 Câmara Municipal de São Bernardo, *Impostos Industriais e Profissões* exercício 1909. São Caetano arrecadou 3.180.500, perdendo para a Vila de São Bernardo (11.355.850), Ribeirão Pires, Santo André (Estação de São Bernardo), Alto da Serra (Paranapiacaba) e Rio Grande (hoje da Serra). Já em 1920 a arrecadação de São Caetano chegou a 14.472.600, com Santo André em primeiro.
- 3 Idem. Em 1910, eram os seguintes os criadores de vacas em São Caetano: Casemiro Alonso, Giácomo Fiorotti, André Bachi, Luiz Baraldi, Joaquim Hilário, Manoel Cardoso, José Pitta, Antonio Marinho, Antonio da Silva, Manoel Marinho e Pedro Lourencini.
- (4) Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca (org.),

Almanak da Província de São Paulo para 1873, edição fac-similar, Imprensa Oficial do Estado, 1985.

(5) *Wanderley dos Santos*, em carta ao autor, 1985.

(6) Idem à nota 1.

(7) *Ata da Câmara Municipal de São Bernardo*, 15-9-1905. Arquivada na biblioteca da Câmara Municipal de Santo André.

(8) *A Nação*, citada em ata da Câmara Municipal de São Bernardo a 3 de abril de 1914; *O Estado de São Paulo*, 14-6-1914.

(9) *Ata da Câmara Municipal de São Bernardo*, 15-7-1914.

(10) *Ata da Câmara Municipal de São Bernardo*, 1-5-1916.

(11) *Ata da Câmara Municipal de São Bernardo*, 9-7-1916.

(12) *Octávio de Oliveira*, vereador, discurso proferido na Câmara Municipal de Santo André a 5-2-1973, em comemoração ao centenário de nascimento do coronel Saladino Cardoso Franco.

(13) *Folha do Povo*, 6-12-1925.

(14) *Folha do Povo*, 23-9-1928.

(15) *Octávio de Oliveira*, já citado.

(16) *O Imparcial*, 4-10-1934.

(17) *O São Bernardo*, 23-2-1936.

(18) Entrevista de *José de Carvalho Sobrinho* a Ademir Medici, "Memórias do mais velho prefeito", *Diário do Grande ABC*, 26-10-1986.

(19) *Octávio de Oliveira*, vereador, discurso proferido na Câmara Municipal de Santo André a 5-2-1973.

(20) Saladino Cardoso Franco, *Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Bernardo*, 1925.

(21) *Folha do Povo*, 6-2-1927.

(22) *Ata da Câmara Municipal de São Bernardo*, 2-9-1911. Eram concedidas isenções de impostos por seis anos às novas indústrias sem similares e que ocupassem pelo menos 50 operários, segundo projeto de lei do vereador Antonio Thomaz.

(23) *Revista comemorativa aos 60 anos da Rhodia do Brasil*, 1979.

(24) Saladino Cardoso Franco, *Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Bernardo*, 1921.

(25) Felício Laurito, *Relatório da Prefeitura Municipal de São Bernardo*, 1938.

(26) *O Globo*, 30-11-1938.

(27) *O Estado de S. Paulo*, 7-5-1935, coluna "Notas e Informações".

(28) São as leis 233 e 229, de 30-10-1923; e 282 e 283, de 24-8-1929.

As duas primeiras estabelecem o perímetro topográfico central e urbano de São Caetano. As outras duas ampliam tais perímetros.

(29) *Folha do Povo*, 13-7-1930.



Anos 40: o prefeito-interventor, em pé, discursa, ao microfone, para políticos e empresários da região. Saladino Cardoso Franco é o primeiro à esquerda, na mesa lateral (doação de Carvalho Sobrinho)

BIBLIOGRAFIA:

O Serviço de Documentação da História de São Bernardo, órgão da Secretaria de Educação da Prefeitura local, mantém acervo importante para a reconstituição do período da velha República no ABC. Ali, entre outras, podem ser encontradas as seguintes publicações:

- 1 — Novo Código de Posturas Municipais, Câmara Municipal de São Bernardo, 1910.
- 2 — Regulamento Serviços de Água e Exgottos Santo André, Câmara Municipal de São Bernardo, 1915.
- 3 — Appellação Cível nº 8.430 da Capital; appellante: A Câmara Municipal de São Bernardo; appellada: The São Paulo Tramway, Light & Power Co., Ltd, 1917.
- 4 — Relatório sobre os trabalhos feitos na Estrada do Vergueiro, Arthur Rudge Ramos, 1920.
- 5 — Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Bernardo pelo prefeito Saladino Cardoso Franco, 1922.
- 6 — Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Bernardo pelo prefeito Saladino Cardoso Franco, 1925.
- 7 — Lei número 271, que dispõe sobre urbanização, Prefeitura Municipal de São Bernardo, 1929.

8 — Relatório da Prefeitura Municipal de São Bernardo, Felício Laurito, período 28-9-1933 a 28-9-1935, 1935.

9 — Prefeitura Municipal de São Bernardo, inquérito administrativo iniciado em 24-4-1933; Razões de defesa do Dr. Paulo Paulista de Ulhôa Cintra, pelos advogados José de Toledo, Pedro Fraga e J.G. de Andrade Figueira, 1934.

10 — Prefeitura Municipal de São Bernardo, questão das Águas do Guarará, 1934.

11 — Em São Bernardo, um prefeito deshonesto, etc., março de 1936.

12 — Relatório da Prefeitura Municipal de São Bernardo, Felício Laurito, 1937.

13 — Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Bernardo pelo prefeito Saladino Cardoso Franco, 1921.

(*) Ademir Médici é jornalista, membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC, autor de vários livros sobre a memória local e que responde pela coluna "Grande ABC Memória", da página 2 do Diário do Grande ABC.

Armando de Arruda Pereira

Sônia Maria Franco XAVIER (*)

São Caetano traz hoje alguns sinais indicativos do seu desenvolvimento ao longo dos anos até atingir suas características de cidade industrializada. Alguns desses indícios são os nomes de suas ruas, praças e monumentos que se referem às pessoas que, direta ou indiretamente, trabalharam para o seu crescimento.

No bairro Cerâmica encontramos a Rua Dr. Armando de Arruda Pereira que se refere a um engenheiro que viveu em nossa cidade no período de 1923 a 1942, numa bela casa no mesmo bairro, e que muito influenciou o crescimento da cidade, o desenvolvimento da indústria, a formação de nossa sociedade e a política local.

No centro, na Rua Niterói, encontramos a única escola de cerâmica, a nível de 2º Grau, existente em São Caetano. Trata-se da Escola Senai Armando de Arruda Pereira, fundada em 1952, que atraiu alunos de todo o Brasil e da América Latina. Lembramos que esta escola mudou suas atividades para São Bernardo do Campo, conservando apenas o nome e passará a abrigar, a partir de 1992, uma escola de computação e robótica.

No Jardim 1º de Maio, um cedro e uma placa de bronze lembram-nos de sua presença na cidade e de sua preocupação com o meio ambiente. Segundo depoimentos colhidos na cidade, entre rotarianos, ficamos sabendo de uma visita feita à cidade, em 1936, por Paul Harris (fundador do Rotary Internacional), que veio a São Caetano e, na casa de Armando de Arruda Pereira, no Bairro Cerâmica, plantou um cedro batizado como a Árvore da Amizade. Por ocasião da reunião Interclubes do Rotary Clube de São Caetano, em 6 de fevereiro de 1955, na presidência de Manoel Gutierrez Durán, esta árvore foi transplantada para o Jardim 1º de Maio, com uma inscrição explicativa de sua origem. Na Avenida Goiás, junto ao Auditório Santos Dumond, encontramos um busto de Armando de Arruda Pereira, que constitui mais uma lembrança de sua passagem pela cidade.

Armando de Arruda Pereira nasceu em São Paulo, em 28 de setembro de 1889. Era filho do comendador Armando Rosa Pereira e de Dna. Evelina Augusta Arruda. Estudou em São Paulo, na Escola Caetano de Campos. Concluiu o Ginásio no Interior, na cidade de Jacareí. Coursou a Universidade de Birmingham, Inglaterra, e diplomou-se, em 1910, engenheiro civil, pela Universidade de Nova Iorque.

Em sua vida profissional exerceu os cargos de diretor da Fiesp, diretor do SESI e foi presidente do Conselho Regional do Senai. Além desses cargos, exerceu os de diretor da Cerâmica São Caetano, membro e diretor do Instituto de Engenharia de S. Paulo, membro da American Society of Civil Engineers, membro da Fellow Royal Society Arts, de Londres, e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Atuando no Rotary Club de São Paulo, desde 1930, Armando de Arruda Pereira foi presidente do Rotary Internacional e governador do Distrito Rotário 72, que cobre todo o Brasil.

Possuía as seguintes condecorações: Comendador da Ordem do Sol, do Peru; da Ordem do Mérito, do Chile; Cruz de Boyacá, da Colômbia; Cruz de Carlos Manoel de Cespedes, de Cuba.

Armando de Arruda Pereira faleceu aos 66 anos de idade, em 19 de março de 1955. Era casado com a sra. Bertha Rodolfinha T. de Arruda Pereira. Deixou os filhos Evelina P. Barbosa, Armando do V. Pereira e Maria do Valle Pereira.



Museu de São Caetano do Sul

Foto de Armando de Arruda Pereira, nos anos 40

Sua vida na cidade

Armando de Arruda Pereira veio para São Caetano em 1923, com Roberto Simonsen, seu parente, quando ambos adquiriram a Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo. A empresa passou a chamar-se Cerâmica São Caetano S/A, desde 19 de fevereiro de 1924. Antes chamava-se Cerâmica São Caetano Ltda. e, quando foi fundada em 6 de maio de 1913, por Antônio R. Cajado, chamava-se Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo.

Aqui viveu numa bela casa do Bairro Cerâmica, onde mais tarde funcionou o Grupo Escolar Cerâmica. Foi diretor e vice-presidente da indústria por quase 20 anos. Fazendo um levantamento dos jornais que circularam na época na cidade, encontramos o *São Caetano Jornal* (1928), a *Folha do Povo*, *O Imparcial* e *O Monitor*, contendo informações de suas atividades na região, bem como artigos seus, propondo idéias, discutindo problemas que o afligiam na época.

Lendo um trabalho de Armando de Arruda Pereira — *Cerâmica e Materiais de Construção na Antigüidade e em São Paulo* —, escrito em 1933, conhecemos dados importantes sobre os primeiros passos dessa atividade em nossa região. São suas palavras: "A história da humanidade tem sido deslindada através de imperecíveis monumentos de argila e, antes de qualquer outra forma de livros, foram utilizadas verdadeiras



Fac simile da primeira página do S. Caetano Jornal, de 11 de outubro de 1928, contendo amplo noticiário a respeito do movimento autonomista

livrarias de argila. As mais velhas cousas vivas sobre a terra são as árvores e mais velhas cousas no mundo feitas pela mão do homem são os tijolos. O homem que primeiro moldou e colocou a coser um pedaço de barro, a fim de torná-lo durável, pôs a humanidade de posse de uma das mais proveitosas invenções."

Descobriu os bens que possuía a Ordem de São Bento, na Fazenda São Caetano, dos padres Beneditinos, em 1798, onde existia uma fábrica de fazer telhas e tijolos, que rendia 220 mil réis por ano. Em 1877, quando os imigrantes italianos aqui chegaram, era natural que se interessassem pelas olarias, pois eles eram originários das regiões onde se fizeram verdadeiras obras-primas de arquitetura em alvenaria de tijolos. Como em São Caetano a matéria-prima era abundante, vimos prosperar várias olarias.

Sobre a Cerâmica São Caetano S/A, Armando de Arruda Pereira, seu diretor à época, assim se manifestou: "Pode esta ufanar-se de ser a maior e a mais moderna cerâmica produtora de materiais de construção e refratários. Fabrica, com os mais modernos maquinários e pelos dois processos, *seco* e *pasta mole*, telhas, ladrilhos, cerâmicas e tijolos prensados, cuja fama já ultrapassou as fronteiras do Brasil, como atestam os prêmios obtidos em Sevilha, na exposição Internacional, e pela aceitação e procura de seus produtos nos países Platinos. É a única na América do Sul, e das poucas no mundo, que fabrica telhas coloniais e tipo Marselha *brilhantes*, pelo sistema *seco*, e ladrilhos cerâmicos, vermelhos, marrons, cremes e pretos sem adição de colorantes e materiais refratários, para vários fins e altas temperaturas. A indústria está localizada no Bairro Cerâmica, num terreno de 400.000m² de área e 12.000m² de edificações, aproximadamente. Faz parte das construções cerca de 50 casas, destinadas aos operários, escola, play-ground e outras dependências, estando todas ligadas entre si por uma linha férrea. Por esse meio se faz a comunicação."

O político

Armando de Arruda Pereira organizou o Partido Municipal e, por meio dele, desencadeou o movimento pela autonomia de São Caetano, em 1928, do qual foi o principal líder.

Um jornal da época (1º de abril de 1928) dá a seguinte notícia: "É com a mais viva satisfação que registramos a fundação do Partido Municipal de São Caetano, cujo objetivo primordial é, visando ao engrandecimento desta localidade, trabalhar pela sua tão desejada emancipação política." Nesse período, a cidade de São Caetano, juntamente com Santo André, era distrito de São Bernardo, que era o Município-sede.

O Partido Municipal era composto pelos seguintes elementos: presidente, Armando de Arruda Pereira; vice-presidente, José Mariano Garcia Júnior; secretários, Bonifácio Paulino de Carvalho e Antônio Flaquer; tesoureiro, David Maria Monteiro Gomes; membros, João Bisquolo, Serviliano Silva e Matheus Constantino.

Hoje, pesquisando a História da cidade, encontramos a sra. Josephina Masini Constantino, cujo marido, Matheus Constantino, participou do movimento autonomista de 1928. Contou-nos que nesta época São Caetano era uma cidade com muitos problemas, de falta de água e esgoto, mal iluminada, sem calçamento. O Partido Municipal fazia um bonito trabalho de conscientização da população para alcançar a autonomia. Observamos que o *São Caetano Jornal* foi criado com o objetivo de realizar esta tarefa primordialmente, pois desde a primeira página até a última encontramos reportagens e propaganda sobre o movimento autonomista. Aproveitamos para registrar aqui nossa admiração por esta senhora, que é a única testemunha viva dos ideais de 1928. O movi-



Foto da capa do livro *Heróis Abandonados* (Peregrinação aos lugares históricos do sul do Mato Grosso), escrito por Armando de Arruda Pereira

REDACÇÃO:
Rua Rio Grande do Sul N. 7
S. CAETANO

S. Caetano Jornal
PROPRIEDADE DE
R. C. Carvalho & Cia.

Rs. 50\$000

Recebemos do Snr. *Armando Pereira* residente em *S. Caet*
San rua *Cerâmica* a quantia de rs. *50\$* para publicação
do *reclame* de *Cerâmica S. Caetano* correspondente ao espaço de
annuncio
11 de pagina de *x* de S. CAETANO JORNAL, a ser collocado na
da pagina, em *a* numeros *seguintes* *74*

Rs. *quinhenta mil reis* (extenso)

Sellado com *600* S. Caetano de *Outubro* de 1929



210

Fac simile de recibo fornecido pelo S. Caetano Jornal, em outubro de 1929, em face do pagamento que Armando de Arruda Pereira fez, no valor de 50\$, para publicação de reclame/annuncio relativo à Cerâmica São Caetano

mento fracassou e com ele também o jornal, que tinha sido o estandarte do movimento.

Somente 20 anos depois, em 1948, o Distrito de São Caetano seria elevado a Município. Um novo movimento surgiria, em condições políticas diversas. São Caetano era agora subdistrito de Santo André, tendo o *Jornal de São Caetano* e a Sociedade Amigos de Bairro como colaboradores, liderados por um grupo de cidadãos idealistas. Conseguiram do Estado um plebiscito, cujo resultado foi a vitória do sim à autonomia.

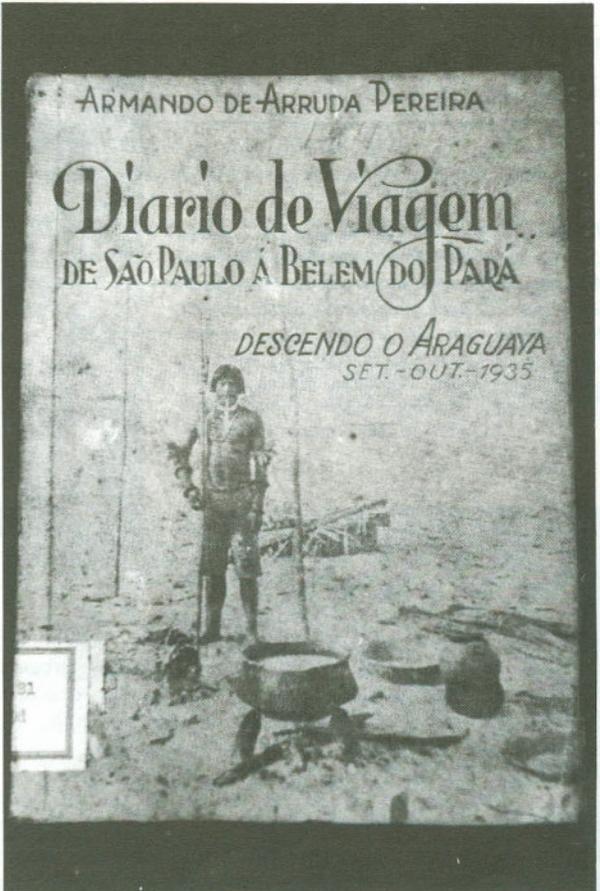
Em 1930, Armando de Arruda Pereira foi nomeado vice-presidente do Conselho Municipal de São Bernardo. Os Conselhos Municipais eram órgãos administrativos formados com a extinção das Câmaras Municipais, após o golpe getulista que derrubou Washington Luís. Lutou na Revolução de 1932, durante a qual foi ferido. O estilhaço de granada que o atingiu se encontra no Museu de São Caetano, juntamente com documentos, jornais e objetos que lhe pertenceram. Foi o comprador de armas para a Revolução, tendo para isto viajado à Argentina.

Em 1933, Armando de Arruda Pereira desligou-se do Conselho Municipal. Criou, em 1934, o PIM (Partido Independente Municipal de São Caetano), com o objetivo de combater a gestão de Felício Laurito, prefeito de São Bernardo. Basicamente duas falanges apresentavam-se para disputar a representação do Município: o Partido Constitucionalista (chapa única por São Paulo unido), e a outra falange era representada pelo PIM.

Na região, foram importantes, no ano de 1935, a eleição do diretorio do Partido Constitucionalista e a posse de Armando de Arruda Pereira na presidência do PIM. Em 16 de agosto de 1936, foi empossada a nova Câmara Municipal, voltando o Município de São Bernardo ao regime normal.

Armando de Arruda Pereira recebeu expressiva votação como vereador à Câmara de São Bernardo. Foi ele quem fez o discurso de recepção ao presidente Getúlio Vargas, quando este visitou a Cerâmica São Caetano, em 1941, para inaugurar a fábrica de produtos refratários que permitiriam a instalação da Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Para essa visita, São Caetano teve sua primeira rua asfaltada, a Rua Santo Antonio, atual Avenida Senador Roberto Simonsen, por onde passaria Getúlio. Foi prefeito da cidade de São Paulo, nomeado em 1951, cargo que exerceu até princípios de abril de 1953, quando o transmitiu ao sr.

Faculdade de Direito da USP



Fac simile da capa do livro *Diário de Viagem* (de São Paulo a Belém do Pará. Descendo o Araguaya), referente à expedição realizada entre setembro e outubro de 1935



Homenagem aos funcionários da Cerâmica São Caetano, em 17 de setembro de 1944. Sentados na primeira fila, da direita para a esquerda: José Moretto, Antonio Mazzutti, Antonio Moretto, Armando de Arruda Pereira, Marcos A. Pereira, Denarde Siqueira, Antonio Previatto, Angelo Furlan e João Previatto. Na segun da fila: Angelo Mazzutti, Carlos Migliatti, Pedro Furlan, Alexandre Previatto, Anastácio ?, Benedito Sabóia, José Sabóia, José Mazzutti, Domingos dos Reis, Manoel Barbosa. Terceira fila: Mário Previatto, Alberto Furlan, José Francisco Martins, Luis Ferrante, João Moretto, Antonio Nogueira, Angelo Moretto, João Migliatti, Francisco Migliatti e Antonio Barbosa (doação de José Francisco Martins)

Homenagem de 25 anos de serviço na Cerâmica São Caetano prestada ao dr. Roberto Simonsen. Compõem a mesa: primeiro à esquerda, o poeta Guilherme de Almeida; Armando Arruda Pereira e Roberto Simonsen, ao microfone. Na foto de 6 de julho de 1948 podem ser identificados, ainda, o gerente da Cerâmica, Waldomiro Machado, José Francisco Martins e Murilo Antunes Alves (doação de José Francisco Martins)



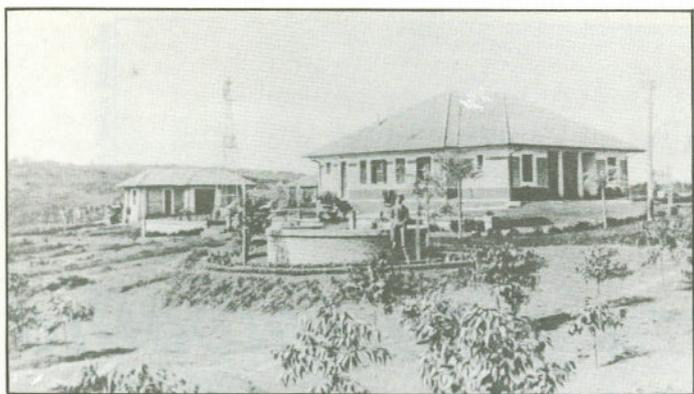
Jânio Quadros. Em sua gestão, deu impulso a várias obras municipais, como a construção de prédios escolares, pavimentação e urbanização. Coube-lhe, como prefeito, fundar e ocupar a primeira presidência da Comissão dos Festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo. É considerado o realizador do Parque do Ibirapuera, na capital.

O escritor

Armando de A. Pereira publicou diversos livros, textos sobre a história de São Caetano e artigos sobre temas variados. Tivemos oportunidade de encontrar algumas de suas obras. Entre elas: *Heróis Abandonados, No Sul do Mato Grosso, Construindo Quartéis, Pelo Brasil! e Para o Brasil, Diário de Viagem, Os engenheiros de São Paulo,*

Pela lei e Pela Ordem, Páginas Esparsas. Todas estas obras foram lançadas no mesmo estilo simples e incisivo, de um realismo que prende a atenção.

Percebe-se que ele se preocupou em narrar, fielmente, as impressões que colheu como amante da natureza e estudioso dos meios e costumes, sem se inquietar com primores literários. Em *Construindo Quartéis*, projeta e dirige a construção de vários deles no quinquênio abrangido entre 1919 e 1924, colaborando na obra de Pandiá Calógeras e de Epiácio Pessoa, para abrigar o Exército Nacional em quartéis que se espalharam por todas as regiões do Brasil. Assim, andou por São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso. As suas anotações descrevem a época, fixam as realizações da Companhia Construtora de Santos e recordam parte da história do Exército.



Museu de São Caetano do Sul

Residência do engenheiro Armando de Arruda Pereira, diretor industrial da Cerâmica São Caetano, no local em que hoje se encontra o Espaço Verde Chico Mendes, em foto dos anos 30 (doação Cerâmica São Caetano)

Diário de Viagem — em pleno século XX, refez os caminhos há séculos trilhados pelos bandeirantes. Em 1935, saiu de São Paulo e atingiu Belém do Pará, descendo o Araguaia e elaborando um diário de viagem, enriquecido pelo vocabulário da língua carajá por ele organizado durante a expedição. Emitiu conceitos ante os problemas e as possibilidades nacionais, evidenciados e suscitados durante o agreste e perigoso percurso fluvial. Analisou as possibilidades de Goiás, Mato Grosso e Pará, no aumento das rendas do País e a necessidade imprescindível de vias de comunicação no interior, entre Sul e Norte. Fez um histórico das tentativas de ligação Norte-Sul pelo Araguaia e pelo Tocantins. Teceu considerações sobre a Marcha para o Oeste, com sua visão. Sentiu, enfim, as dificuldades da Nação com os seus problemas de interligação.

Heróis Abandonados — peregrinação aos lugares históricos do Sul de Mato Grosso, território da Retirada da Laguna. Foi um livro que mereceu um prefácio de Affonso de Taunay. Palmilhando o trajeto dos valerosos integrantes da famosa retirada, ao visitar o cemitério de Bela Vista, onde jaziam inúmeros deles, lançou a idéia de se tirarem dali os restos mortais, para que, carinhosamente, os recebessem o **Túmulo do Soldado Desconhecido**, a ser levantado no Brasil.

Dentre outras publicações, podemos citar ainda **São Paulo, berço da engenharia nacional, e Pelo Brasil! e Para o Brasil**, todas com o objetivo do maior engrandecimento da Nação. Uma das últimas batalhas em que se empenhou Armando de Arruda Pereira foi trazer para a colina do Ipiranga os restos mortais de D. Pedro I e Dna. Leopoldina. A cripta, sob o monumento do Ipiranga, transformou o local num Mausoléu de extrema beleza e distinção, à altura da dignidade de suas Majestades Imperiais.

Extremamente patriota e com ampla visão internacional que lhe conferiram os seus estudos no Exterior, Armando de Arruda Pereira nunca se conformou com a óptica distorcida e equivocada do mundo desenvol-

vido sobre nossa cultura, flora, fauna, costumes e, principalmente, sobre nossa geografia. Publicou, então, um interessante trabalho, uma coletânea de artigos e notícias, que localizavam a capital brasileira na Argentina, ou citando fatos históricos brasileiros como se houvessem ocorrido no México, Paraguai ou Uruguai.

Explicava sua revolta: “Este é um grito patriótico, de protesto contra aqueles que acham tudo bom, tudo magnífico, desde que seja brasileiro. Contra os que apontam como maus brasileiros os que têm coragem, por amor ao Brasil, de mostrar aquilo ou aqueles que fazem mal ao país. É preciso, se verdadeiramente se ama o Brasil e se deseja sua grandeza, ter a coragem de não elogiar os nossos erros para escondê-los, mas apontá-los, para que sejam corrigidos”.

BIBLIOGRAFIA

1. **Caldeira Netto, João** — *Álbum de São Bernardo*, São Bernardo, 1937.
2. **Pereira, Armando de Arruda** — *Pelo Brasil! Para o Brasil!*, 1938.
3. **idem** — *Heróis Abandonados*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, s/d;
4. **idem** — *No sul do Mato Grosso*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, s/d.
5. **idem** — *Os engenheiros de São Paulo*, São Paulo, s/d (Biblioteca da Faculdade de Direito da USP).
6. **idem** — *Construindo quartéis*, São Paulo, s/d (Biblioteca da Faculdade de Direito da USP).
7. **idem** — *Diário de Viagem*, São Paulo, s/d (Biblioteca da Faculdade de Direito da USP).
8. **idem** — “A engenharia e a indústria no mundo moderno”. In: *Revista Industrial de São Paulo*, 1950.
9. **idem** — “Cerâmica e materiais de construção na Antigüidade e em São Paulo”. In: *Revista Industrial de São Paulo*, março de 1949;
10. **idem** — Discurso proferido na posse da nova diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em 1946. In: *Revista Industrial de São Paulo*, 1946.
11. *São Caetano Jornal* (coleção de 1928).
12. *O Imparcial* (19 de junho de 1932; 9 de maio de 1935; 9 de janeiro de 1936; 26 de outubro de 1936 e 16 de setembro de 1937).
13. **Pereira, Armando de Arruda** — *Na Cerâmica São Caetano*”. São Caetano do Sul, s/d.
14. *Folha do Povo* (25 de fevereiro de 1934).
15. *Diário do Grande ABC* (29 de setembro de 1989: Caderno A, Página 2).
16. *Diário do Grande ABC* (30 de julho de 1988; 24 de novembro de 1988; 7 de dezembro de 1988; 15 de março de 1983).
17. **Armando de Arruda Pereira** — dados biográficos. São Caetano do Sul, Senai, s/d.

(*) *Sônia Maria Franco Xavier, professora de Filosofia e História, dirige o Museu Municipal de São Caetano do Sul e faz parte do Grupo de Pesquisadores da Memória do ABC (Gipem).*

Visita do presidente Getúlio Vargas à Cerâmica São Caetano, em 28 de novembro de 1941. Ao lado do presidente, Roberto Simonsen, diretor da Cerâmica, e os funcionários Francisco Migliatti, João Migliatti, Pedro Furlan, Justo Martins, Alexandre Previatto, Antonio Moretto, João Malerba e Anísio Furlan (doação da Cerâmica São Caetano)



Museu de São Caetano do Sul

O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de S. Caetano (*)

José de Souza MARTINS (**)

Os primeiros anos da história do núcleo colonial de S. Caetano são os que mais facilmente estão sujeitos às deformações de uma memória histórica fantasiosa. Sem dúvida, a fantasia é também um documento sobre as mentalidades e como tal pode ser incorporada à análise histórica. Nesse sentido, a história local constitui um caso fascinante de deformação. Quase todos os fatos que conhecemos hoje em dia, a respeito da história do núcleo colonial, são produto de uma seleção ideológica que teve por finalidade construir uma interpretação triunfalista da imigração italiana. Um marco dessa mentalidade é aquela veneranda placa de mármore colocada na fachada da Matriz Velha: "Aos destemidos precursores que das itálicas terras a estas regiões aportados com indômita pujança abriram o caminho ao hodierno progresso."

Recordemos: a placa foi feita em 1927, ano do cinquentenário da fundação de núcleo colonial, que por sua vez foi uma espécie de marco na história da imigração italiana para São Paulo. Mas, em 1927, o fascismo estava em ascensão na Itália e foi na perspectiva de uma mentalidade fascista e triunfalista, na perspectiva do poder e do progresso, que o aniversário de S. Caetano foi noticiado nos jornais da Itália e nos jornais italianos do Brasil. Naquela época, a embaixada italiana e os consulados procuravam ter presença ativa nos núcleos populacionais italianos (1), através de agentes e simpatizantes do fascismo, responsáveis pela construção de uma mística italiana e fascista — a mística da unidade nacional, do triunfo da italianidade e do poder centralizado. Não havia motivo para que em S. Caetano as coisas fossem diferentes. É muito significativo que da comissão dos festejos do cinquentenário, em 1927, fizesse parte Ettore Lantieri, sócio da firma Lantieri & Marengo (a fábrica de velas que existiu na esquina das ruas Antônio Prado e St^o Antônio), que chegara a S. Caetano em 1914. Havia ocupado o cargo de gerente da Fábrica Matarazzo e trabalhado na fábrica de gordura de coco de Giorgi & Picossi, na rua Amazonas, que ainda hoje existe. Foi apresentado numa publicação da época como "fervoroso admirador da política de Mussolini" (2). Da mesma comissão fez parte Luigi Martorelli (3), de família de fundadores do núcleo colonial, que igualmente se identificava com o fascismo.

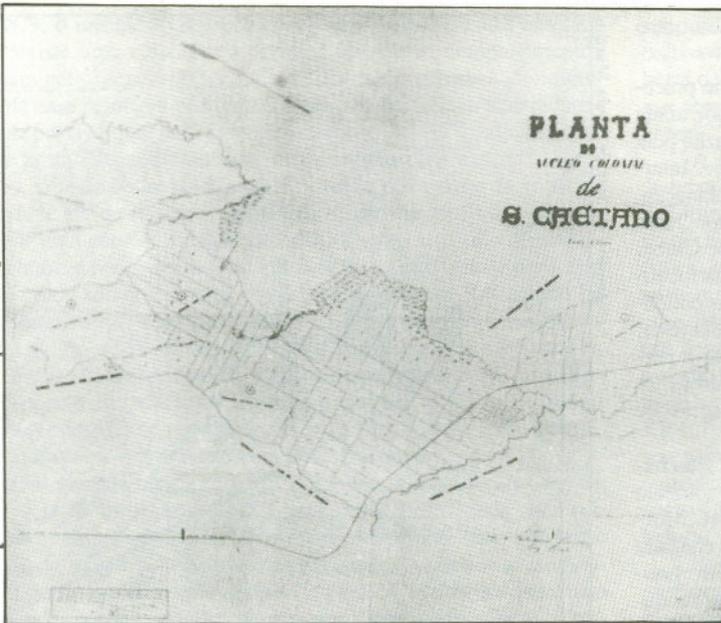
Um foco de influência e de presença fascista em S. Caetano, era o conjunto das fábricas do Conde Francisco Matarazzo. Diretores locais, chefes e técnicos italianos tinham ligações com o fascismo. Um funesto acontecimento, de 26 de março de 1928, indica o fato e, ao mesmo tempo, assinala como a identificação com o fascismo ocorria como coisa natural na vida de alguns grupos da elite local de origem italiana. Para muitos, ser italiano, ou de ascendência italiana, e ser fascista era o mesmo. Naquele dia, o mecânico italiano Paolo Michelini matou a tiros o casal Paolo Emilio Castelli (capitão do Exército italiano) e a Dr^a Alessandra Sforza Castelli, que moravam na Rua S. Caetano (atual Av. Conde Matarazzo). Michelini chegara a S. Caetano no ano anterior. Era

protegido dos irmãos Aliberti, em cuja fábrica de botões, na Rua Senador Vergueiro, trabalhava. Eles eram os que, de fato, queria matar. O enterro saiu da casa do engenheiro Carlo Rocchi, diretor-técnico da Visco-Seda Matarazzo, para o cemitério local. Grande multidão o acompanhou e "uma representação do fascio com seu estandarte tomou parte no cortejo" (4). Aparentemente, diversos protagonistas do caso estavam ligados de alguma forma ao fascismo. Nessa época, o fascismo se confundia com a italianidade e não havia sido, ainda, estigmatizado pela aliança de Mussolini com Hitler e pelo envolvimento da Itália na guerra. A italianidade era cultuada em S. Caetano, principalmente pelo Circolo Italiano, na época presidido pelo mesmo Carlo Rocchi. De sua diretoria faziam parte os irmãos Aliberti. Eram também diretores do Circolo o Dr. Giuseppe Paolone, representante consular italiano, conhecido farmacêutico da localidade, e Luigi Martorelli (5).

Não nos esqueçamos de que Matarazzo já tinha poderosa influência na vida local, e era também um fervoroso admirador de Mussolini, a quem prestava serviços importantes e que dele recebera o reconhecimento do título de conde como título hereditário: Matarazzo era benfeitor da Obra Balila, movimento formador da juventude fascista na Itália (6).

A história de S. Caetano, que é hoje reconhecida oficialmente e é oficialmente divulgada, é produto de uma interpretação fascista da História. Isso não quer dizer que não seja uma história verdadeira. Ela é verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Verdadeira na medida em que os fatos que a compõem, e são divulgados, são fatos geralmente verdadeiros, embora progressivamente diluídos numa interpretação que é cada vez mais memória de terceiros e cada vez menos História. Falsa, na medida em que inúmeros fatos, historicamente relevantes, acontecimentos do cotidiano pobre e difícil, são omitidos deliberadamente. Nessa concepção, são desqualificados tanto a memória quanto o cotidiano, isto é, a história vivida. Nela, deixam de ser reconhecidas a eficácia e a legitimidade da *mediação* fenomênica da história na vida real dos seres humanos. Em outras palavras, *a história local é hoje produto de um esquecimento progressivo, ao invés de ser produto de uma lembrança consolidada, de uma reconstrução acumulada e documentada de informações e interpretações*. Comparando jornais de hoje com jornais de 1952 (75 anos depois da fundação do núcleo colonial) é fácil perceber que hoje se sabe muito menos do que se sabia naquela época a respeito da história local; a História ainda estava muito colada à biografia das pessoas; não era possível fantasiar em termos absolutos porque os fatos haviam sido vividos pelas pessoas. Mas, à medida que as testemunhas visuais da História foram desaparecendo, cada vez mais ganhou força a mistificação da História, a fantasia, a anti-história.

O contraste entre o teor triunfalista dessa mentalidade, do teor triunfalista da frase contida na placa da Matriz Velha, e a história real, é muito grande. A história real do imigrante italiano em S. Caetano é uma histó-



Planta no Núcleo Colonial de São Caetano (1877)

ria de trabalho e pobreza e não uma história de triunfo e riqueza. Penso que a forma mais objetiva, correta e honesta de reconstruir essa história é resgatá-la a partir daquilo que foi o instrumento que os imigrantes utilizaram para fazer da sua derrota real uma vitória real sobre as adversidades da vida. Esse instrumento foi o *trabalho*. A história deformada pela perspectiva triunfalista é uma história que privilegia o *ato do conquistador* e não o *ato do trabalhador*. Privilegia, portanto, um imigrante italiano que só foi aparecer em S. Caetano depois de 1900 e que, rigorosamente falando, praticamente não tinha raízes na localidade. É uma história em conflito até mesmo com aquilo que ainda permanece na memória de velhos descendentes de imigrantes (7). E em conflito maior ainda com toda a documentação que hoje pode ser utilizada na reconstituição daqueles primeiros tempos.

Não nos esqueçamos de que os imigrantes italianos que chegaram a S. Caetano, a 28 de julho de 1877, eram camponeses pobres, camponeses sem terra, procedentes de uma das regiões mais pobres da Itália, naquela época - O Vêneto. Os vênnetos que vieram para S. Caetano eram camponeses procedentes da região montanhosa de Capella Maggiore, Sármede e Rúgolo, no distrito de Vittorio Veneto, província de Treviso. Região predominantemente ocupada por pequenos proprietários e pequenos estabelecimentos trabalhados em regime de parceria, foi logo atingida pela crise agrícola decorrente da Unificação italiana e a conseqüente supressão das barreiras alfandegárias, com a chegada ao mercado de produtos concorrentes mais baratos. As terras comunais vizinhas também começaram a ser ocupadas, atingindo um dos meios de vida dos camponeses. Sem contar que a região foi atingida, ainda, pela fragmentação das propriedades, em decorrência dos direitos de herança, dificultando a sobrevivência das famílias (8). Giacomo Garbelotto, um dos colonos chegados a S. Caetano em 1877, ao que parece veio justamente com a intenção de acomodar um dos filhos, Antônio, em cujo nome adquiriu as terras a que tinha direito. Doze anos após chegar a S. Caetano, escrevia aos parentes, em Cappella Maggiore, falando das misérias daqui e mencionando seu projeto de próximo retorno à aldeia vêneta (9). Não eram, portanto, condições sociais que pudessem produzir biografias de precursores e conquistadores. Antes, eram eles vítimas da exploração econômica, da expropriação territorial e das já insuficientes condições de vida.

Em grande parte, o triunfalismo na história local encontrou um ambiente favorável no triunfo real de uma parte dos imigrantes sobre as condições de vida extremamente adversas que encontrou, no triunfo do trabalho e do trabalhador. Até o começo deste século, as condições de vida dos camponeses de S. Caetano foram difíceis. Mas, um período particularmente crítico foi aquele compreendido entre a fundação do núcleo colonial, na tarde de 28 de julho de 1877, e a sua emancipação, no

dia 3 de junho de 1879. Esse é um período bem documentado, pois estando sob tutela do governo imperial (o núcleo não era provincial), os encarregados da administração escreviam frequentemente relatórios e ofícios sobre o que estava acontecendo.

O núcleo de S. Caetano teve 93 lotes rurais e urbanos, distribuídos entre 1878 e 1891, quando o último colono recebeu terras na localidade. Esses lotes foram entregues a 73 famílias, incluindo 5 famílias não italianas — quatro brasileiras e uma alemã, a de Hermann Juncker, que já se encontrava na localidade no dia 28 de julho de 1877, conforme atestou na época um engenheiro da Inspeção de Terras e Colonização. Das 68 famílias italianas, 17 (25%) venderam suas terras antes de passados 11 anos de seu recebimento, seis das quais as venderam menos de 5 anos depois de recebê-las (10). A maioria retirou-se da localidade. É possível que algumas tenham retornado à Itália. Tive nas mãos todos esses documentos, que permitem até detalhada reconstrução da realidade local, desde a geografia, a utilização do espaço, até as relações sociais, a saúde, a morte.

Um fenômeno que sempre chama a minha atenção quando revejo minhas anotações sobre a história de S. Caetano — feitas ao longo dos últimos 35 anos — é a presença dolorosa da morte na história local, em amargo contraste com a mentalidade triunfalista: os primeiros relatórios, de 1877 e 1879, tratam constantemente da doença e da morte: de 1892 em diante, as atas da Società di Mutuo Soccorso “Principe di Napoli” falam frequentemente no mesmo assunto e não é diferente o teor das atas da Sociedade Beneficente Internacional União Operária, fundada em 1907. A doença e a morte estão aí claramente presentes como contrapartida da carência e da pobreza, do abandono.

É verdade, também, que há nessa documentação referências a festas, quermesses e bailes. Muitas dessas festas, porém, eram feitas para angariar recursos destinados ao pagamento de despesas médicas dos doentes ou funerais dos moradores falecidos. Em várias ocasiões, os documentos mencionam a suspensão de festas públicas por motivo de enfermidade ou falecimento de moradores do lugar. Foi o que ocorreu em 1898 e 1899, quando a Società di Mutuo Soccorso “Principe di Napoli” cancelou os festejos de 20 de setembro (data nacional italiana) porque, ao menos em 1898, o seu presidente, Silverio Perrella, estava gravemente enfermo (11). A mesma festa foi cancelada novamente, em 1908, em virtude da morte do operário Luigi Semonini (12), na explosão da fábrica de pólvora de Silverio Perrella, na manhã de 9 de setembro. A impressão causada pelo acidente foi terrível. Um jornal da época registrou que “o mísero operário estava irreconhecível e os gemidos que a custo articulava tinham um som medonho, porque a boca lhe havia desaparecido e a garganta se transformara numa horrorosa massa de sangue. (...) A pobre família foi abrigada piedosamente na casa do Sr. Mo-

retti, também residente em S. Caetano. Na ocasião, foi atingido outro trabalhador, Antonio Roveri, que era parente do patrão (13).

Nessa época, para os moradores de S. Caetano, o luto tinha precedência sobre a festa. Ao mesmo tempo, a morte de um morador ainda era aqui considerada um fato coletivo e não um fato privado, razão pela qual o luto tinha um alcance social muito maior do que tem hoje. Interditava, por isso, qualquer atividade que fosse considerada profanação, como ocorria com todas aquelas que quebrassem o silêncio do luto. Quase que se pode dizer que foi com a criação do S. Caetano Esporte Clube, em 1914, e dos dois clubes de que foi sucessor, que começou, na localidade, a separação entre festa e luto, pois foram elas as primeiras entidades dedicadas exclusivamente ao que se pode chamar de festa pela festa, aí incluído o esporte. Nessa altura, de fato, a localidade já estava perdendo suas características rurais e se transformando num subúrbio industrial, onde, portanto, já começavam a ser outras as regras de sociabilidade.

Aquilo que hoje parece simples era, então, muito complicado. Não havia cemitério em S. Caetano (o cemitério da atual Vila Paula somente seria construído em 1911, mediante uma subscrição pública) (14). Morrer se transformava, assim, num drama. Poucos dias depois da chegada dos imigrantes, já falecia a filha de um dos colonos. O engenheiro Leopoldo José da Silva, que foi diretor do núcleo colonial desde sua fundação até sua extinção, em 1879, enviava, no dia seguinte, ofício de nº 38 ao presidente da Província, Sebastião José Pereira (que fêz do êxito do núcleo colonial de S. Caetano quase que uma questão pessoal) solicitando ordem para encomendação do corpo e sepultamento da menina (15). Seria como envolver hoje o governador do Estado para poder realizar um enterro! Até o dia 20 de outubro de 1877, já haviam morrido 18 pessoas na localidade (16) — uma morte a cada 5 dias, uma freqüência alta num grupo de pouco mais de 150 pessoas, menos de 40 famílias, diversas das quais aparentadas entre si. O que significou que, nos primeiros tempos, a sociabilidade dos colonos esteve praticamente dominada pelo luto, suas regras e interdições. Para complicar ainda mais a situação, o padre Tomás Inocêncio Lustosa, vigário de S. Bernardo e figura muito conhecida na história da Igreja de S. Paulo, a 15 de outubro de 1877, comunicava ao encarregado do núcleo colonial que a partir daquela data não mais aceitaria, no cemitério de sua freguesia, cadáveres procedentes de S. Caetano (17) — que fossem remetidos para a Capital!

O governo havia contratado o médico Jaime Soares Serra para atender aos núcleos coloniais fundados em 1877 — Glória, Santana, S. Bernardo e S. Caetano. Mas, para desespero de Leopoldo José da Silva, diretor do núcleo, o médico rescindia o contrato a 16 de fevereiro de 1878, sugerindo que fosse contratado um médico exclusivamente para Glória e S. Caetano (18). Uma semana depois, um relatório informava que havia na localidade 23 doentes, 4 dos quais com febre tifóide, 11 com oftalmia purulenta, 4 com diarreia (19). Em maio, o médico Epifânio Silva Loureiro informava que visitara umas casas entre os núcleos de S. Caetano e S. Bernardo, a 4 ou 5 km do primeiro, e que na casa de um certo Inácio José Rodrigues encontrara 9 pessoas com varíola (20). José Luís Fláquer, professor de primeiras letras em S. Bernardo, confirmava os 9 casos num lugar chamado Ressaca (atual Vila Barcelona). Fôra ele, aliás, que nos fins de abril dera parte dos casos ao subdelegado, “para evitarmos propagação deste mal tão próximo a dois núcleos coloniais” (21). Pouco depois, o Dr. Hortêncio de Mendonça Uchoa era contratado pela presidência da província para prestar serviços médicos em S. Caetano (22). Seria dispensado em 1879, logo após a emancipação do núcleo colonial, “por não haver doentes” (23).

A política de tutela dos núcleos oficiais envolvia a concessão de um subsídio aos imigrantes, que cessaria em junho de 1879, com a emancipação (24). É importante lembrar que parte do subsídio em dinheiro, na realidade, seria compensada pelo pagamento que os colonos fariam pelos lotes de terra adquiridos. Os quais, aliás, só conseguiriam seus títulos de propriedade muitos anos depois, no governo republicano de Jorge Tibiriçá, em 1891, após quitarem integralmente seus débitos.

Enquanto durou a tutela do governo, até 1879, e o núcleo colonial teve na pessoa do engenheiro Leopoldo José da Silva um administrador zeloso e interessado, apesar das condições locais péssimas, ainda houve garantia de assistência médica e a concessão de subsídios para a alimen-



São Caetano, em 1914 (detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo, da Comissão Geográfica e Geológica).

tação dos adultos e das crianças acima de dois anos de idade. Com a emancipação, o núcleo foi praticamente abandonado pelo governo, que só voltaria a se interessar por ele em 1887, na época da chamada “Grande Imigração”, que antecedeu de imediato a abolição da escravidão negra. Em S. Caetano, ainda havia muitos lotes vazios ou abandonados, que seriam distribuídos entre 1887 e 1889 (e alguns ainda em 1891). Mas, já em 1877, no dia 4 de agosto, dia do primeiro falecimento no núcleo recém-inaugurado, diversas famílias de imigrantes italianos localizadas em S. Caetano manifestaram intenção de ir para Sta. Catarina. Foi-lhes mostrado ser isso impossível porque haviam se comprometido com o governo, por escrito, a se estabelecerem onde ele determinasse (25). Um requerimento formal foi deferido pelo governo, no dia 13 de agosto (26). Porém, 21 pessoas foram enviadas para o Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto, a fim de que dali fossem para a província do sul (27).

Giovanni Peruch, um dos colonos, assinou em Gênova, no dia 30 de junho de 1877, um documento impresso que falava das vantagens oferecidas aos emigrantes que fossem para o Brasil e se estabelecessem nas colônias do Estado (28). Sua família guardou esse precioso documento, que nos permite hoje constatar como eram feitas e quais eram as promessas feitas aos emigrantes que embarcariam no vapor “Europa” no dia seguinte e que seriam encaminhados ao núcleo colonial de S. Caetano e ao núcleo colonial de Santana, na Capital (uma antiga fazenda jesuítica, hoje bairro de Santana) (29). Além de mencionar terras e preços de terras, o documento falava no fornecimento de instrumentos de trabalho, sementes para o primeiro plantio, de casa provisória, de instrução moral e religiosa.

Na verdade, missa haveria alternadamente na capela de cada núcleo a cada domingo (30). Escolas só seriam criadas em 1883 (uma classe masculina e uma classe feminina) (31). O próprio Imperador D. Pedro II, visitando o núcleo em 1878, criticaria a qualidade das moradias (32).

Desde 1874, o governo já dispunha de levantamentos detalhados sobre as terras da Fazenda de S. Caetano, pertencentes à ordem de São Bento, seus caminhos, estradas, rios, construções. No levantamento realizado em 1874, são mencionadas as casas de moradia, a capela (construída entre 1717 e 1720, depois ampliada e reformada várias vezes) e senzalas com suas taipas de fecho (33). Em 1876, um relatório lembrava que a casa e quartos (senzalas) da Fazenda poderiam constituir “alojamento provisório dos primeiros colonos” (34). Quando da emancipação do nú-

cleo, em 1879, o inventário dos bens nacionais nele existentes mencionava que “existe uma casa térrea dividida em vários compartimentos dentro de um pátio, tendo de um lado 13 pequenas casinhas (senzalas) separadas da casa principal por uma Capela e de outro lado seis repartiamentos com portas e janelas” (35). Em outubro de 1877, informava-se que “existe nesta Fazenda uma casa térrea regular com bastantes compartimentos, situada dentro de um pátio cercado por muros de construção de taipa, tendo de um lado 12 pequenos quartos separados da casa principal por uma capela: todas essas acomodações têm sido conservadas e se acham alojados (nelas) imigrantes que se destinam para este núcleo”. E, mais adiante, o relatório informa que “em S. Caetano há alguns carpinteiros que são aproveitados na construção de casas provisórias de madeira” (36). Portanto, quando chegaram a S. Caetano, os colonos não encontraram as casas provisórias que haviam sido mencionadas no projecto assinado em Gênova e preparado por Caetano Pinto Júnior, o concessionário do governo brasileiro para o recrutamento e transporte dos imigrantes então destinados a S. Caetano.

Giacomo Garbelotto escrevendo a um seu compadre de Cappella Maggiore, a 14 de fevereiro de 1889, procuraria alertar seus conterrâneos para as condições que aqui encontrava o imigrante, fato que levou à publicação da sua carta na Itália, naquela época: “...se por acaso houver alguém do nosso lugar que deseje vir para cá, é preciso que esteja bem informado, porque quando chegam aqui, imigrando para São Paulo, é preciso que saibam como agir. Existem muitos italianos intérpretes que são enviados pelos senhores, brasileiros, e que ganham um tanto por família. Esses intérpretes agem como agem os intermediários na compra do gado. (...) Além disso, as cidades estão cheias de ruas onde o povo chora de fome, sem poder encontrar trabalho” (37). Uma dura avaliação, caracteristicamente camponesa, em completo contraste com a visão triunfalista que hoje domina a história oficial de S. Caetano.

Com a emancipação, em 1879, o núcleo ficou praticamente abandonado. Um documento de 1880 dá a entender que os colonos, chegados em 1877, esperaram por quase um ano para receber seus lotes e começar a fazer o plantio. Ainda assim, Francesco Bortolini, que recebera seu lote em maio de 1878, tinha-o, em setembro de 1880, “na quase totalidade inculto”, sendo acusado de, ao invés de cultivá-lo, dedicar-se ao corte de madeira e lenha para negócio em terrenos que não lhe pertenciam (38). Um sinal bem nítido de um retrocesso de alguns colonos para a economia marginal da população cabocla da região, parte da qual vivia desse tipo de extrativismo desde o século XVIII. Ainda em 1891, um inspetor de colonização constatava que o colono Natale Furlan, no

seu lote urbano, na esquina das atuais ruas 28 de Julho e Rio Branco, cultivava videiras e árvores frutíferas e morava numa “casa de taipa coberta de junco”. Seu lote rural, onde está hoje a General Motors, “apenas tem um rancho de palha e está em parte cultivado com videiras e cereais” (39).

A reativação do núcleo em 1887, para distribuir os últimos lotes de terra ainda disponíveis, coincide com a efêmera prosperidade da viticultura. Emílio Rossi, que, com seu sogro Giuseppe Braido, era colono em S. Caetano, escreveu dois preciosos e otimistas relatos sobre essa época, cheios de frases em latim e citações poéticas. Ele próprio estava, ao que parece, no auge da prosperidade possível naquelas circunstâncias. Além de cultivar uvas e produzir vinho no núcleo colonial, abria um depósito de vinhos no Largo do Tesouro, na capital, onde vendia o vinho da marca “São Caetano”. Como todos os vinhos produzidos no núcleo colonial eram conhecidos por esse nome (mencionados por Júlio Ribeiro, no seu romance “A Carne”), havia decidido mudar a marca do seu para “Vinho Rossi”. Lembra que os primeiros cultivadores de uva e produtores de vinho, no núcleo colonial, haviam sido ele próprio, seu sogro Giuseppe Braido, Carmine Barile, Luigi D’Agostini, Giacomo Garbelotto, Antonio Gallo, Francesco Coppini e Francesco Fiorotto (40).

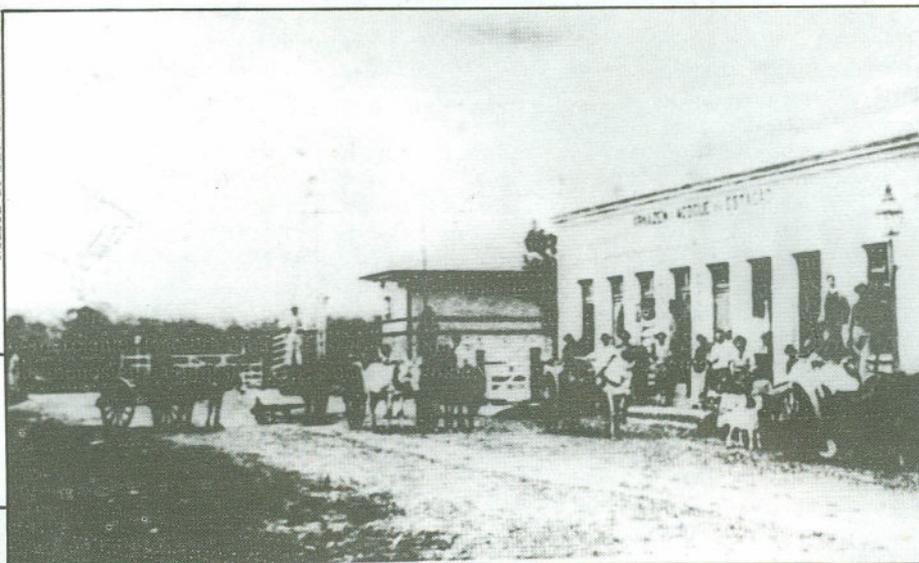
Rossi via com entusiasmo a cultura da vide, uma possibilidade de melhorar as condições de vida dos colonos de S. Caetano, que eram pequenos agricultores, dependentes do trabalho familiar, além disso produtores de cereais. Esse entusiasmo, porém, durou pouco. No ano seguinte, as videiras de S. Caetano foram atacadas pela filoxera, uma praga que exterminou vinhedos no mundo inteiro, inclusive vinhedos de regiões famosas, como a de produção do Vinho do Porto, em Portugal. O rendimento global do núcleo caiu de 85 para 28 contos de réis anuais. A produção do vinho baixou de 428 pipas num ano para apenas 24 pipas. O vinho, que rendera 64 contos de réis em 1887, rendeu apenas 3 contos em 1888 (41).

Esse foi, também, um período muito tenso da história local, envolvendo confrontos entre italianos e não italianos. É difícil estabelecer uma relação de causa e efeito entre a crise agrícola e as tensões sociais. Mas, os conflitos são muito indicativos do ambiente de crise que havia no lugar. No dia 20 de setembro de 1887, o jornal “A Província de S. Paulo” noticiava que “Em S. Caetano houve anteontem (domingo) grande barulho, cacetadas, facadas, etc., até dentro da capela. Os colonos desavindo-se com os empregados da olaria do Sr. Samuel Mesquita, travaram tremenda luta, havendo facadas, cacetadas e tiros. Ficaram feridos: Martorelli Antonio, Marietta Rossi, Paschoal Luigi e Frololi Luigi. Alguns estão feri-

Luigi Semonini, com sua família, poucos meses antes de sua morte na explosão da fábrica de pólvora de Silvério Perrella, em 9 de setembro de 1908.



Coletção do Museu de São Caetano do Sul



Passagem de nível da São Paulo Railway, em 1911, na Rua São Caetano (atual Avenida Conde Francisco Matarazzo)

dos gravemente. Lá não há polícia e esse fato repete-se quase todos os domingos”. Um ano depois, o chefe de polícia informava que no dia 13 de agosto, uma segunda-feira, “na colônia de S. Caetano houve grande desordem motivada pelo jogo”, envolvendo brasileiros. A ponto de que, pouco depois, em setembro de 1888, Cármine Barile foi nomeado inspetor-de-quarteirão de S. Caetano pelo delegado de polícia do Brás (42).

O reflexo claro, porém, da decadência agrícola deu-se nas primeiras vendas de terras de colonos para grandes proprietários, sobretudo industriais, já em 1890. Em dezembro desse ano, foi inaugurada a Fábrica de Formicida Paulista, em terras que haviam sido do colono Eliseo Leone, adquiridas por Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, ex-presidente da província do Rio Grande do Norte (e que seria, mais tarde, presidente do Estado de São Paulo). É a área que fica defronte do local em que está o Instituto Bonifácio de Carvalho, na Av. Goiás. Entre 1890 e 1891, o Banco União de S. Paulo, que pertencia ao Senador Lacerda Franco, adquiriu quase um terço da área do núcleo colonial. No lote que fora de Dionísio Madella, em 1878, revendido a Marino Dall’Antonia em 1882, instalou uma fábrica de bebidas alcoólicas e de refinação de açúcar, onde é hoje a Texaco, próximo da atual estação ferroviária. As famílias Pamplona e Coelho, em 1896, adquiriram, por sua vez, praticamente toda a área histórica da antiga Fazenda, para onde transferiram a fábrica de sabão e graxa que tinham em São Paulo (e que, em 1916, venderiam ao Conde Francisco Matarazzo). Além disso, adquiriram terras em outros pontos de S. Caetano, para futuros loteamentos urbanos, como foi o caso do terreno do colono Filippo Roveri, que ia na Rua Sto. Antônio até o rio dos Meninos e da Rua Alagoas até a ferrovia, aproximadamente. Numa relação dos oito maiores proprietários de terra em S. Caetano, em 1934, já nenhum tinha sobrenome dos primeiros colonos chegados em 1877 (43).

A criação da Società di Mutuo Soccorso “Principe di Napoli”, em 1892, e a da União Operária, em 1907, são indicações vivas da pobreza que alcançou parte significativa dos colonos e seus descendentes. As atas das duas sociedades fazem constantes referências às dificuldades em que se encontravam as famílias e, por extensão, as próprias sociedades beneficentes. Com o aparecimento das indústrias já no fim do século XIX (Formicida, Pamplona, Banco União), alguns dos antigos colonos e seus filhos se tornaram operários. Outros foram trabalhar nas olarias, tirando barro desde a madrugada, de cuja pobreza as fotografias do começo do século nos falam com clareza. Uns poucos tornaram-se pequenos comerciantes ou artesãos. Em 1910, a agricultura já estava praticamente desaparecendo; o camponês dava lugar ao operário.

Na comissão dos festejos do quinquentenário de S. Caetano só havia um sobrenome de família imigrante chegada a 28 de julho de 1877 — o de Luigi Martorelli. Dos demais membros, quatro eram industriais e um era comerciante. Não era uma comissão de camponeses e operários, e muito menos uma comissão de pessoas que conhecessem direta-

mente os tempos de sofrimento e de pobreza da história do núcleo colonial. Nesse momento, começa a aparecer uma classe dominante, em S. Caetano, vinculada à indústria nascente e ao grande capital (naqueles anos 20, Armando de Arruda Pereira, parente e sócio de Roberto Simonsen, na Cerâmica S. Caetano, da qual era diretor, fazia política municipal, fundando um jornal e um partido político local, no intuito de conseguir a autonomia administrativa de S. Caetano). A partir desse momento, a história de S. Caetano passou a ser vista com os olhos dos vencedores e dos poderosos. Ficou pelos caminhos do tempo a memória daqueles que seriam esquecidos pela História: os que tiravam do suor do rosto o pão de cada dia, como dizia Emílio Rossi naquele fim de era que foi o ano de 1888 (44).

NOTAS:

(*) Versão revista e ampliada de artigo publicado originalmente no *Sancaetanense Jornal* (Edição especial), ano III, nº 129, S. Caetano do Sul (SP), 28 de julho de 1985, p. 7.

(1) “No que diz respeito à diáspora italiana na América Latina, nós podemos notar que, desde 1922, Mussolini preconizava uma penetração ideológica junto aos italianos estabelecidos no exterior no sentido que de imediato, uma campanha maciça volte a estimular o senso de italianidade em todas as massas emigradas e a reforçar suas ligações com a mãe-pátria... em seguida, uma obra progressiva de sensibilização das novas gerações e um esforço particular junto a algumas minorias mais receptivas de jovens emigrados, com o fim de uma penetração cultural e espiritual da ideologia fascista nos países hospedeiros” (Declaração de Benito Mussolini, in. R. Cantalupo, *Racconti politici dell’altra pace*. Ed. Istituto per gli Studi di Politica Internazionale, Milano, 1940, p. 302-306, *apud* Ricardo Antonio Silva Seitenfus, “As relações entre Brasil e Itália no período 1918-1939”, in Luis A. De Boni (org.), *A Presença Italiana no Brasil*, volume II, Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, Porto Alegre, 1990, p. 39.

Caixa 4; Ofício de Leopoldo José da Silva para Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província, 19 de junho de 1879, Departamento do Arquivo do Estado, “Colônias” (1879-1890), Caixa 5; *Relatório Apresentado à Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu*, Imprensa Industrial, Rio de Janeiro, 1879, p. 58.

(2) Roberto Capri, *O 50º Aniversário da Fundação de S. Caetano*, s/d, 1927 (sem numeração de páginas *S. Caetano Jornal*, Anno I, nº 28, S. Caetano (SP), 29 de julho de 1928, p. 1.

(3) Roberto Capri, ob. cit.

(4) *S. Caetano Jornal*, Anno I, Num. 11, S. Caetano (SP), 1º de abril de 1928, p. 1 e 4.

- (5) Renato Bellucci, *Pagine di Verità e di Vita* (Cinquant'anni di storia della população de São Caetano), Tipografia de l' "Argus", S. Paulo, 1927, p. 30.
- (6) José de Souza Martins, *Conde Matarazzo — o Empresário e a Empresa*, 2ª edição, Hucitec, S. Paulo, 1973, p. 66-68.
- (7) N. Perrela, *Entre as "Torbas" de S. Caetano*, Edições Alarico Limitada, São Paulo, 1961, *passim*.
- (8) Robert F. Foerster, *The Italian Emigration of Our Times* (1ª edição, 1919), Russel & Russel, New York, 1968, P. 108-112, Emilio Sereni, *II Capitalismo nelle Campagne (1860-1900)*, Einaudi, Torino, 1968, p. 9, 32, 328 e 355; Emilio Franzina, *La Grande Emigrazione* (L'ésodo dei rurais dal Veneto durante il seculo XIX, Marsilio Editori, Venezia, 1976, p. 18 e 77-78).
- (9) Emilio Franzina, *Mercial! Mercial!* (Emigrazione e colonizzazione nelle lettere del contadini veneti in America Latina), Feltrinelli 1979, *passim*: Oscar Garbelotto, "Corrigindo uma versão da história", in *Sancaetanense Jornal*, ano X, n° 377, S. Caetano do Sul (SP), de 28 de julho de 1900, p. 9.
- (10) José de Souza Martins, *Distribuição e revenda dos lotes do Núcleo Colonial de S. Caetano*, 10 p. (inédito). São os seguintes os colonos que venderam ou abandonaram seus lotes e o ano em que o fizeram: Alessandro Domenico (1891), Antonio Daffre (1882), Celeste Pantalo (1884), Dionisio Madella (1882), Domenico Vicentini (1888), Eugenio Modesto (1890), Francesco Antonio Modesto (1890), Gaetano Garbelotti (1887 e 1891), Gaetano Garbelotti Filho (1891), Giuseppe Perin (1887), Giovanni Maria Lorensen (1890), Isacco Coppini (1887), Luciano Gennari (1885), Luigi D'Agostini (parte, 1889), Paolo Poletto (1887), Pietro Pessotti (1881), Vincenzo Santoro (1890).
- (11) Atas da Società di Mutuo Soccorso "Principe di Napoli" de S. Caetano (1892-1911), Verbale n° 44, n° 51, n° 52.
- (12) *Ibidem*, Verbale n° 89, "...naquela data foi aprovada a proposta de festejar o 20 de setembro, mas, vista a grande desgraça ocorrida no dia 9 do mesmo mês, que causou grande impressão na nossa Sociedade, foi anulada por decisão de toda a assembléia no mesmo dia em que foi sepultado o nosso falecido sócio Luigi Semonini."
- (13) "Explosão", in *Correio Paulistano* n° 16.196, S. Paulo (SP), 11 de setembro de 1908, p. 3.
- (14) "Subscrição para aquisição de um terreno destinado ao cemitério em S. Caetano, distrito de S. Bernardo", Coleção do Museu Municipal. A coleta rendeu Rs. 308\$000.
- (15) Ofício n° 38, de Leopoldo José da Silva para Sebastião José Pereira, presidente da Província, 4 de agosto de 1877, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), Caixa 3.
- (16) *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente de Província de São Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva*, 20 de outubro de 1877, fl. 3, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), Caixa 3.
- (17) Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), Caixa 3.
- (18) Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1878), Caixa 4.
- (19) Carta de Leopoldo José da Silva para João Baptista Pereira, presidente da Província, 23 de fevereiro de 1878, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1878), Caixa 4.
- (20) Carta do Dr. Epifânio Silva Loureiro o presidente da Província, 6 de maio de 1878, Departamento do Arquivo do Estado, loc. cit.
- (21) Carta do Prof. José Luiz Fláquer ao presidente da Província, 29 de abril de 1878, Departamento do Arquivo do Estado, loc. cit.
- (22) Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1879-1890), Caixa 5.
- (23) Carta de Leopoldo José da Silva para o Dr. Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província, 3 de setembro de 1879, Departamento do Arquivo do Estado, loc. cit.
- (24) Relação dos colonos de S. Caetano enviada ao presidente da Província, João Baptista Pereira, por Leopoldo José da Silva, 5 de dezembro de 1878, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1878), Caixa 5.
- (25) Ofício n° 39, de Leopoldo José da Silva para Sebastião José Pereira, presidente da Província, 4 de agosto de 1877, Departamento do Arquivo do Estado "Colônias" (Anos 1870-1877), Caixa 3.
- (26) Ofício do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, ao Dr. Sebastião José Pereira, presidente da Província de S. Paulo, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1877, Departamento do Arquivo do Estado, loc. cit.
- (27) "Immigrantes", in *Diario de S. Paulo*, anno XIII, n° 3498, S. Paulo, 15 de agosto de 1877, p. 2.
- (28) "Emigrazione al Brasile — Vantaggi Offerti agli Emigranti", Documento da Coleção do Museu Municipal, proveniente do arquivo da família Barile.
- (29) Ofício n° 39, cit.
- (30) *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva*, 20 de outubro de 1877, fl. 7., Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1870-1877), Caixa 3.
- (31) *Correio Paulistano*, S. Paulo, 2 de abril de 1883, p. 2.
- (32) José de Souza Martins, "A visita do Imperador D. Pedro II ao Núcleo Colonial de São Caetano, em 1878", in *Raízes*, Ano I, N° 2, São Caetano do Sul (SP), dezembro de 1989, p. 9.
- (33) Nicolau d'Atogino (?), *Relatório do exame feito em várias fazendas e localidades, na margem esquerda do rio Tietê, por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Doutor João Theodoro Xavier, muito digno Presidente da Província de S. Paulo*, 24 de setembro de 1874, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (Anos 1870-1877), Caixa 3.
- (34) Instituto Geral de Terras e Colonização (Gabinete do Ajudante), Relatório da visita à Fazenda de S. Caetano, 2 de setembro de 1876, Departamento do Arquivo do Estado, *Ibidem*.
- (35) Ofício n° 640, de Leopoldo José da Silva para Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província de S. Paulo, 3 de setembro de 1879, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1879-1890), Caixa 5.
- (36) *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pelo Bel. Leopoldo José da Silva*, 20 de outubro de 1877, cit., fls. 3 e 6 v.
- (37) Emilio Franzina, *Mercial! Mercial!*, cit. fls. 3 e 6v.
- (38) Ofício de Leopoldo José da Silva para Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província, 6 de setembro de 1880, Departamento do Arquivo do Estado, "Colônias" (1879-1890), Caixa 5.
- (39) José de Souza Martins, *Distribuição e revenda dos lotes do Núcleo Colonial de S. Caetano*, cit.
- (40) Carta do colono Emilio Rossi ao Dr. Rangel Pestana, in *A Província de S. Paulo* n° 3.592, S. Paulo, 17 de março de 1887.
- (41) José de Souza Martins, *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, Livraria Pioneira Editora, S. Paulo, 1973, p. 120-131.
- (42) Coleção do Museu Municipal. Documento procedente do arquivo da família Barile.
- (43) Octaviano A. Gaiarsa, *A Cidade Que Durmiu Três Séculos*, Prefeitura Municipal de St° André, St° André (SP), 1968, p. 92-93.
- (44) Carta do colono Emilio Rossi ao Dr. Rangel Pestana, *O Estado de S. Paulo*, n° 3.634, 11 de maio de 1887, p. 1.

(**) José de Souza Martins é professor de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desde 1965. Foi visiting scholar da Universidade de Cambridge (Inglaterra), em 1976, e professor-visitante da Universidade da Flórida (EUA), em 1981. Nasceu em São Caetano do Sul, em 1938, onde ainda mora a maior parte de sua família, e aqui viveu até 1962. Descende de antigos moradores do lugar. É autor de quinze livros na sua especialidade e co-autor de outros catorze livros publicados no Brasil, Estados Unidos, México, Inglaterra, Alemanha, Itália e Espanha. Foi fundador organizador e primeiro diretor do Museu Municipal de São Caetano do Sul (1959-1961). Sobre a História de São Caetano, publicou mais de uma dezena de artigos em jornais da região, desde 1957, e mais os seguintes trabalhos: *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*, São Caetano do Sul, 1957; *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, São Paulo, Pioneira, 1973; *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, São Caetano do Sul, CEDI, 1988. Seus livros mais recentes são: *Não há terra para plantar neste verão*, Petrópolis, Vozes, 1986 (traduzido para o italiano pela Editora Vecchio Faggio, em 1988); *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia da "Nova República"*, São Paulo, Hucitec, 1986; e *Caminhada no Chão da Noite*, São Paulo, Hucitec, 1989.

História de vida e História vivida (a casa, a rua, a fábrica)

Henry VERONESI (*)

No presente ensaio serão focalizados dois aspectos da vida: o primeiro, numa tentativa de demonstrar, pela descrição do *habitat* dos antigos moradores de São Caetano, como era a vida nesta cidade. É a história de vida, narrada, anotada e transmitida por pessoas que viveram nas épocas dos fatos. O segundo, a história vivida que será o testemunho de fatos ocorridos na existência do autor do texto.

Como o assunto abordará a descrição de fatos e de coisas infungíveis, é lógico que as histórias se confundirão no tocante às épocas.

São Caetano, no início do século XX, por ser cortada pela estrada de ferro São Paulo Railway (também chamada de Estrada de Ferro Inglesa) dividia-se em dois grandes territórios. Um, que se situava entre a referida estrada de ferro e o rio Tamanduateí, divisa com o município de São Paulo; o outro, que ficava entre a estrada de ferro, o rio dos Meninos, o córrego Utinga e distritos de São Bernardo.

No primeiro território, hoje Bairro da Fundação, concentrava-se um dos maiores núcleos de casas da época, pois ali se instalara a maioria das famílias dos colonizadores italianos. Em toda a extensão dessa área territorial, até mais ou menos 1906, existiam apenas duas ruas — Vinte e Oito de Julho e Rio Branco — e mais um caminho que, passando pelo centro da cidade, saía para São Paulo, atravessando a Vila Prudente, pela-Estrada para São Paulo (hoje rua Ibitirama).

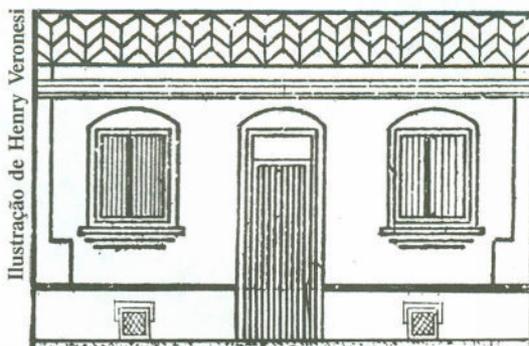
No segundo território concentravam-se as residências de alguns italianos imigrantes e mais outras pessoas, de outras nacionalidades, formando pequenos grupos de casas no centro e muitas espalhadas pelo território, cuja extensão territorial era bem maior do que o primeiro.

Nesse território, embora fosse bem maior que o primeiro, na primeira década do presente século, poucas ruas existiam. Havia a Rua Central que ligava o distrito de São Caetano ao distrito-sede do município de São Bernardo, o Caminho para a Estação de São Bernardo (hoje, rua Visconde de Inhaúma), Estrada das Lágrimas e alguns caminhos que ligavam as casas entre si. O número de casas, entre os dois territórios, não passava de uma centena.

De acordo com uma planta elaborada pelo topógrafo Casério Veronesi, em que ele localiza as construções existentes no ano de 1910, São Caetano tinha, à época, exatamente 100 edifícios, incluindo-se nesse número residências, olarias, fábricas, casas comerciais (vendas), etc. Nessa planta, que foi elaborada com base na memória do autor, estão registradas todas as edificações existentes e também os nomes de seus moradores ou proprietários. Em 15 de agosto de 1936, São Caetano tinha 3.614 prédios.

A CASA

As casas residenciais, em geral, eram construídas seguindo quase um mesmo estilo e configuração. As que eram construídas com frente para a rua eram edificadas no alinhamento, diferenciando-se, apenas, pelos pequenos detalhes das fachadas. As fachadas constituíam-se, em geral, com duas ou mais janelas, porta de frente de entrada e alguns enfeites feitos com a própria argamassa do revestimento. Eram construí-



Fachada de casa antiga

das acima do nível da calçada, em cima de um porão que servia para facilitar a ventilação no assoalho de tábuas. A sala e os quartos eram enormes, com o pé direito que variava entre 3,50m a 4,00m de altura. A sala e os quartos, quando forrados, eram com tábuas. As janelas eram de madeira, de duas ou uma folha que, fechadas, tornavam o ambiente interno completamente sem luz natural. As portas e janelas eram travadas com trancas de ferro ou de madeira, confeccionadas com o mesmo material.

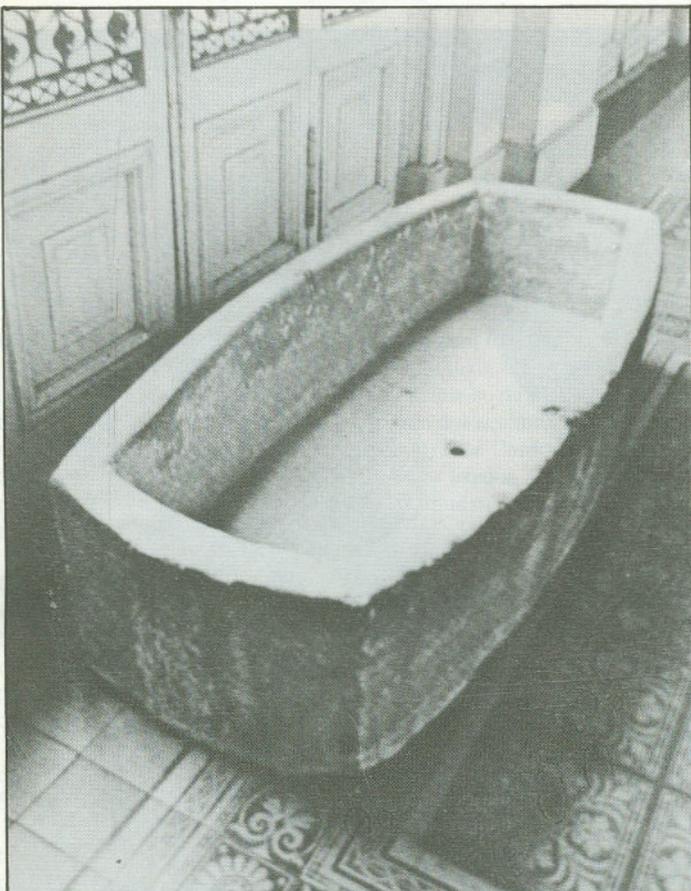
A cozinha, uma parte dela, era tomada pelo fogão de alvenaria que usava como combustível a lenha ou a carvão. Os fogões a lenha ou a carvão eram do mesmo formato, retangulares, formando um caixão, tendo em cima uma chapa de ferro fundido com duas ou três bocas redondas que regulavam as chamas por meio de duas tampas de ferro fundido, dependendo do calor necessário, do tamanho da panela ou caldeirão.

As geladeiras eram totalmente de madeira, revestidas, internamente, com folhas de zinco estanhado. Elas não produziam gelo. O gelo era adquirido em grandes pedras, nas firmas que vendiam bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes. Sua duração era, no máximo, de dois dias, quando era necessária nova compra para a manutenção da temperatura.

Difícilmente numa casa existia uma banheira. Os banhos eram tomados em grandes bacias de zinco estanhado ou tinas de madeira que podiam ser colocadas em qualquer cômodo da casa. Nos quartos, para a higiene íntima, eram usadas as ânforas ou gomis como depósitos de água e a bacia para o uso dela. Para as necessidades noturnas eram usados os penicos ou urinóis, guardados nos criados-mudos ou debaixo das camas. Devido à falta de saneamento básico, os esgotos eram depositados em cisternas, chamadas fossas negras e as águas usadas eram jogadas nas ruas. As fossas negras geralmente eram localizadas no fundo do quintal, junto às latrinas, casinhas ou privadas, hoje denominadas W.C., toaletes ou banheiros.



Fachada de casas na esquina das ruas Mariano Pamplona e 28 de Julho, em 1935



Banheira de pedra, século XIX

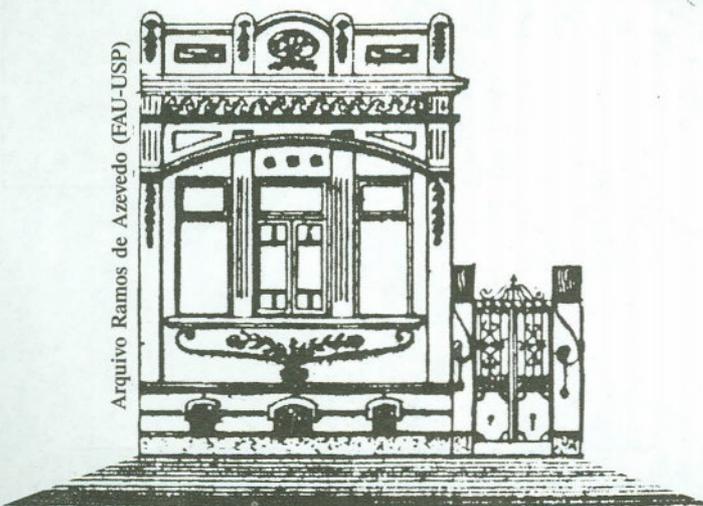


Fotos de 1930: rua Alfredo Fláquer (hoje, Herculano de Freitas), casas n.ºs 49 e 50. As pessoas, em pé, são Vitório Miotto e Maria Miotto; sentada, de roupa clara, Olívia Bálamo

Com o surgimento da eletricidade, do saneamento básico nas localidades e com a evolução da arquitetura, a partir da década de 20, o conceito de moradia foi se alterando de forma eclética, surgindo novos estilos de residências que ofereceram maiores comodidades aos moradores. Não eram mais usados os lampiões a querosene, pois eram instaladas lâmpadas em todos os cômodos; os banheiros começaram a ser construídos dentro da própria residência, compondo-se, geralmente, de uma banheira, um bidê, bacia de privada, chuveiro elétrico, pia-lavatório, etc. Para a cozinha, começaram a surgir os fogões elétricos e a gás. Bem mais tarde, as geladeiras, de chapas de ferro pintadas, movidas a querosene ou a eletricidade.

As fachadas foram tomando outros aspectos. Eram carregadas de decorações que as distinguiam das residências mais antigas, chegando a ser chamadas de habitações burguesas.

Os enfeites dos palacetes não eram executados apenas na parte da alvenaria. Os arquitetos e os mestres-de-obras também se esmeravam na construção dos muros, gradis, aberturas, portas, janelas, portões, inclusive nos telhados, quando começaram a surgir novos tipos de cobertura.



Arquivo Ramos de Azevedo (FAU-USP)

Fachada de casa de classe média, em São Paulo

A RUA

Como as casas, no início do século, em São Caetano, poucas ruas existiam. Eram caminhos carroçáveis, sem guias, nem sarjetas. As calçadas, em certos caminhos, confundiam-se com o leito da rua. Em outros, distinguiam-se das ruas, graças às inúmeras nascentes de águas que existiam e jorravam suas águas nelas e, ainda, as águas pluviais que formavam sarjetas naturais por onde corriam.

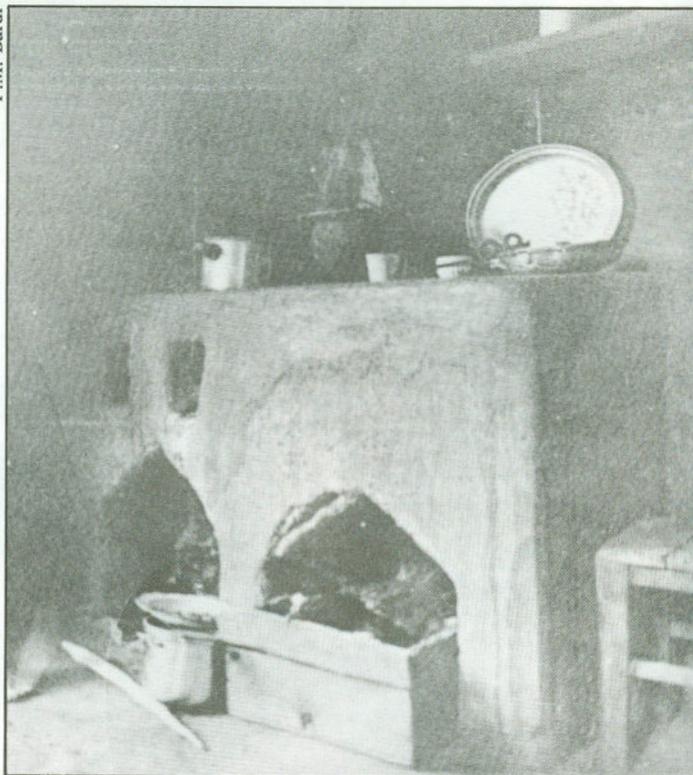
As ruas eram de terra, sem nenhuma espécie de calçamento, guias ou sarjetas.

Contava Casério Veronesi que a iluminação pública, até uma época da década de 10, era feita por oito lampiões a querosene (jacarés), distribuídos da seguinte forma: dois na rua do Centro (hoje Av. Conde Francisco Matarazzo); quatro na rua Perrella e dois na rua Vinte e Oito de Julho, estando o último localizado em frente à igreja Matriz. O funcionamento deles ficava a cargo de um servidor contratado, chamado Pedro Mazetti, morador da rua Virgílio de Rezende, que todas as tardes, quando começava a escurecer, pegava seus instrumentos de trabalho e começava a acender os lampiões.

Saindo da Rua do Centro, percorria todas as ruas que tinha lampiões, acendendo-os. Chegando à Matriz, onde se encontrava o último, ficava perambulando pelas ruas ou, então jogando cartas até as 22h, horário em que quase todos se recolhiam. Daí, voltava pelo mesmo trajeto feito na ida, e apagava os lampiões.

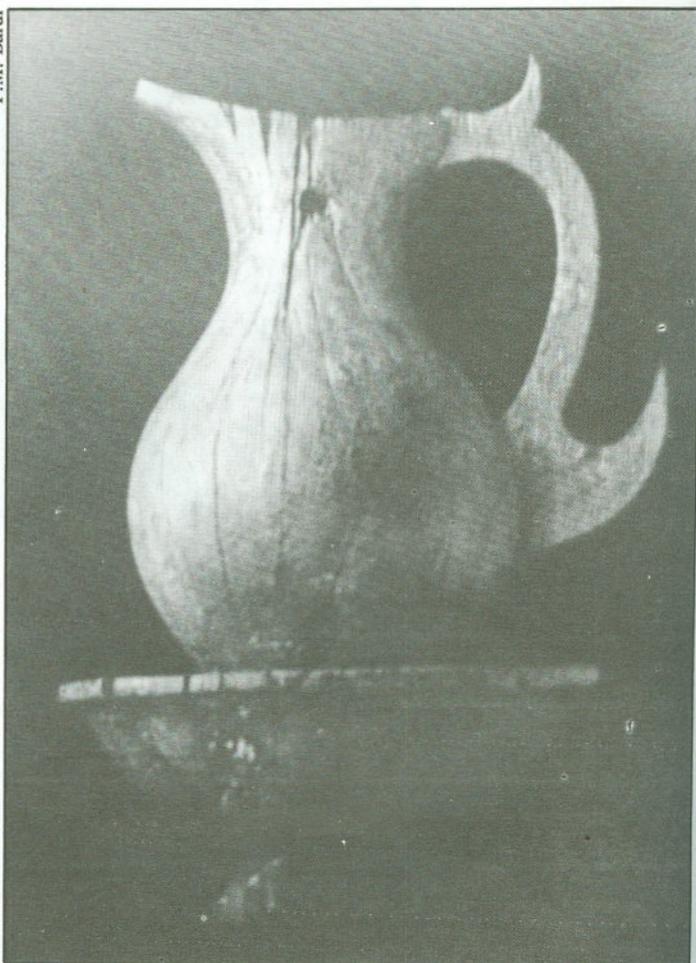
Pedro Mazetti, para executar esse serviço todas as noites, recebia menos que \$ 500 (quinhentos réis) por mês, ficando por sua conta a despesa com o gasto do querosene. Em 1937, existiam nas ruas de São Caetano 145 lâmpadas que era toda iluminação pública existente.

P.M. Bardi

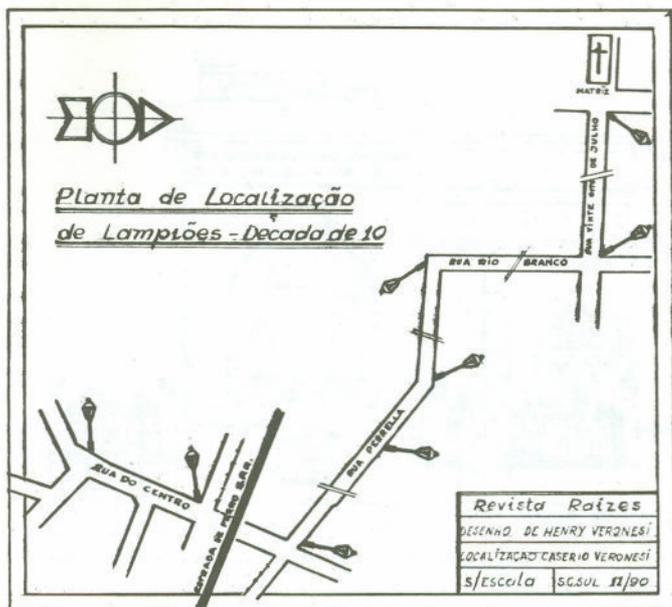


Fogão, a carvão, de casa modesta

P.M. Bardi



Gônil de Santa Cruz de Estrada (coleção de P. Vasconcelos)



As ruas, fora os campos de futebol e os rios onde as pessoas se banhavam, também eram locais de lazer. Aos domingos, dias de descanso sagrado, eram disputadas partidas de bochas. Os jogadores começavam o jogo no Largo da Matriz, seguiam pela rua Vinte Oito de Julho, passavam pelas ruas Rio Branco e Perrella até a Estação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, retornando em seguida, fazendo o mesmo trajeto, até o Largo da Matriz.

Os jogadores, sempre disputando partidas durante os domingos faziam diversas vezes esse caminho. Chegavam a jogar até a noite.

Nas noites muito escuras, a fim de enxergarem o balim, colocavam sobre ele um toco de vela acesa, jogando até terminar a partida ou o trajeto de volta para a Matriz. Pelo caminho havia paradas obrigatórias. Eram as paradas para descanso e para saborearem aquele vinho feito em casa, que levavam.

Os veículos que transitavam pelas ruas eram os carros de bois, charretes, carroças, troles de aluguel. O ponto de troles estava situado na rua Coronel Fernando Prestes (hoje Conselheiro Antonio Prado), ao lado da linha da S.P.R. Eles eram alugados, geralmente, por pessoas que vinham de fora para visitar o Curandeiro, homem tido como milagroso.

Eram troles confortáveis e alguns até de luxo, como o de propriedade de Agostinho Marinotti que era semelhante ao da Rainha Elizabeth da Inglaterra. Os outros eram de propriedade dos senhores Benedito Cavana, Silvério Rodrigues, Martorelli (poeta), José Cardoso e um outro, que era alugado por Benedito Moretti. Eram usados para casamentos, passeios. Para o transporte de mercadorias, mudanças ou outras cargas, eram alugadas carroças dos senhores Faustino Roveri e Pedro Mazetti.

Os primeiros automóveis de aluguel começaram a aparecer em São Caetano no ano de 1914. Eram de origem italiana, de marca SPA, de propriedade do senhor Gino Foratini. Eles eram dirigidos por Antonio Foratini e Francisco Massei. Na I Guerra Mundial, esses dois sancaetenses viajaram para a Itália, para participarem do conflito, só voltando para São Caetano Francisco Massei, porque Antonio tombou no campo de batalha.

Mais tarde surgiram outros carros de aluguel, de propriedade de Rocco Vosso, Joaquim Porto Simões, Luiz Pessotti, João Scaglia (o Joca), Silvério Rodrigues, e outros.

O abastecimento desses veículos era feito por intermédio de uma bomba de gasolina, operada manualmente, da Companhia Standard Oil que se situava na Rua do Centro (hoje, Av. Conde Francisco Matarazzo), ao lado do ponto de táxis. A bomba era operada por um servidor da Cia Standard Oil que a mantinha ali só para aquela finalidade. Mais ou menos em 1928 foi desativada, porque a Companhia Texaco construiu na Rua Goiás, na esquina da Rua Quintino Bocaiúva, um posto, existente até hoje.

Entre 1917 e 1918, surgiram as primeiras bicicletas. Foi quando o senhor João Cicala se estabeleceu com uma bicicletaria no largo da Matriz, no bairro Fundação.

Com o aumento dos carros de aluguel, do número de bicicletas e o alto custo de manutenção, os troles — que eram puxados por dois belos animais — em 1922 deixaram de existir como troles de aluguel.

Até 1933, São Caetano do Sul não tinha nenhuma rua calçada. Algumas possuíam apenas guias e sarjetas e outras apenas guias. Nesse ano, o Prefeito Justino Paixão mandou calçar as primeiras ruas da cidade com paralelepípedos. A primeira foi a Rua São Caetano, antiga Rua do Centro e hoje Av. Conde Francisco Matarazzo, que foi calçada da Rua Manuel Coelho até a Rua Heloísa Pamplona. Posteriormente, foram calçadas as ruas Goiás, Baraldi até o córrego dos Meninos, divisa com o município de São Paulo. Essas ruas foram calçadas com uma faixa de paralelepípedos na largura de 5,00 metros e eram as ruas que, vindo de Santo André, pela Av. D. Pedro II, faziam o itinerário dos ônibus que de Santo André, passando por São Caetano, iam para São Paulo.

Em 1936, o Prefeito Felício Laurito mandou ampliar essa faixa de 5,00 metros para 7,00 metros, um metro para cada lado da rua. Em 1937, S. Caetano já tinha 12.500 metros quadrados de calçamento. O Prefeito-interventor José Carvalho Sobrinho foi quem começou a rede de água domiciliar no distrito de São Caetano. Com a exploração imobiliária surgiram dezenas de loteamentos, retalhando a cidade com centenas de novos logradouros públicos.

Esses logradouros foram recebendo os melhoramentos de luz domiciliar, iluminação pública, calçamento asfáltico, guias e sarjetas de concreto, redes de água domiciliar e industrial, de esgoto e de águas pluviais, transformando a cidade no que é hoje.

Coleção: Família Sanches



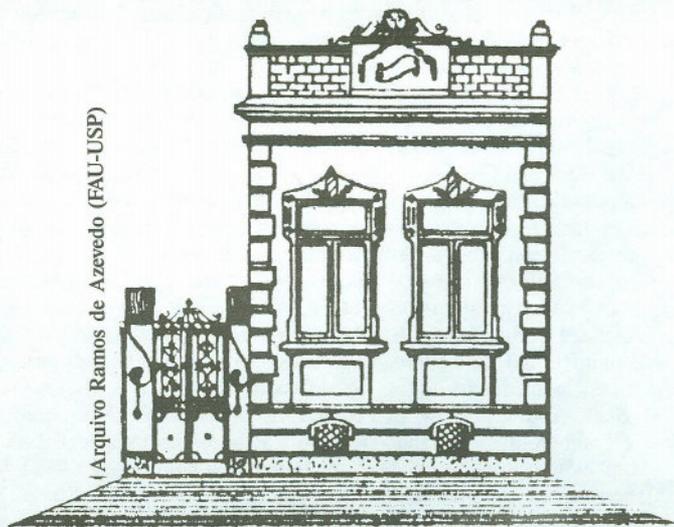
Chácara de Pedro Sanches, na rua Margarido Pires, no ano de 1944. Ao fundo, a Metalúrgica São Francisco, hoje Coferaz

Coleção: Família Sanches



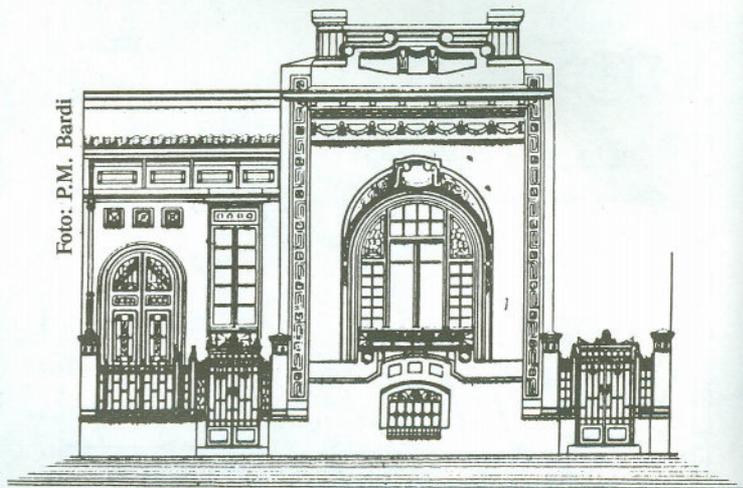
Pedro Sanches e seu sobrinho, Themístocles, entregando leite da chácara, na rua Margarido Pires, em 1949

Arquivo Ramos de Azevedo (FAU-USP)



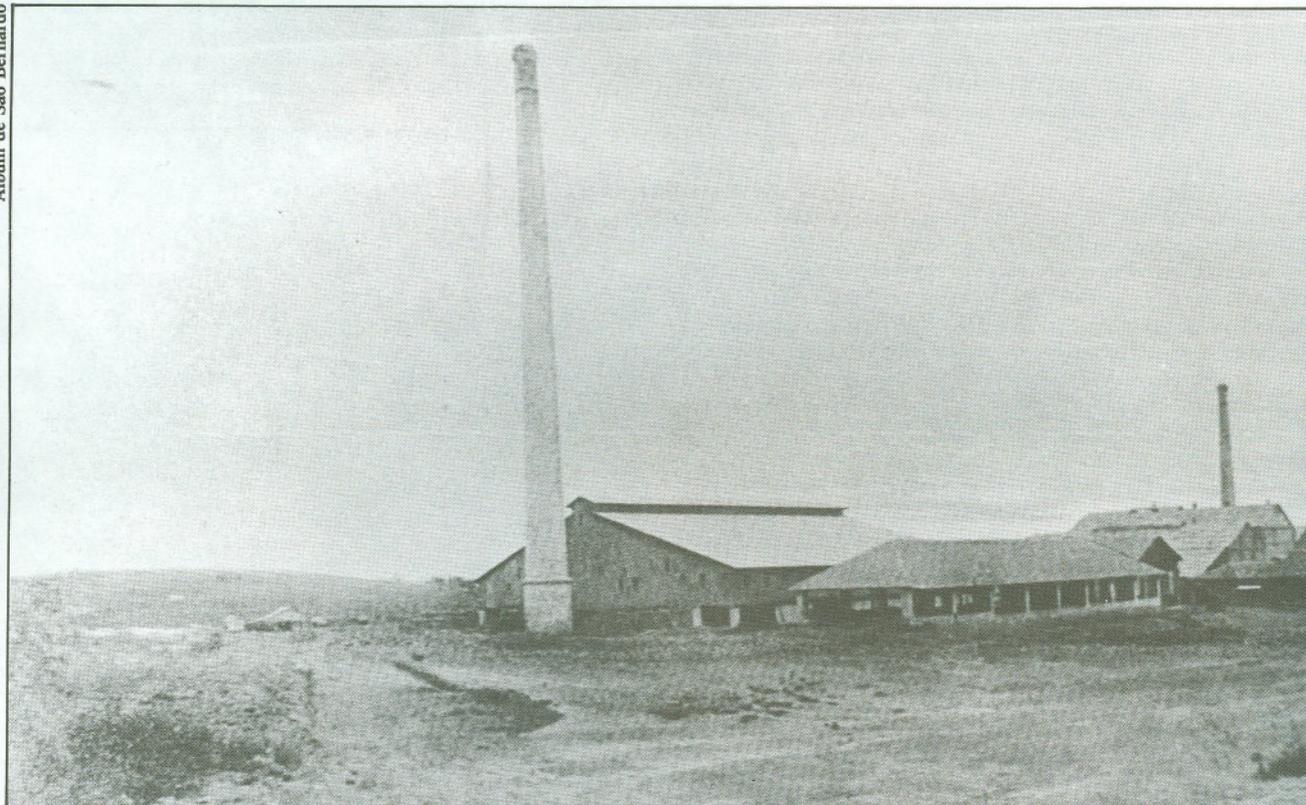
Fachada de casa de classe média, em São Paulo

Foto: P.M. Bardi



Fachada de casa nos anos 40, persistindo a moda dos estilos ecléticos

Álbum de São Bernardo



Parte da Cerâmica Privilegiada do Estado de São Paulo, em foto sem data, fundada em 6 de maio de 1913 pelo dr. Antônio Cajado. Em 19 de fevereiro de 1924 passou a chamar-se Cerâmica São Caetano S.A.

A Fábrica

Os primeiros produtos manufaturados que foram fabricados em São Caetano do Sul, pelo que se tem conhecimento, após a vinda dos imigrantes italianos, foram as telhas e os tijolos de barro.

No fim do século passado, foi instalada, no Bairro Fundação, a Indústria Mariano Pain Pamplona que fabricava sabão em pedra marca *Vencedor*, óleo de caroço de algodão, *Sol Levante*, velas steáricas, *Paulista*, óleo de amendoim e óleo de rícino.

A instalação dessa indústria praticamente foi o início da era industrial, pois, além de utilizar muita mão-de-obra daqui, começou a atrair

migrantes de outras localidades, que vinham com as famílias e aqui se instalavam.

Por volta de 1900, os irmãos Scartozzoni, José, Benjamim, Arsenio, Augusto e Américo, fundaram a firma Fábrica de Móveis Irmãos Scartozzoni, na Rua Serafim Constantino. Tinha como finalidade fabricar móveis de todo tipo, mas também tinha seu produto de linha que eram as geladeiras de madeira, revestidas internamente com chapas de folhas de flandres. Elas eram produzidas especialmente para a Companhia Antártica Paulista, que as colocava nos botequins, bares e vendas onde eram negociados os seus produtos, como a cerveja e os refrigerantes.

Foto da fábrica Giorgi Picossi & Cia.,
na década de 30



Rua Manoel Coelho com rua Goiás, no início da década de 50



Carro da década de 10.

Em pé, de gravata,
ao lado do carro: Dante Massei.
O menino de touca é
José Massei (Zeca);
à porta, a sra. Virgínia Massei.
Na direção do veículo
(que ficava do lado esquerdo),
o motorista Joaquim Porto

Nesse começo do século, diversas outras indústrias, com duração efêmera, como a de bebidas do Banco União e a fábrica de pólvora do Tosetti, foram instaladas.

Em 1913 o *Cav. ufficiale* Pedro Giorgi e o senhor Antonio Picossi fundaram e instalaram a firma Giorgi, Picossi & Cia, numa área de 40.000 mestros quadrados, com o fim de produzir gordura de côco *Brasil*, velas steáricas, sabões de diferentes tipos, glicerina, oleína, stearina e o conhecido óleo de amendoim *Meza*. Essa fábrica foi montada no começo da rua Amazonas, do lado da linha da Estrada de Ferro São Paulo Railway.

Por volta de 1917 e 1918, Romeu Mazini instalou à rua Amazonas (perto da estação da Estrada de Ferro São Paulo Railway) uma indústria de fundição, galvanoplastia, tornearia de repuxo, solda e polimento, que produzia vitrinas para bares e lojas, jogos de café, de chá, bandejas, puxadores de gavetas, de portas, adornos fundidos, etc. A indústria era dirigida pelo diretor Matheus Constantino, e denominava-se Metalúrgica Fami.

Na mesma década foi instalada a Cerâmica São Caetano S/A, que fabricava telhas brilhantes, foscas, coloniais, ladrilhos, ladrilhões, tijolos prensados, tijolos furados, diversos tipos de materiais refratários, cujos produtos eram controlados por um laboratório de ensaios térmicos, sendo considerados iguais aos do mesmo tipo de procedência estrangeira. Seu diretor presidente era o dr. Roberto Simonsen e o diretor industrial, o dr. Armando de Arruda Pereira.

Ainda em 1918 o espanhol José Gomes montou a Fábrica de Biscoitos São Miguel, à rua Goiás, 216. Em 1920, o senhor Victório Dal'Mas montou a indústria Fábrica de Cola Dal'Mas, que produzia adubos em geral, e diversos outros produtos químicos. Em 1922, a Schnneider & Cia. instalava um cortume que beneficiava o couro do boi para a fabricação de calçados. As instalações desse cortume, talvez por causa do mau cheiro que produzia, situava-se no fim da rua Conceição, próximo ao rio dos Meninos, onde hoje passa a avenida Guido Aliberti. Ela, também, mantinha uma fábrica de correias para transmissão de máquina, que ficava situada onde hoje estão instalados os depósitos da Companhia Texaco, à rua Heloísa Pamplona.

No ano de 1923, no dia 11 de março, surgiu a Indústria Aliberti Ltda., fundada pelos irmãos Aldo e Guido Aliberti, para a fabricação de botões de corozo (marfim vegetal), botões de madrepérola, botões de côco e botões de galalite, e artefatos deste último produto.

Em 1925, instalou-se neste distrito a General Motors que começou a montar os famosos automóveis Chevrolet, Pontiac, Oldsmobile, Buick, Cadillac, La Salle, Opel e Vauxhal, e os caminhões Chevrolet, Oldsmobile, GMC, Bedford e Blitz. As instalações situavam-se à rua Goiás, e foram consideradas, à época, como uma das maiores do mundo.

Em abril de 1926, as Indústrias Francisco Matarazzo adquiriram a Indústria Mariano Pain Pamplona. No dia 11 de abril, instalou-se no mesmo local a fábrica de seda artificial viscosa, denominada Visco Seda Matarazzo Ltda.

Na década de 30, surgiram muitas indústrias, chegando no ano de 1937, o distrito de São Caetano a possuir mais de 11 olarias e 53 indústrias, como de produtos alimentícios, químicos, de tecidos, laminações de metais, fundições de ferro e de metais, fábricas de louça, cerâmicas, bebidas, indústrias extrativas, de móveis, de brinquedos, de papel e papelão, de formicidas, de tintas, de calçados, e outras que fabricavam os mais variados produtos.

Bibliografia

1. Bardi, P.M. — *Mestres, artífices, oficiais e aprendizes no Brasil*. São Paulo, Banco Sudameris: Raízes Artes Gráficas, 1981;
2. Bardi, P.M. — *Em torno da fotografia no Brasil*. São Paulo, Banco Sudameris: Raízes Artes Gráficas, 1981;
3. Caldeira Netto, João — *Álbum de São Bernardo*, São Paulo, Ed. Org. Cruzeiro do Sul, 1937;
4. Anotações de Casério Veronesi.

Episódio lírico na cidade

Era madrugada de um dia outonal, e a família Spagnuolo, toda reunida, aguardava com ansiedade a chegada de mais um ente que iria aumentar a prole.

Seu Estanislau Spagnuolo, ao lado da esposa Adriana Polido Spagnuolo, fazendo mil e um projetos, falava sobre a criança que viria aumentar a família.

Dona Ana, a parteira da família, embora não estivesse presente, encontrava-se de prontidão em sua casa, que ficava a poucos quarteirões da Rua Bahia (hoje, Rua Rio Grande do Sul) onde se daria o feliz acontecimento para os Spagnuolos.

Depois de uma madrugada ansiosa de espera, às 5 horas, ouviu-se o primeiro sinal de vida, o choro da criança nascida. Era Josefina que vinha para o mundo, já trazendo, com seu grito estridente, a mensagem de que estava surgindo neste mundo para ser uma cantora lírica.

O pai, amante da música clássica, ao ouvir aquele choro, que mais parecia um acorde musical, ainda sem saber o sexo da nascida, exclamou: "Questa mia bambina, se Dio vuole, sarà una magnifica cantora." O nascimento de Josefina foi um dos maiores acontecimentos da família Spagnuolo.

Os avós paternos, Benvenuto Spagnuolo e Lúcia Gubitoso Spagnuolo, e os avós maternos, Eleutério Polido e Teodora Neto Polido, ao receberem a notícia, não couberam em si de alegria e satisfação.

Os Spagnuolos, sendo católicos por tradição e convicção, batizaram Josefina na Igreja Matriz do Bairro Fundação. O padre que a batizou foi o pároco da igreja, Alexandre Grigoli, e seus padrinhos foram os avós maternos, Eleutério e Teodora. Frequentou o catecismo na Igreja Matriz, fazendo a primeira comunhão naquele templo. Seu curso primário teve início no 2º Grupo Escolar de São Caetano do Sul, que se localizava na Rua Monte Alegre; terminou o primário no Grupo Escolar Senador Fláquer, localizado na Rua Heloísa Pamplona. Suas amigas mais íntimas no Grupo Escolar foram Zilda Capela, Lidia Capela, Maria Polido, Lucila Cavassani, Eleonora Martorelli, Laura Perrella, e muitas outras.

Josefina, desde o grupo escolar, demonstrava muita sensibilidade artística e para as coisas. Para ela, todos os finais de ano eram dolorosos. Chorava muito só em pensar que no período de férias teria de ficar longe das colegas que muito estimava.

Possuidora de um gênio alegre, no recreio, entre as aulas, vivia can-

tando canções internacionais. Para as festas, sempre era convidada para participar, apresentando, já na época, números com canções estrangeiras, principalmente italianas, e árias de óperas.

Observada a sua precocidade na arte do *bel canto*, o seu Benvenuto e o tio Antonio Troisi, que também era amante da música clássica, não medindo esforços, começaram a preparar a filha e sobrinha, fazendo com que estudasse línguas, música e canto, iniciando estudos com o professor Tino Bruno.

Apresentada ao professor Tino Bruno, este, depois de diversos e rigorosos testes, aceitou Josefina para ser sua aluna. Depois de preparada pelo professor Tino, Josefina foi aperfeiçoar-se na Itália, em Milão, com a famosa maestrina Irma Manfrini, criadora de diversos cantores líricos. Terminados os estudos na Itália, voltou para o Brasil, continuando a aperfeiçoar-se com a professora Irma Gambaro, outra formadora de astros da música clássica.

Josefina, ainda estudante de música, já cantava nas rádios, clubes, aniversários etc. Com 10 anos de idade cantou nos programas do Clube Papai Noel, na antiga Rádio Difusora de São Paulo. Foi por volta do ano de 1936 que cantou pela primeira vez no rádio, tendo estreado com a canção italiana *Signora Fortuna*.



Coleção Josefina Spagnuolo

Josefina Spagnuolo, em 1940, cantando no São Caetano Esporte Clube



Padre Alexandre Grigoli, que batizou Josefina Spagnuolo, junto com Atilio Santarelli, no Coliseu de Roma



Coleção Josefina Spagnuolo

Josefina Spagnuolo, aos 13 anos, cantando no Teatro Sant'Anna, ao representar o papel de Gilda, na ópera *O Rigoletto*, de Giuseppe Verdi, em 2 de abril de 1940



Josefina Spagnuolo
na Rádio Mitre, em Buenos Aires,
no ano de 1949, por ocasião de uma de
suas apresentações na Argentina

Como profissional, iniciou a carreira aos 13 anos, no Teatro Sant'Anna, de São Paulo, representando o papel de Gilda, na ópera *O Rigoletto* do imortal compositor italiano Giuseppe Verdi. No elenco, a única criança era Josefina. Por isso, ao término da ópera, foi muito aplaudida, sendo obrigada a repetir, por diversas vezes, árias por ela cantada. Nesse espetáculo, Josefina representou com o tenor Tino Bruno que era seu professor, com o baixo José Perrota e outros artistas famosos da época.

Após a apresentação, no Teatro Sant'Anna, Josefina galgou o pedestal do estrelato e, na sequência, participou em diversas óperas, representando os personagens: na *La Traviata*, de Verdi, Violeta; no *Barbeiro de Sevilha*, de Rossini, Rosina; na *La Bohème*, de Puccini, papel de Musetta; no *Elixir D'Amor*, de Donizetti, Adina; na *Don Pasquale*, de Donizetti; Norina; na *Lucia de Lammermoor*, de Donizetti, Lucia; na *La Sonambula*, de Bellini, Amina.

Todas essas óperas foram representadas nos melhores teatros de São Paulo, como o Municipal e o Colombo que, na época, receberam os melhores artistas do mundo, principalmente do lírico.

Sua vida artística foi muito atribulada porque não só representava no palco como também cantava nas emissoras de rádio, atuando com muito sucesso nas Rádios Cruzeiro do Sul, Difusora, Tupi e Cultura, até que a Rádio Gazeta (não querendo dividir a audiência com as outras emissoras) contratou Josefina como sua artista exclusiva, mantendo-a por mais de 10 anos consecutivos.

Nessa emissora — na época, campeã das audiências —, Josefina, como cantora lírica exclusiva, participou dos programas *Cortina Lírica*, *Grande Soirée de Gala*, *Cast em Desfile*, e outros em que atuava como convidada especial.

A Rádio Gazeta era a emissora que mantinha o maior e melhor *cast* de artistas, principalmente de música clássica. Josefina, durante sua permanência como contratada exclusiva, cantou com os maiores tenores, barítonos, baixos e sopranos brasileiros e estrangeiros, entre eles Bruno Lazzarini, Paulo Ansaldo, Joaquim Villa, Paulo Fortes, Assis Pacheco, Américo Basso, Gilda Rosa, Armin Guirag e Valquiria Ribeiro.



Josefina Spagnuolo
(segunda, a partir da esquerda)
no Teatro Municipal de São Paulo,
em 23 de abril de 1950 (ano em
que ganhou o seu primeiro
Prêmio Roquete Pinto),
representando Rosina,
n' *O Barbeiro de Sevilha*

Fez diversas *tournées* por países estrangeiros, como Itália, berço da música clássica. Portugal, Argentina e Uruguai.

Ainda quando contratada pela Rádio Gazeta, por ocasião da instituição do maior prêmio brasileiro que era ofertado aos melhores artistas de rádio e teatro, Josefina fez por merecer os dois primeiros *Roquete Pinto*, em 1950 e 1951.

Atualmente Josefina ainda proporciona momentos de prazer aos familiares e amigos, cantando canções italianas e árias de óperas. Os netos Ana Carolina Ferreira de Mattos e Gustavo Henrique Ferreira de Mattos, junto com o filho, o dr. João Alberto Ferreira de Mattos, são seus maiores fãs. O marido, João Ferreira de Mattos, falecido recentemente, além de ter sido um seu fã ardoroso, muito a incentivou no decorrer da carreira.

São irmãos de Josefina: Benvenuto Spagnuolo, Domingos Spagnuolo, Lúcia Spagnuolo Abrão, Eleutério Spagnuolo e Antonio Spagnuolo.

Quando perguntado a Josefina qual prêmio, entre os que conquistou, foi para ela o de maior importância, Josefina sempre responde entusiasmada, como se naquele momento estivesse revivendo o passado:

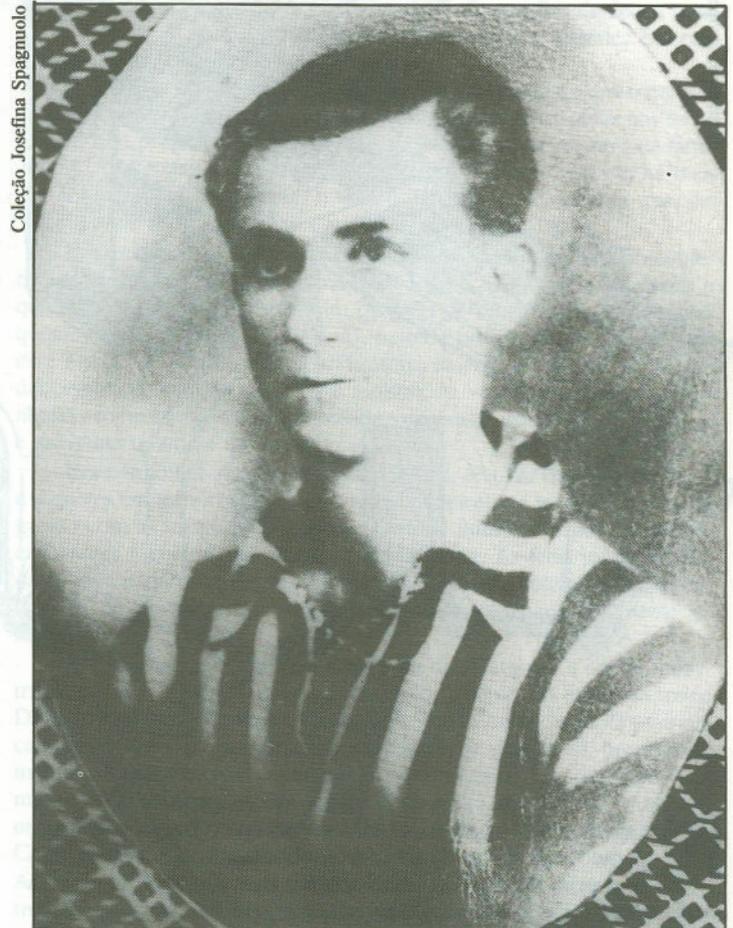
— Apesar dos muitos troféus que recebi, incluindo os dois *Roquete Pinto*, o que marcou muito a minha carreira foi um fato que aconteceu durante a apresentação da ópera *Lucia de Lammermoor*, quando, ao término da cena da loucura, o grande e inesquecível maestro Edoardo Guarnieri colocou-me no pedestal da regência, e fui aplaudida de pé, por vários minutos. Faz uma pausa e finaliza:

— Para mim, foi um grande prêmio...



Coleção Josefina Spagnuolo

Josefina Spagnuolo por ocasião do recebimento do segundo Prêmio *Roquete Pinto*, na Rádio Gazeta



Coleção Josefina Spagnuolo

Estanislau Spagnuolo, em foto da década de 20, com o uniforme do São Caetano Esporte Clube



Coleção Josefina Spagnuolo

Adriana Polido Spagnuolo, em foto de 1919

(*) *Henry Veronesi*, advogado, ex-radialista, natural de São Caetano do Sul, administrador de empresas, diretor aposentado da Prefeitura de Santo André. Atualmente, ocupa o cargo de diretor de Administração da Prefeitura de São Caetano do Sul.

Era uma vez... *(crônica de uma época)*

Jayme da Costa PATRÃO (*)

Ilustração: Jayme da Costa Patrão



A capela original, construída nos fins do século passado...

Naquele tempo, quarenta séculos depois que o Deus Onipotente, usando de sua imensa sabedoria, conscientizou o homem, nos seus primórdios, a discernir sobre o Bem e o Mal, reinava na Judéia o terrível Herodes, também chamado pelo seu sofrido povo de *O Grande*.

Era um rei temido, odiado, por demais bajulado e raramente amado; tendo passado para a história sagrada como o mais feroz infanticida de que se tem notícia em todos os tempos — (Matheus 2: 16, 17, 18).

O imperador romano César Augusto havia ordenado rigoroso recenseamento em toda a Judéia, que, desde o ano 64 a.c. era província de Roma, e obedecendo as determinações do imperador, José e Maria, vindos de Nazaré, pequena cidade da Galiléia, chegavam para inscrever seus nomes nos registros do império.

Uma enorme multidão, desde a véspera, transitava e comprimia-se toda pelas tortuosas e estreitas ruas e vielas da pequena cidade de Belém de Judá, para atender igualmente às ordens de Roma.

O jovem casal procurava acomodações. José — da casa de David — caminhava a pé, ao lado de Maria, sua mulher, que estava esperando o nascimento de um filho, e era transportada, com cuidado, por um pequeno e dócil jumento; estavam todos muito cansados. Pensões e casas de repouso estavam totalmente ocupadas pelo povo das cidades vizinhas, e forasteiros barulhentos e agitados faziam do recenseamento um motivo para festa.

Nessas ocasiões de muita aglomeração de gente, ladrões e arrua-ceiros proliferavam como cogumelos depois de uma chuva, e constituíam

grande perigo para quem ficasse sem cautela e exposto à sanha dos dordeiros.

Depois de exaustiva procura, e não havendo lugar melhor para se abrigar, o casal conseguiu, a duras penas, alojar-se em um recanto de uma gruta — que servia como estábulo, e onde já se encontravam uns poucos animais, quietos e sonolentos.

Como Maria estivesse grávida e as dores do parto já se faziam sentir, o casal acomodou-se da melhor maneira possível e, à meia-noite da véspera do vigésimo quinto dia de Kislev, uma grande estrela brilhou no firmamento com sua luz, intensa e esplendorosa, iluminando o nascimento do Cristo — o que veio para ser o Verbo Divino.

Atraídos pela magnitude da estrela anunciadora, pastores, que, àquela hora da noite guardavam seus rebanhos de ovelhas e mais alguns noctívagos, cheios de surpresa, admiração e respeito por tão insólitos portentos, ajoelhados e contritos, passaram a adorar o presépio com que se deparavam, formado por José, Maria Santíssima e, deitado suavemente na manjedoura, rústica e acolhedora, toda forrada de feno novo e agradavelmente perfumado, o Divino Infante que passaria a se chamar Jesus, repousava. Os animais, já agora acordados, estavam como que admirados com o que se estava passando ao seu derredor.

O tranqüilo jumento que conduzira Maria aproximou-se deitou-se e ao lado da manjedoura. Um boi, ruminando sempre, postou-se do outro lado. Estava assim cumprida a profecia de Isaías 1:3 (conheceu o boi a seu possuidor e o jumento o presépio de seu dono, mas Israel não me conheceu e o meu povo não entendeu). A alguns passos, uma vaca sonolenta alimentava a sua cria. Ovelhas e carneirinhos, despreocupados e alegres, brincavam entre si.

Lá fora, apesar de fria, a noite estava linda... toda estrelada, com a estrela guia, sobre o presépio, dominando todo o céu de Belém de Judá. Dentro do estábulo, o ambiente era acolhedor e ligeiramente aquecido pelo calor emanado do corpo dos animais presentes.

A gruta, que generosamente acolhera a Sagrada Família, estava incrustada numa antiga pedreira desativada, com uma só entrada larga; tinha o seu piso totalmente atapetado com palha fina e seca. Folhas largas da palmeira-laca serviam como telhado de um pequeno alpendre sobre a porta da entrada. Algumas falhas na cobertura deixavam passar os raios brilhantes, de uma lua grande, que incidiam discretos sobre a manjedoura acariciando o Menino-Deus adormecido. Os humildes habitantes daquele pequeno lugarejo de Belém de Judá acorriam visitar a Família no estábulo, levando como presentes leite, mel, cereais cozidos e saborosos, pão, agasalhos, amor e simpatia... e foi nesse mesmo ambiente pobre, rústico e simples, que alguns dias depois da Natividade do Cristo os três Magníficos Reis Magos (Gaspar, Belchior e Baltazar), vindos em caravanas do Oriente distante, guiados por sábia intuição e pela prodigiosa estrela anunciadora, visitaram e agradeceram com ouro, incenso e mirra... e ajoelhados e submissos à vontade divina amaram e adoraram o Menino-Rei... E foi assim que tudo começou no mundo cristão.

As famílias que residiam na cidadezinha que outrora fora a Fazenda São Caetano conservavam a tradição religiosa dos seus antepassados, imigrantes italianos.

O povo italiano, por tradição e convicção religiosa, sempre foi de índole puramente católica romana. Quando da vinda do colonizador italiano para estas terras, São Caetano foi aquinhoado com o que de melhor se poderia desejar em matéria de religiosidade.

Era comum, entre os pertences trazidos pelos imigrantes, bem acondicionados entre roupas e outros utensílios domésticos, estampas, já um tanto amareladas pelo tempo, de uma imagem do Sagrado Coração de Jesus ou Maria Santíssima. O Cristo crucificado, numa cruz de madeira, ou um santo de sua devoção eram peças obrigatórias, trazidas com carinho, pelo italiano aqui chegado. A Santa Ceia, cópia da famosa obra-prima de Leonardo da Vinci, era um ornamento imprescindível na sala de jantar.

O pequeno oratório, sobre uma mesinha ou pregado na parede, era o relicário do santo-padroeiro da família. Iluminado dia e noite com uma votiva lamparina de azeite, testemunhava o quanto os moradores daquela casa eram crentes e apegados às coisas divinas.

Certa família italiana que imigrou para fixar raízes em São Caeta-

no e que, atualmente, é representada por uma descendência ilustre, composta de netos e bisnetos, trazia, juntamente com fotografias de parentes e entes queridos, uma litogravura já bastante envelhecida do Papa Pio IX, que reinou mais de 31 anos e, em 1877, com 85 anos de idade, coupava a cadeira de Pedro, no Vaticano, e que era tido como beatíssimo e santo. O devoto italiano sente orgulho, até certo ponto justificado, em afirmar que, desde o princípio do catolicismo romano, dos quase 270 papas, bem mais de dois terços eram italianos, e, destes, muitos foram canonizados, e, agora, fazem parte da constelação de Santos da Igreja Católica Apostólica Romana.

Em São Caetano, o imigrante recém-chegado da sua querida Itália ficou muito decepcionado e quedou-se sinceramente contristado com o total abandono relegado à igreja do Núcleo Colonial.

De acordo com o pesquisador José de Souza Martins, em seu livro sobre A escravidão em São Caetano (1598-1871) nos dá conta de que a Igreja atual foi construída em 1883 pelos colonos italianos do Núcleo Colonial de São Caetano no mesmo local em que existiu, até então, a Capela de São Caetano. Para isso foi demolida aquela construída em 1717-1720, e ampliado e reformada inteiramente em 1772. Pois foi sobre as quase-ruínas da igreja reformada em 1772 que um grupo de colonos decididos resolveu e trabalhou na feitura de uma nova igreja. A construção foi demorada devido às dificuldades encontradas com o dinheiro, que era pouco e difícil.

Através de donativos em materiais de construção e quermesses feitas pelos fiéis, aos poucos, a casa de Deus foi se erguendo e, apesar de praticamente terminada por dentro, ainda em 1908, fotografias da época mostram uma igreja com a torre do sino inacabado e as paredes externas totalmente sem reboco.

A religiosidade do imigrante italiano era tão acentuada e expressiva que, com o decorrer do tempo, pequenas capelas eram construídas nos terrenos de suas propriedades. Capelinhas existentes ainda, como a da família de Dona Joana Cavana, cujo orago Santo Antônio persiste há mais de 100 anos e, é atualmente, o marco indicativo do local em que, em tempos idos fora a Vila dos Cavanos e sua capela maior.

Em um passado não muito distante, era costume e tradição comemorar as datas de Santo Antônio, São João e São Pedro com festas e quermesses. Então, rodava muito quentão de pinga e gengibre, vinho quente (para esquentar a noite fria), bolo de fubá, pipoca, pinhão cozido e muita batata-doce assada no braseiro das fogueiras. Nos terreiros, dançava-se ao som de sanfonas e violões; às vezes, pandeiros e castanholas acompanhavam nossas quadrilhas caipiras, misturadas com a alegre e saltitante tarantela importada.

Era bonito ver-se, nessas festas juninas, o soltar dos balões, fogos e foguetes em terreiros enfeitados com bandeirolas e mastros de bambu grosso com as imagens dos santos festeiros, iluminados por enormes e crepitantes fogueiras que duravam a noite toda. As fetas juninas, além da colônia italiana no Brasil, sempre contaram com a colaboração e participação de portugueses, espanhóis e outras raças, perfeitamente irmanadas.

A Capela de Santo Antônio, da Vila dos Cavanos, a antiga, construída nos fins do século passado, era maior e bem mais espaçosa, onde Dona Adolphina Geccato e a juvenzinha Santa Cavana, neta da matriarca Dona Joana Cavana, administravam aulas de catecismo, preparando meninos e meninas para a comunhão com a igreja. Um domingo cada mês, e, infalivelmente, na manhã de 13 de junho, dia de Santo Antônio, um padre deslocava-se da velha Matriz e rezava missa na Capela dos Cavanos, assistida por grande número de fiéis.

A capelinha votiva de Santo Antônio, da família João Molinari, construída na Avenida Roberto Simonsen (antiga Rua Santo Antônio), justamente onde hoje está a Rua Constituição, no bairro da Cerâmica, deve a sua construção a um milagre acontecido.

Em uma quente tarde de verão de 1919, com a atmosfera carregada de eletricidade, desabou um tremendo temporal em São Caetano. Amendrontada e respeitosa, a família Molinari pôs-se a rezar em torno a um oratório que guardava um Santo Antônio, trazido de Modena, Itália, em 1885.

Quando o temporal atingiu o auge, um raio, coriscando, cortou os ares do sítio onde a família rezava, e uma faísca adentrou a sala, pelo



Capela votiva de Santo Antônio

telhado, e atingiu o oratório, sem causar danos maiores, deixando a imagem do Santo ileso, sem mesmo apagar as velas que o iluminavam. Bastante assustada, a família intensificou a prece e, passado o temporal, considerou um verdadeiro milagre ninguém ter se ferido. Lá fora, no pomar, uma velha árvore queimava pela ação do raio.

Anos depois, foi construída a capelinha com voto de agradecimento. Em cima da porta de ferro uma placa de mármore registra: Capella Santo Antonio, Ricordo di Mariana Molinari — 1924. Demolida a capelinha em 1960, devido à abertura da Rua Constituição, uma outra foi construída ao lado da antiga e, ainda hoje, a imagem mais que centenária de Santo Antônio trazida de Módena, Itália, pode ser vista no mesmo oratório atingido pelo raio.

Outra capelinha, a de Santo Onofre, conhecida desde o começo da década de vinte, e demolida no fim dos anos quarenta, estava localizada onde, atualmente, é o nº 54 da Rua Conde Francisco Matarazzo.

O proprietário, um açougueiro chamado Chico Monzille, mandou construir a capelinha ao lado do seu estabelecimento, em pagamento a uma graça recebida por sua mulher.

O bairro da Ponte (Fundação) também teve a sua capela. Era uma capela grande com tamanho bem razoável, construída no começo do século pela família De Nardi, onde missas eram rezadas aos domingos e dias santos de guarda. O orago da capela era São João Batista, e a capela achava-se localizada dentro da propriedade de Celeste De Nardi, que era pedreiro construtor e ele próprio construiu a capela ao lado da sua

residência, onde funciona hoje o Museu Histórico da Imigração Italiana Oswaldo Samuel Massei.

Infelizmente, a capela de São João já não existe mais; em seu espaço está montado um bar e padaria.

O Vicente curandeiro também tinha a sua capela particular. Informações nos dão notícias de que no altar da sua casa de orações existia um Cristo Crucificado e a imagem de São Pedro, cujo aniversário, 29 de junho, era comemorado com festa. Nada faz crer, entretanto, que a capela do Vicente fosse visitada pelo clero.

Outras capelas e capelinhas, quase todas sacrificadas e demolidas deram os seus espaços, em nome do progresso da cidade, às construções de prédios de apartamento e logradouros públicos.

Também no local de trabalho, o colonizador e posteriormente o sancaetanense tiveram oportunidade de demonstrar sua devoção e seu poder de fé. Era comum, nas olarias, ferrarias — onde se faziam ferragens para carros e carroças, oficinas de consertar máquinas, barracões onde eram confeccionados trabalhos artesanais, lojas de armarinhos, vendas e padarias, armazéns de secos e molhados — era comum — em um recanto, ou uma parede ou jardim, a estatueta com a imagem do santo ou santa ou mesmo um Cristo crucificado, de acordo com a devoção de cada crente.

Ainda hoje, a Cerâmica São Caetano ostenta a imagem de São Caetano, em um pedestal, no pátio de entrada da fábrica. Na época dos Si-

monsens, o dia 29 de São Pedro era feriado e havia missa rezada na presença de toda a diretoria e operários.

A fábrica de louças *Adelinas*, para comemorar a volta do seu empresário Manoel de Barros Loureiro, em 1936, que de Portugal trazia o título de Comendador, mandou entronizar, ao lado dos escritórios, um belíssimo crucifixo com quase dois metros de altura.

O Conde Francisco Matarazzo, capitão de indústria, fundador das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, homem piedoso e católico fervoroso, aconselhava e estimulava seus diretores e gerentes que entronizassem imagens de santos padroeiros nas portarias das suas indústrias.

Seria enfadonho enumerar aqui todas as fábricas ou casas de co-

mércio que, ainda, continuam em demonstração de fé, cultuando os seus santos entronizados:

Certa vez, o venerando taumaturgo Santo Antônio, muito solicitado e cultuado pelo devoto italiano e pelo povo português foi, involuntariamente, alvo de acirrada disputa entre *seu Almeida, (o Almeidinha) e seu Giacomini da sanfona*.

O Almeidinha, português verdureiro, viúvo há muitos anos, vivia sozinho num quarto e cozinha de uma chácara arrendada, de terra preta e fértil, onde eram cultivadas suas verduras e legumes (vendidos numa carrocinha com burro, de porta em porta).

As mercadorias do verdureiro eram de boa qualidade e o Almeidi-

Ilustração: Jayme da Costa Patrão



Pacientemente o padre continuou...

nha, com freguesia certa, vendia todas as suas hortaliças nos bairros do centro de São Caetano e vilas próximas. Católico praticante e, como todo português, era devoto de Santo Antônio. O *seu* Almeida frequentava a Matriz Velha e assistia à missa aos domingos, com regularidade, e era confrade da conferência de São Vicente de Paulo. Em seu quartinho, em cima do criado-mudo, ao lado da cabeceira da cama, iluminado dia e noite por uma lamparina de azeite, uma pequena estatueta de gesso representando a imagem do santo, que era o orgulho do seu Almeida e afirmava ser o verdadeiro Santo Antonio de Lisboa.

Já o seu Giacomini, velho italiano do sul da Itália, excelente tocador de sanfona, trabalhava batendo tijolo. — não sei bem em qual olaria, eram tantas que, apesar da idade, era muito ativo e trabalhador. Estimado por todos, era bastante solicitado para tocar sua sanfona em festas de casamentos e batizados e bailinhos domingueiros em casa de famílias, com muitas moças e rapazes. O velho sanfoneiro, igualmente católico, assistia à mesma missa de domingo em companhia do amigo verdureiro.

O *seu* Giacomini, ao contrário do amigo Almeida, não era confrade vicentino e, sim, fazia parte ativa da Associação Antoniana. Em dias festivos, vestia com orgulho a *opa* vermelha da Irmandade de Santo Antônio.

Certo domingo, depois da missa, à porta da igreja, conversavam amenidades quando, em dado momento, o Giacomini convidou o Almeida para visitar o seu quarto de velho solteiro (o Giacomini não era casado). Ele queria mostrar ao amigo o belíssimo quadro, pendurado na parede, com moldura e vidro novo, a estampa, recentemente adquirida, do Santo Antônio, o verdadeiro Santo Antônio de Pádua.

O português Almeida *saltou das tamancas*, esbravejando, quase possesso; ainda aos gritos dizia ser Santo Antônio de Lisboa, português e filho de português! E com esta argumentação fechou a questão. — Ora, ora, pois, pois — onde já se viu tamanho chiste. O velho Giacomini, que não esperava por essa, e que também era de pavio curto, explodiu: — Ma que parla você, imbecille!!! O meu Santo é que é o verdadeiro Santo Antônio de Pádua; está escrito o nome dele, embaixo da estampa.

O Almeidinha não queria saber de nada, e continuaram ambos a discutir, seriamente.

A discussão estava acalorada e as partes já quase chegavam às vias de fato, quando alguém se destacou do pequeno ajuntamento de curiosos à porta da igreja velha e, para serenar os ânimos da briga, aconselhou que se consultasse pessoa entendida no assunto, e se dispusesse a esclarecer o impasse inadvertidamente criado pelo Santo: lisboeta ou padua. Eis a questão.

Foi então que o nome do padre Alexandre foi lembrado.

O padre Alexandre Grigolli, moço ainda, designado pela sua congregação coadjutor do vigário José Tondim, veio para *apascentar as ovelhas* desta emergente cidade de São Caetano, no começo dos anos vinte. Enérgico e piedoso, grande doutrinador da religião, hábil administrador, responsável direto, quinze anos mais tarde, pela construção da nova Matriz e do seu Colégio anexo: excelente pintor, apreciáveis recursos como orador sacro e qualidades outras, sobejamente reconhecidas pelos seus paroquianos, no decorrer dos quase trinta anos de constante convívio com os seus fiéis de São Caetano, pois foi justamente o padre Alexandre que, solicitado a arbitrar a polêmica entre *seu* Almeida, *seu* Giovanini e Santo Antônio, compareceu diante dos dois litigantes.

— Santo Antônio, ou Fernando de Bulhões — começou paciente-mente o padre — nasceu, realmente em Lisboa, Portugal, em 15 de agosto de 1195 e pertencia, pelo lado paterno, à ilustre família de Godofredo de Bulhões, e sua mãe descendia de Maria Teresa de Távora, da casa real das Astúrias. Fernando sempre foi um menino muito piedoso, apaixonado pela oração. Era amigo dos animais e, apesar de menino rico, não era orgulhoso e amava, auxiliava os pobres que mendigavam pelas ruas. Completando dez anos de idade, Fernando entrou para o Colégio dos Cônegos da Catedral onde se fez admirar por sua piedade angélica.

O padre interrompeu, por um instante, o seu arrazoado, para com um enorme lenço, tirado da algibeira da batina, enxugar o rosto gordo que suave (aquela era uma manhã quente).

— Completando o noviciado aos quinze anos, o renunciando às vantagens do mundo, entregou-se, sem reservas, ao serviço de Deus. Depois de passar pelo Convento dos Cônegos de Santo Agostinho, Dom Fernando foi recebido de braços abertos na Ordem de São Francisco de Assis com o nome de Antônio, e foi na cidade de Pádua, na Itália, que começaram os seus milagres, que são inumeráveis.

O Giovanini sanfoneiro interrompeu o padre para pressioná-lo a considerar o santo como de Pádua, pois em Portugal o Santo Antônio ainda não era santo, e sim Dom Fernando de Bulhões. — e queria continuar a argumentar, quando o Almeidinha, não conformado, recomeçou a discussão, que ia, num crescendo, se agravando e, apesar da piedosa interferência do padre Alexandre, que também ia perdendo a paciência, a alteração recrudescera, a tal ponto que palavrões e blasfêmias já se faziam ouvir.

Visivelmente contrariado e nervoso, o padre, sentindo-se, naquele momento, impossibilitado de conciliar aqueles dois *cabeças duras*, abandonou a peleja; adentrou a igreja com passo duro e apressado, não, sem antes, parando um instante e virando-se para os dois contendores desabafou: — “Bah! Cambada de inhorantes”; e depois já dentro da igreja: — Tutto senza giudizio!

O Almeidinha e o Giacomini, vencidos, mas não convencidos, ainda discutiam, quando entrou a turma do *deixa-disso* e os ânimos belicosos dos brigões foram serenados.

O bloco dos curiosos foi se dispersando e o *seu* Almeida e o Giovanini, naquela manhã de domingo, voltaram, cada qual sozinho, para as suas casas.

Não sabemos se aqueles dois *turrões* continuaram inimizados por muito tempo. A verdade é que numa belíssima noite de festa religiosa, quando foi organizada a procissão dos santos (primeira festa tendo o reverendo Alexandre Grigolli como vigário da Matriz Velha de São Caetano), por entre as diversas irmandades, com os seus respectivos estandartes e andores; o andor, todo florido, com a imagem de Santo Antônio, conduzido pela Irmandade Antoniana, também estava sendo escoltada por duas fileiras de fiéis, rezando com fervor carregando círios acesos, cujas chamas projetavam sombras nas paredes brancas das casas. Duas figuras confundiam-se com as demais bruxuleantes sombras: eram os dois *birrentos* fiéis, que se irmanavam nas preces a Santo Antônio, sem mais se preocuparem se o santo, que eles carregavam, era de Lisboa ou de Pádua.

(*) Jayme da Costa Patrão é pesquisador, membro do Gipem

Bravas, mulheres

Esperança Martorelli CAIRO e Claudinei RUFINI (*)

Elas não tiveram seus nomes gravados na pedra. Poucos foram os nomes lembrados nesta cidade que ajudaram a construir com sacrifício. Vieram seus filhos, vieram seus netos, bisnetos e, aos poucos, o esquecimento. Nossa intenção é justamente lembrar um pouco daquelas mulheres pioneiras, que eram fortes acima de tudo. Com muitas delas houve uma convivência e muitas histórias foram ouvidas ou mesmo presenciadas. Outras ouvidas de nossa antepassada Ângela Dalcin Martorelli, uma das pioneiras de 1877.

O que se sucede em nossa vida de criança inside em nossa memória e em nossa vida. Parece que o sofrimento e o desafio era a sina daquela gente. Contava Ângela que a região do Vêneto vivia em sobressalto com as freqüentes invasões dos *tedeschi*, o exército austríaco. O clã dos Dalcin vivia do cultivo da uva e da produção do vinho em uma pequena propriedade, em defesa da qual morreram seu avô e também seu pai. A notícia da existência de terras no Brasil soava como um convite para fugir de tanto tormento, povoando de sonhos a cabeça de jovens e velhos.

Alguns casaram-se bem cedo para empreender a jornada. Ângela Dalcin, por exemplo, casou-se com Antonio Martorelli aos 15 anos; Ana Perin, com Paolo Martorelli, aos 13 anos.

As surpresas para eles começaram já no porto de Santos quando viram, pela primeira vez na vida, pessoas negras carregando seus baús, colchões e tachos de polenta. Depois foi o mato que não acabava mais. Não bastassem as já sabidas más-condições de acomodação, o calor, a doença e até mesmo a fome, as mulheres ainda sofriam com a bicharada alada que, vira-e-mexe, se enroscava em seus cabelos longos, obrigando-as ao uso constante de lenços na cabeça.

Estranheza também para eles causavam os hábitos daqueles que aqui habitavam. Na hora de lavar a roupa, por exemplo. As mulheres daqui entravam no rio dos Meninos para fazê-lo. Ajoelhadas sobre lavadores de madeira, prontamente construídos pelos homens, as italianas se perguntavam por que aquela gente precisava entrar na água. Não demorou muito para que, principalmente as ex-escravas da fazenda, aderissem ao novo método.

Apesar dos conflitos, igualados na miséria, havia um intercâmbio de costumes entre italianos e negros; com estes os imigrantes aprenderam a fazer suas casas de pau-a-pique, a torrar e preparar o café e ensinaram o preparo da polenta, do pão e outras coisas mais.

Como faltava tudo, as pioneiras procuravam ajudar umas às outras, como numa grande família. De enxada na mão, auxiliavam também os maridos no preparo da terra e no cultivo das hortas. A realidade estava-se mostrando diferente daquela que haviam sonhado. Elas viam seus filhos, muitas crianças pequenas, ficarem doentes, sem médico nem recurso algum. Muitos morreram.

Mas a vida teimava em brotar pelo ventre e pelas mãos das mulheres. As primeiras parteiras tiveram muito trabalho. Maria Daffé Dalcin, já na Itália, exercia a profissão e, vindo ao Brasil com o genro Antonio Martorelli, fez o parto das primeiras crianças nascidas em São Caetano. Depois dela veio Heloíza Scarazzatti, que andava sempre com sua valise por toda a localidade e era muito procurada. Ela dizia que todos os filhos de São Caetano eram um pouco seus filhos também, pois grande parte deles havia passado por suas mãos. Luzia Lodi estava sempre vestida de preto, mas também como parteira, ajudava a vida a prosseguir.



Marina Giacomini, a *carvoeira Carbonara*, em foto sem data

Camaradagem

A camaradagem naqueles tempos idos era quase uma obrigação. Era esse espírito, aliado ao fervor religioso, que levava as mulheres ao apostolado e às tarefas na Matriz Velha, auxiliadas pelos filhos pequenos que ainda não estavam em idade de trabalhar com o pai. Todos os sábados lá estavam elas, munidas de escovões e baldes, a postos para lavar a igreja, que tinha o chão de tijolos.

Algumas mulheres destacaram-se exatamente pelo seu espírito de camaradagem. Celestina De Nardi era uma delas. Além de ceder sua casa, o *Palacete*, para funcionar como grupo escolar, estava sempre pronta para socorrer qualquer criança, fazendo até chás, quando necessário. Com os filhos já crescidos, sua atenção estava voltada para elas. No intervalo das aulas do horário feminino, ela colocava uma escada na figueira frondosa que existia ali para que as crianças apanhassem e comessem os pequenos figos.

Marina Giacomini, a *Carbonara*, possuía um sítio atrás da fábrica Formicida, na atual Av. Goiás. Lá ela mantinha um grande pomar e a mata de onde tirava madeira para produzir carvão, que depois vendia

até em São Paulo. Todos os domingos ela vinha à missa e convidava quem fosse ao cemitério para apanhar algumas frutas. Outras vezes, ela trazia grandes balaios carregados de laranjas e mexericas para distribuir, porque não aparecia ninguém para colhê-las devido ao forte cheiro que exalava da fábrica.

Dona Augusta Coelho, esposa de Manoel Coelho — então diretor da fábrica Pamplona — também era muito estimada por todos. Era uma pessoa de hábitos simples mas que, através de Heloiza Pamplona, conseguia ajudar muita gente, minorando assim suas dificuldades.

Dureza

Não é à toa que o trabalho foi a redenção do povo de São Caetano frente à miséria. Ativa foi a participação feminina nas fábricas, no comércio, no trato da terra. Não apenas nas fábricas aqui instaladas; muitas iam até o Ipiranga a pé, pela linha do trem. A grande maioria começava a trabalhar muito cedo, por volta dos 12 anos, ou mesmo antes.

Um ponto em comum é que todas procuravam uma forma de arranjar-se. Foi assim com Lúcia Gallo, que se tornou a primeira a ven-

der bananas, seguida pela *Longa Massei*, avó do ex-prefeito Oswaldo Massei, e que era assim chamada por ser muito alta.

Dona Pasqua, a *Santa*, montou a primeira loja de tecidos depois de viúva e de continuar o trabalho de alfaiate que o marido exercia. Já Marieta Dalcin gostava de cozinhar, e o fazia bem. Por isso, a sua *venda* em frente à igreja vivia cheia de gente, principalmente operários da fábrica Pamplona, aos quais fornecia pensão. O próprio Mariano Pamplona fazia suas refeições ali, quando permanecia em São Caetano.

Enfim, foram muitas as histórias dessas mulheres que, num tempo em que prevalecia a opinião do homem, mostraram a mesma coragem deles para encarar os desafios. Seriam necessárias páginas e páginas para se escrever a respeito destes e sua dedicação a suas casas, filhos e ao trabalho. Não ficaram devendo nada em disposição. Afinal, lutar era preciso. Bravos!

(*) *Esperança Martorelli Cairo é neta de Antonio Martorelli e de Ângela Dalcin Martorelli, que chegaram a São Caetano em 1877. Claudinei Rufini é jornalista, com especialização em Ação Cultural, na Universidade de São Paulo, e animador cultural do SESC-São Caetano.*

A Literatura no ABC (da contemplação à resistência)

Dalila Teles VERAS (*)

“A linguagem que alimenta o poema não é, afinal de contas, senão história, nome disso ou daquilo, referência e significação que alude a um mundo histórico fechado e cujo sentido se esgota com o de seu personagem central: um homem ou um grupo de homens.”

Octávio Paz

Num momento em que a memória da região do Grande ABC paulista vem sendo tratada com seriedade por competentes estudiosos da história, sendo objeto de teses de doutoramento aqui e no exterior, faz-se também necessário estudar o surgimento e a trajetória de sua expressão literária que, certamente, também poderá contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno de uma região brasileira que vem sendo apontada hoje como vanguarda na história da consciência política e sindical do país.

A nossa intenção ao apresentarmos este trabalho, fruto de alguns anos de leitura atenta e pesquisa, sem, contudo, utilizar qualquer metodologia acadêmica, não é outra senão a de poder, quem sabe, despertar o interesse de nossas Faculdades de Letras e de Comunicação para com a sua comunidade literária que já merece estudo e reflexão mais aprofundados, além da possibilidade de esses estabelecimentos de ensino tornarem-se pólos de crítica e discussão da produção dos escritores regionais (e, neste caso, regionais não no seu sentido temático, mas geográfico).

O solo, as raízes, sementes

A região que veio a ser conhecida como Grande ABC, compreendida hoje pelos Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo,

São Caetano do Sul, Rio Grande da Serra, Mauá, Ribeirão Pires e Diadema, teve a sua sociedade, a princípio, constituída basicamente por imigrantes italianos, aos quais se juntaram os portugueses, japoneses e muitos outros, além dos migrantes de toda a parte do país, estes últimos a partir do período de sua industrialização.

Como era de se esperar, a herança dessas variadas raízes, incrível sincretismo cultural, acabou por se expressar com muita riqueza em manifestações de caráter folclórico, artístico e religioso.

Uma vez aqui estabelecidos (1877 — data da chegada dos primeiros italianos), esses imigrantes, pessoas do povo à busca de trabalho, cultivaram a terra e dela tiraram o seu sustento em forma de batatas, legumes e verduras, plantaram a vinha e fizeram bom vinho, nos mesmos moldes que faziam na Itália. Dedicaram-se também à marcenaria, à tecelagem e à produção de carvão vegetal. Já os portugueses, na sua maioria, ocuparam-se do comércio e serviços.

Eram essas, como se vê, profissões que dependiam de braços e muita energia, sem que houvesse tempo suficiente ou condições adequadas para se dedicarem aos livros. Daí, o fato de toda a sua herança cultural ter sido transmitida através da oralidade, de geração para geração.

Até meados deste século, as condições na área de educação e cultura continuaram bastante precárias. Para se ter uma idéia, a instalação

da primeira biblioteca pública, a de Sto. André, deu-se somente em 1954. Também desse mesmo ano data a inauguração da primeira faculdade, a de Ciências Econômicas, sendo que uma Faculdade de Letras só viria a ser instalada em 1962.

Os filhos das famílias mais abastadas prosseguiram seus estudos na Capital. Da necessidade desses estudantes formarem um ambiente propício à discussão e promoção de eventos culturais, foi criada em 8 de abril de 1953 a Associação dos Estudantes Universitários de Santo André (AUSA). O primeiro grupo formado com preocupações específicas em relação ao livro foi a Sociedade Amigos do Livro, fundada em abril de 1943.

Apesar de iniciativas isoladas como essas, a sociedade do ABC não poderia ser caracterizada como letrada nem de tradição livresca, uma vez que era constituída, basicamente, pelo operariado que pouco do seu tempo podia dedicar ao lazer, muito menos aos livros.

A expressão escrita

Sem que se possa precisar exatamente quando surgiu a literatura no ABC, o que pudemos apurar é que desde o aparecimento do primeiro jornal (O Monitor — 1904), a região tenta se expressar literariamente sem, contudo, ter constituído no seu aspecto global uma literatura propriamente do ABC, ou seja, uma literatura que de algum modo reflita essa maneira peculiar de estar/ser do ABC. Daí nos referirmos, daqui pra frente, à literatura no ABC, ou seja, a expressão literária daqueles que aqui nasceram ou fixaram residência.

Ao pesquisarmos as manifestações literárias publicadas nos jornais da região na primeira metade deste século, verificaremos que as pessoas que ali escreviam pertenciam às famílias tradicionais. “uma quase oligarquia”, no dizer do prof. Luiz Roberto Alves, que detinham o poder e, conseqüentemente, o acesso à escolaridade e à informação. É claro que a produção artística dessas pessoas refletia a sua condição de vida e visão de mundo, próprias de sua classe social.

Curiosamente, ao contrário de todos os outros, o primeiro poema publicado em jornal na região, (“A Fábrica”, de Damasceno Vieira — O Monitor, nº 1, 4.8.1904) trata de uma temática operária. Pelo seu caráter histórico e pela utilidade do mesmo para o nosso estudo, transcrevemos o poema na íntegra:

“Logo após o romper da madrugada,
abre-se a fábrica. O vapor apita.
E vejo vir, em longa desfilada,
obreiros que o trabalho nobilita.

Homens, mulheres e gentis pequenos
em grupos vêm passando de mãos dadas,
mostrando em rostos juvenis, serenos,
as almas pelo amor entrelaçadas.

Entram todos; ocupam-se os lugares;
cada qual tem trabalho competente.
Vai começar a bulha dos teares
das lançadeiras o girar ardente!

Ruge o motor, e logo mil correias
vão dando às rodas movimento insano;
urdem-se em breve as delicadas teias
que se transformam no mais fino panno!

Ruidosamente as engrenagens soam;
rolam cilindros; a caldeira freme;
nos seus vai-véns as lançadeiras voam;
tudo se abala; o próprio solo treme!

Sem temer as rudíssimas provanças
nem as fadigas da tarefa intensa,
homens, mulheres e gentis creanças
sorriem, cantam de alegria immensa!

Trabalham com voar. Após instantes,
sem ter na lida exagerado excesso,
fulgem as gottas de suor! diamantes
na frente dos obreiros do progresso!

Que esplendores nas festas da officina!
Ante o concerto estrepitoso e vário,
eu, pasmo, invejo a afortunada sina
do mais humilde e rústico operário”.

No entanto, percebe-se, claramente, que esta é uma visão romântica do trabalho na fábrica, visão de um não-operário que “inveja a afortunada sina” do trabalhador fabril. Apesar disso, o poema acaba por nos dar “pistas” para uma análise da sociedade da época, como, por exemplo, a presença de crianças na fábrica, o tipo de máquinas e produto fabricado, e até mesmo a “falsa” temática operária, visto por alguém que não é do ramo.

Na sua grande maioria, os trabalhos publicados, crônicas e poemas, apresentavam uma feição intimista, laudatória ou circunstancial, homenageando pessoas (em geral, as poderosas) ou enaltecendo datas ou cidades e, neste caso, também curiosamente, nenhuma delas pertencentes à região; há odes a Limeira, Águas de Lindoia e outras. Vez por outra, a notícia da publicação de algum livro (a referência mais antiga que pudemos encontrar foi a do livro de sonetos de Neves Júnior, em 1912), que, naturalmente, servia apenas para consolidar o *status* de seu autor e reafirmar a trilogia suprema de auto-realização “plantar uma árvore, gerar um filho e escrever um livro”.

Fugindo à regra geral da poesia e da crônica, encontramos no semanário “O Progresso” da Vila de São Bernado, janeiro de 1912, o folhetim “Diva”, não assinado, publicado em capítulos, sistema muito usado nos grandes jornais da época no Rio de Janeiro e São Paulo e através do qual, grandes romancistas brasileiros iniciaram suas carreiras.

Nenhuma rebeldia, nem ousadia temática ou estilística. As crônicas e os poemas (estes sempre em forma de soneto), revelavam apenas o lado belo e alegre da sociedade, a sala de visitas, ou então suspiros lânguidos e amorosos.

Desse período nada se publicou que refletisse algum amadurecimento, familiaridade ou domínio na arte de escrever com arte, nenhuma sintonia com o resto do país ou do mundo. A seguir, um exemplo extraído ao acaso dos muitos publicados em jornais da primeira metade do século:

Aquarela

“Vae se rompendo a névoa matutina
pela amplidão términa dos ares...
passarinhos gentis, voando aos pares,
vão gorgear alegres, na campina.

Retratam-se na lympha diamantina
os brancos e mimosos nenúphares;
e os colibris adejam, aos milhares
para sugar o mel de uma bonina!
Sob os raios de luz que o sol derrama
a deligente aranha pequenina
teceu de leve a delicada trama.

E as gotinhas de orvalho, scintillantes
resplandecem na teia crystallina
como um collar de líquidos diamantes!”

(Soneto da prof. Herminia Lopes, publicado n° “O Imparcial” n° 13, de 22.3.34.)

Os ventos do modernismo, que sopraram na desvairada paulicéia na Semana de 22, sopraram ao largo das antigas terras de João Ramalho, dos beneditinos e dos italianos. O movimento modernista não parece ter surtido qualquer eco nem influência na criação de nenhum dos nossos literatos que continuaram a contar e rimar o produto de suas emoções, ignorando por completo as peraltes dos meninos rebeldes Oswald, Mário

e sua troupe.

De qualquer maneira, havia uma voz que, afinal, poderia não representar toda uma sociedade, mas que, enquanto voz e documento de expressão artística, ensaiava seu caminho e, queiramos ou não, como todas as demais artes, baseava-se e era influenciada pela situação sócio-cultural de seus autores.

A resistência através dos grupos espontâneos de produção cultural

“O trabalhador-proletário, o assalariado anônimo começou a escrever nas praças e nas matrizes, nos estádios e nos sindicatos o nome de sua reivindicação.”

Fernando Henrique Cardoso

Das publicações esporádicas em jornais da primeira metade do século, a produção literária no ABC passou a buscar novas formas de veiculação, que até um determinado momento limitava-se à troca e leitura entre os próprios escritores. Os grupos formados espontaneamente, passaram a cumprir de alguma forma essa lacuna, reunindo os produtores e divulgando a sua obra, através de recitais, exposições e edição de livros.

Apesar do caráter efêmero da maioria desses grupos, acreditamos que foram eles que acabaram provocando alguma discussão em torno de sua produção e, através do seu conjunto, possibilitam o estudo da verdadeira história da expressão literária na região.

Relacionamos abaixo em breve relato de cada um daqueles cuja história chegou, até o momento, ao nosso conhecimento:

Clube de Poesia

Fundado em 1952, com 27 membros, sem nenhuma proposta de atuação definida senão a de “resistir ao materialismo da época”. Publicou duas coletâneas (1952 e 1954) com poemas e crônicas. Na segunda coletânea aparecem nomes que se destacaram nas letras ou mesmo em outras áreas de atuação, como Antonio Lapate Neto (falecido há cerca de 7 anos e que teve publicado o seu primeiro livro apenas postumamente). Eduardo Valente Simões e Paulo de Souza Ramos que, além de poeta e romancista com diversas obras publicadas, também é artista plástico. Paulo Chaves, desaparecido tragicamente em 1988, alcançou notoriedade nacional como artista plástico. Holando Lacorte, que publicou em 1985 interessante livro de crônicas sobre Santo André do começo do século. O Clube foi desativado em 1954. Antonio Lapate Neto fez algumas tentativas de reativá-lo, a última em 1983, pouco antes de seu falecimento, sem contudo conseguir-lo.

Colégio Brasileiro de Poetas

Com o surgimento do Colégio Brasileiro de Poetas começa a se delinear um novo panorama no fazer literário do ABC. Era comecinho dos anos 70 (19.10.73), quando os poetas Aristides Theodoro, Castelo Hansen, Moysés Amaro Dalva e Nelson Bergamaschi decidiram formalizar juridicamente o pequeno e rebelde grupo que, desde o início da década de 60, vinha se reunindo no bar do Yugo, centro de Mauá. “Além das tertúlias do bar do Yugo, movidas a riso, piadas, pastéis, muita pinga com limão e, de vez em quando, literatura”, conforme relata Castelo Hansen no Prefácio de *Útero da América*, o grupo adota uma postura inovadora já a partir do título de sua primeira coletânea: *10 Poetas em Busca de um Leitor*, ou seja, anunciando a que vinham. O leitor era seu alvo, e do bar, os poetas passaram a realizar recitais públicos. Se não criaram nenhuma estética revolucionária em sua própria obra, inovaram na temática, de cunho social em sua quase totalidade. Inovaram principalmente na forma inusitada até então de se veicular poesia, lendo seus versos para “novos e velhos, pretos e brancos, operários, donas de casa e hippies, enfim, gente que pensa, anda, sente dores e se angustia”, ainda no dizer de Castelo.

Apesar dos hiatos nas suas atividades, graças, em especial, à tenacidade de Aristides Theodoro, seu Presidente por largos anos, o Colégio veio a se tornar um marco de resistência e atuação literária na região

até meados dos anos 80. Publicou quatro antologias (*Antologia poética*, edição mimeografada, 1977; *10 Poetas em Busca de Um leitor*, 1977; *Revoada de Pássaros Negros e Útero da América*, 1982).

Grupo Poético Alerta

Em 1966, um grupo de poetas jovens funda, em Santo André, o Grupo Poético Alerta, que atuava em recitais e apresentações em praças públicas, teatros e igrejas. O grupo publicou um livreto mimeografado *Mensagem de Quatro*, com trabalhos de Cláudio Feldman, Geraldo Rosa, Marcos Silva e Ronaldo Souto. Desses quatro, apenas Cláudio Feldman continuou na literatura, dono hoje de um trabalho literário respeitado. Há 10 anos publica o jornal alternativo *Taturana* que lançou diversos autores da região. É também um dos fundadores do Grupo Livrespaço.

O Grupo Poético Alerta atuou até 1968.

GAUC — Grande ABC Unidade Cultural

Em 1975, fundava-se a GAUC (Grande ABC Unidade Cultural) idealizada por Antonio Carlos da Costa, que pretendia (e ousava) reunir todas as artes da região, principalmente a literatura.

Atuou apenas durante alguns meses, com sede em S. André, sem conseguir a sonhada continuidade por absoluta falta de ressonância junto à comunidade e aos próprios artistas, conforme depoimento do professor Antonio Carlos que é poeta e foi, talvez, o primeiro professor na área universitária a utilizar o tema “A Literatura no ABC”, na Faculdade de Letras do Instituto Senador Fláquer em 1983, com muitos e bons resultados de pesquisa de seus alunos.

Academia de Letras da Região do ABC

Fundada em 1977, com 18 membros e 40 cadeiras. Com exceção de Rinaldo Gissone, Antonio Manieri, Octaviano Gaiarsa. Walker da Costa Barbosa e Maria Lúcia Ramos, seus membros, a maioria profissionais liberais (médicos, advogados etc.) e professores, jamais publicaram obra literária, apesar de alguns terem publicado obras específicas ligadas a seus ramos de atuação profissional. A Alrabc publicou em 1979 a coletânea de poemas e crônicas *Encontro*, limitando-se em termos de atividades literárias a reuniões esporádicas de seus membros.

Mutirão — Movimento Artístico-Cultural e Projeto Palavra

Em 1980, surge em São Caetano do Sul o Grupo Mutirão, composto de jovens estudantes liderados por Nelson dos Reis e Renato Brancatelli. O Grupo editou 3 números do *Folhetim Mutirão* e uma revista, além de realizar recitais e exposições. Nelson dos Reis ocupou posição destacada como animador cultural em São Caetano do Sul, participando posteriormente também da Comissão pró-formação da Cooperativa dos Escritores do ABC, que chegou a publicar a revista *Projeto Palavra*. Além de Nelson dos Reis, destacaram-se A. G. Melo, Cleide Veronesi, falecida precocemente em 1987, Francis de Oliveira, que mais tarde veio a integrar o Grupo Livrespaço onde permanece até hoje, e Ney Bonfim, que àquela altura atuava nas artes plásticas, enveredou pelo jornalismo, atuando também como crítico de arte.

Grupo Livrespaço de Poesia

De uma série de reuniões entre produtores culturais realizadas em

fins de 1982, reuniu-se um grupo de poetas para protestar contra a censura a um concurso de poesia promovido pela Secretaria de Educação e Cultura de São Caetano do Sul que vetara para publicação alguns dos poemas premiados.

Produzindo até então isoladamente, alguns oriundos de grupos já desfeitos, outros sem experiência anterior alguma, esses poetas promoveram uma exposição no Café Livrespaço em Santo André, em abril de 1983.

Resultante da repercussão daquela primeira exposição, os poetas receberam convite do Senac — Serviço Nacional do Comércio, que àquela época inaugurava um espaço cultural em sua unidade de Santo André, para uma exposição e uma série de atividades, como debates e oficinas, ligadas à poesia.

Mais de 1.500 estudantes visitaram a exposição, realizada em junho de 1983, participando ativamente das atividades ali desenvolvidas. O Senac patrocina a publicação de um livreto xerografado com trabalhos do Grupo, então composto de 16 poetas. Estava formado o Grupo Livrespaço de Poesia, que passaria a ter uma atuação definitiva na trajetória literária do ABC. Deste primeiro grupo permanecem, até o momento, cinco de seus fundadores, Cláudio Feldman, Dalila Teles Veras, Jurema Barreto de Souza e J. Marinho, além de outros que a ele se integraram logo a seguir, Francis de Oliveira, Rosana Chrispim e Tônia Ferr.

Nesse mesmo ano, o Grupo apresenta, através da 2ª Delegacia Regional de Ensino, o projeto Encontro Poeta Leitor nas Escolas, e realiza oficinas na própria sala de aula. Essas oficinas consistem de breves palestras sobre a linguagem poética, sempre de uma forma lúdica e participante, preparando o aluno para a leitura de poesia e para a própria criação poética.

Nos anos seguintes, o trabalho estendeu-se para escolas da 1ª Delegacia de Ensino, estabelecimentos particulares, Faculdades e Bibliotecas, detonando um verdadeiro movimento poético na região.

Nestes 7 anos de atividades ininterruptas, além das oficinas, o Grupo publicou quatro coletâneas, todas esgotadas, uma revista, duas coleções de posters ilustrados, promoveu concursos literários, participou com estande na Feira do Livro de Santo André e foi convidado a apresentar trabalho sobre suas atividades na VII Bienal Internacional do Livro em S. Paulo, em 1984, e no I Encontro Nacional de Escritores em Goiás, em 1985. A Semana Livrespaço, promovida durante quatro anos consecutivos no Auditório Municipal de Santo André, levou milhares de estudantes às palestras proferidas por nomes como Lygia Fagundes Telles, Oswald França Júnior, Fábio Lucas, Fernando Moraes, Ricardo Ramos e pelos próprios poetas do Grupo.

Além de ser conhecido nacionalmente, o Livrespaço possui trabalhos de seus membros publicados em jornais e revistas de vários países como EUA, França, Espanha, Portugal, e está sendo objeto de estudos de tese a nível de mestrado.

É o único grupo literário em atividade no momento, na região.

Conclusão

Como se vê, a literatura não ficou à margem do processo social, e ao acompanharmos a sua trajetória poderemos verificar facilmente que ela faz parte integrante de toda a transformação ocorrida na sociedade abecediana, ainda que não reflita em termos de criação total identidade com a região. Esta identificação aparece muito mais em termos de atuação dos grupos, que à semelhança das lutas sindicais, tentam mostrar sua força de resistência em conjunto e não mais individualmente como o faziam os poetas da primeira metade do século, que tinham o espaço nos jornais para os seus poemas.

Além dos autores ligados aos grupos ou agremiações já citados, que individualmente também possuem obras publicadas, não poderíamos dei-

xar de lembrar do nome de Antonio Possidonio Sampaio, romancista, com cerca de 10 livros publicados, entre eles os romances *A Capital do Automóvel* e *Lula e a Greve dos Peões*, que refletem a sociedade do ABC. Talvez sejam estas duas obras de ficção, ao lado da obra poética de Léa Aparecida de Oliveira, as únicas que possam ser classificadas como literatura “do ABC”, apesar do seu caráter universal, uma vez que elaboradas por dois competentes autores: Léa Aparecida de Oliveira, poetisa, dona de uma obra vigorosa, cuja temática extraiu do cotidiano de sua vida como operária. Publicou os livros *O Sol & Eles*, *Etikêta com Peixes e Batatinhas* e *Talvez Amanheça*. Léa desapareceu tragicamente em 1988, quando ocupava a vereança em Mauá. Guido Fidelis, jornalista, ficcionista com vários livros publicados com *É um Assalto* (contos), *O Homem Fatal* (crônicas), e *Pimpolhos na Terra dos Homens Sós*, (novela infanto-juvenil), entre outros; Filadelfo de Souza publicou o livro de contos *Cubano Vermelho*; Ricardo Soares, autor do polêmico conto *A Filha do Delegado*, ganhador de um concurso promovido pela Prefeitura de S. Caetano, censurado para publicação. Publicou a novela infanto-juvenil *O Brasil é Feito por Nós?*; também de São Caetano; a poetisa Maria do Céu Formiga de Oliveira, que publicou os livros *Visão de um Anti-Herói*, *Trajatória do Silêncio* e *Primeiro Pôr-do-sol*; Rinaldo Gissoni publicou o romance *Pedestal Inacabado*, *Brumas*, poesia, e o livro de contos *Dimensões Humanas*; Antonio Manneri publicou os romances *O Despertar da Terra Virgem*, *Os Milagres do Amor e Barraco*; Nair Lacerda, tradutora de mais de 200 títulos, publica uma crônica semanal há mais de 50 anos no jornal *A Tribuna de Santos*. Publicou o livro de crônicas *Reflexos*, organizou o *Dicionário de Pensamentos* e o *Dicionário de Ocultismo* e diversas antologias. Um de seus contos (Nhá Colaquinha Cheia de Graça) foi adaptado para o cinema por Lima Barreto no filme “Primeira Missa”; Roberto Botacini, estudioso do nazismo, pesquisador da história do ABC, tem inúmeras obras de pesquisa publicadas, além de um livro infanto-juvenil *Tijolinho e Zé Briqueite*; José Marquês publicou o romance *Adeus ao Continente*, a novela *Ilha Humana* e o livro-documento *Vilas Boas e os Índios*; Octaviano Gaiarsa publicou *A Cidade que Dormiu 3 Séculos*, *Atlas de Epigrafia* e o romance de ficção científica *A Última Geração*; Joaquim Formiga publicou o livro de contos *Estórias da Terra do Sol*.

Muitos mais poderiam ser citados, e todos eles mereceriam ser mencionados, mas, dado o caráter desta publicação, tivemos que adaptar o trabalho ao espaço relativamente limitado da revista.

Bibliografia

1. Gaiarsa, Octaviano — *A Cidade que dormiu três séculos*, Santo André, Secretaria de Educação e Cultura de Santo André, s/d;
2. Alves, Luiz Roberto — “O Grande ABC: produção cultural e identidade regional”. In: I Simpósio de Cultura e Política do ABC, São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, abril de 1988;
3. *O Monitor* (São Bernardo do Campo), primeira década deste século (coleção Valdenfzio Petrolli);
4. *O Imparcial* (São Bernardo do Campo), década de 30;
5. *O Progresso*, primeira década deste século;
6. *A Vanguarda* (São Bernardo do Campo), década de 50;
7. *Diário do Grande ABC*, décadas de 70 e 80;
8. Entrevista com a maioria dos escritores citados e leitura de suas obras.

(*) Dalila Teles Veras é escritora. Publicou os livros de poesia *Lições de Tempo*, *Inventário Precoce*, *Madeira: do vinho à saudade* e *Elemento em Fúria*, além de participar em mais de uma dezena de coletâneas no Brasil e no Exterior. Selecionou e prefaciou o livro de contos *O Mistério da Casa Velha*, de Cora Coralina (Editora Global, 1988). É uma das fundadoras do Grupo Livrespaço de Poesia, membro do Gipem e, atualmente, ocupa o cargo de secretária-geral da União Brasileira de Escritores.

Águas da História, história das águas

Antonio de ANDRADE (*)

“O rio que passa pela minha aldeia é o mais belo rio do mundo, porque é o rio que passa pela minha aldeia.”

Fernando Pessoa



Texto do *Jornal de São Caetano*, na edição de 15 de fevereiro de 1964, acompanhando a foto: “Uma hora de chuva ininterrupta e pronto: já está o centro da cidade completamente alagado, intransitável”.

Pela leitura dos jornais toma-se ciência — com renovada esperança e a devida prudência da intenção dos Executivos e Legislativos dos sete Municípios que compõem o Grande ABC em concretizar um consórcio intermunicipal, com diversos objetivos, todos direcionados à proteção do meio ambiente, com ênfase na despoluição do combalido e agonizante rio Tamanduateí. O rio da nossa “aldeia”.

A possibilidade, ainda que remota, de devolver ao rio a qualidade e pureza que durante décadas lhe foi expropriada, merece alguns comentários e o registro de fatos que foram objeto de discussão no I Congresso de História do ABC, realizado em Santo André no último mês de agosto.

Em edições anteriores de *Raízes* (1), tivemos a oportunidade de mencionar iniciativas relacionadas à preservação ambiental da região, bem como da importância do Tamanduateí na formação e desenvolvimento do Grande ABC.

Fatos como a utilização, durante mais de um século (1730 a 1870), das águas do Tamanduateí, pelos padres beneditinos da Fazenda São Caetano, para a produção e transporte para São Paulo das telhas, tijolos e utensílios cerâmicos (2) e o posterior emprego destas águas por parte dos imigrantes europeus nas plantações, olarias, moinhos e cerâmicas, devem ser, enfaticamente, lembrados nestes dias em que nossa sociedade relega ao rio o papel de depositário de tudo o que é indesejável.

As pequenas povoações que nasceram às margens do Tamanduateí, e de seus afluentes, dele extraíram alimento e riqueza, cresceram ocupando o espaço milenar reservado pela natureza para as épocas de cheias. Aqui cabe citar as várzeas, extensas áreas alagadiças, tomadas por matas, pequenas lagoas e inúmeros campos de futebol que abrigaram, por muito tempo, a alegria do futebol amador dos finais de semana. Hoje as várzeas não mais existem, dando lugar a vias marginais e todo tipo

de edificações, constantemente assediadas por enchentes (3). Sintomático observar que, ao lado do processo de ocupação dos campos de futebol varzeanos, foi ocorrendo o processo de decadência do futebol brasileiro. Estamos, portanto, não perdendo apenas um simples rio, mas todo um conjunto sócio-cultural de referências e identidades, a favor de uma sociedade consumista, individualista e agressiva.

Políticos e empresários insensíveis, incapazes de devolver vida e dignidade aos nossos rios, esbanjam os escassos recursos públicos em intermináveis obras de regularização, contenção de margens, desassoreamento, canalização e — crime maior — o tamponamento de rios, privando as águas de acesso à derradeira energia que poderia mitigar sua degradação: a luz do sol.

É evidente: toda destruição é justificada em função do progresso e da modernização, numa esquisita lógica que nos conduz aos limites da barbárie, em nome da sobrevivência de um estilo de vida fundamentalmente destruidor e doentio.

O estudo de nossas raízes sócio-culturais nem de longe conduz a uma tradição de comportamento, tão agressivo e predador, como o observado nos dias de hoje. O testemunho oral de inúmeros moradores da região dá conta da convivência (histórica e saudável) entre a população e os rios. Até há aproximadamente meio século, o convívio era intenso. No Tamanduateí nadava-se, havia pesca, lavava-se roupa e as crianças brincavam.

Há poucas semanas, pesquisadores do Gipem (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC) e um grupo de professores de Santo André estiveram visitando a nascente do Tamanduateí, no Município de Mauá, dele beberam e se refrescaram em suas águas cristalinas e geladas. O rio nasce puro e com muito vigor, abrindo caminho em direção ao Tietê. Naquele local, no meio daquelas pedras, naquele filete de água pura sobrevive e resiste nossa identidade secular: o vínculo e dependência com a água. Essa identidade ambiental vem de longe, atravessa séculos, dos tempos de João Ramalho e de sua célebre povoação: a Vila de Santo André da Borda do Campo.

Esta povoação, a primeira do Brasil a localizar-se afastada do litoral, existiu em local indeterminado do Grande ABC, desde os primórdios do descobrimento do Brasil, tendo sido visitada, em outubro de 1532, por Martin Afonso de Souza e, mais tarde, em 1553 recebeu do governador Thomé de Souza o predicamento de vila e o respectivo Pelourinho, marca de sua existência oficial frente à Corte de Portugal.

Fato auspicioso, de inestimável valor histórico, é a existência, até hoje, das Atas da Câmara da Vila de Santo André, referentes ao período de julho de 1555 a março de 1558, estando desaparecidos os volumes referentes a 1553, 1554, 1559 e 1560 quando ocorre a “extinção” da Vila e transferência dos moradores para São Paulo de Piratininga.

A leitura atenta das Atas, que sobreviveram mais de quatro séculos, permite divagar quanto às razões que levaram à brusca extinção da pioneira povoação, que chegou a abrigar dezenas de portugueses, mamelucos e cerca de 5.000 indígenas guaianases, liderados pelo sogro de

João Ramalho, o cacique Tibiriçá.

Um motivo de grande significado ambiental aparece em alguns documentos e pode explicar o motivo do abrupto final: estaria a vila localizada distante de um rio que suprisse a necessidade de água e alimentação dos moradores. Observe-se, assim, a sessão da Câmara, em 20/9/1557, quando o Procurador do Conselho, em nome do povo, requereu aos vereadores que a povoação fosse transferida “ao longo de algum rio, pois morriam de fome, passavam muito mal e morria o gado”. Outro documento importante, nesse aspecto, é uma carta datada de 2/9/1557 — 18 dias antes da mencionada sessão da Câmara, e enviada a Portugal pelo Padre Manuel da Nóbrega: ela descreve a crítica situação dos moradores de Santo André que “nada mais têm como alimento senão a farinha de mandioca, já que no de peixes podem prover por estar o rio em três léguas distante”. (4)

Para os jesuítas, preocupados com o comportamento pagão e declaradamente hostil de Ramalho e sua enorme prole, a transferência da Vila, para local próximo a um rio, atenderia a um preceito não apenas de ordem religiosa, mas estratégico. Em São Paulo, estariam sob controle dos jesuítas. Assim, Nóbrega, na carta citada acima, insiste na transferência, pois próximos de um rio “teriam tudo e assossehariam”.

A difícil convivência entre jesuítas e moradores de Santo André chegou a situações conflitantes como a tentativa de espancamento dos padres Pedro Correia e Leonardo Nunes, que insistiam em propagar suas crenças aos moradores.

Dificuldades desse tipo não desestimularam os jesuítas em prosseguir com sua cruzada apostólica, o que mereceu de Afonso de Taunay (5) o seguinte comentário: “Apesar da hostilidade de João Ramalho e dos seus, freqüentavam os jesuítas, semanalmente, a Santo André, onde não havia cura, celebrando, pregando e doutrinando(...) Não deixavam de lá ir, na sua irradiação pelas aldeias em torno de São Paulo. Desses caminhos, diz Anchieta, andavam os missionários com os pés esfolados e escaldados do rigor das neves e geadas”.

Tal abnegação parece não ter sido suficiente para sensibilizar os contumazes parceiros de Ramalho que, segundo a opinião de Anchieta, seriam capazes de receber a flechadas os enviados da Santa Inquisição.

Em carta datada de 20/6/1551, dirigida ao Padre Belchior Nunes Barreto, então estabelecido em São Vicente, o Padre Pedro Correia apresentava em parcas palavras um traçado biográfico de João Ramalho: “Há quarenta anos que está nesta terra, e tem já bisnetos, sempre viveu em pecado mortal e está excomungado”. Imagine-se o que representava “estar excomungado” em plena vigência da Inquisição no século XVI.

Desiludido com as dificuldades encontradas junto aos pioneiros povoadores da “borda do campo”, o Padre Manuel da Nóbrega procura obter de Portugal autorização para embrenhar-se pelos sertões paulistas em busca de outros gentios, que acreditava iria encontrar em terras paraguaias, com os quais pretendia dar continuidade ao seu trabalho de evangelização.

A descrença de Nóbrega é relatada de forma contundente em uma carta datada de 8/5/1558: “Fui entendendo por experiência o pouco que se podia fazer nesta terra na conversão do gentio, por falta de não serem sujeitos, e pouca esperança de se a terra senhorear por ver os cristãos desta terra como sujeitos ao mais triste e vil gentio de todo o mundo, e ver a pouca ajuda e os muitos estorvos dos cristãos destas partes, cujo escândalo e mau exemplo é bastante para não se converterem” (6).

Esse desencanto de Nóbrega acabaria se refletindo, de maneira decisiva, na fundação de São Paulo de Piratininga que, contrariando as ordens vindas de Portugal para agregar, ao máximo, os escassos colonizadores, virá a situar-se a poucas léguas de Santo André, embora em região muito mais bem servida de águas, principalmente o Anhembi (atual rio Tietê), porta de entrada para o sertão brasileiro e suficientemente afastada do truculento João Ramalho que, seguindo com rigor as ordens de Tomé de Sousa, impedia qualquer tentativa de passagem, mesmo dos jesuítas. Nesse aspecto, registram as Atas da Câmara da Vila de Santo André, em 10/2/1556, o regimento do Governador Duarte da Costa, proibindo que fosse dado acesso ao sertão, a qualquer pessoa. No mesmo regimento é proibida, por motivo de segurança, a implantação no interior de fundição de metais. Quanto aos índios, rezava o documento, deveriam ser tratados da melhor maneira possível.

Museu de São Caetano do Sul



Foto de 1964: esquina da Avenida Conde Francisco Matarazzo com a Rua Herculano de Freitas; à esquerda, o prédio do Café Jambo (doação de Hugo Scalzaretto)

O local escolhido por Nóbrega para edificar a Casa da Companhia de Jesus (que daria origem a São Paulo) foi cuidadosamente estudado, tendo em vista evitar o problema enfrentado por Santo André, quanto à proximidade de rios e a necessária posição estratégica frente à crescente hostilidade de outras tribos, em especial a dos Tamoios que, estimulados pelo invasor francês, fustigavam o colonizador português, criando dificuldades crescentes.

Para Álvaro do Amaral (7), o local escolhido por Nóbrega “achava-se situado no alto de uma escarpa que do planalto descia abruptamente para extensas planícies e era defendido por dois outros lados pelos ribeirões Tamandateí e Anhangabaú, e pelo rio Tietê, de modo que a aproximação de inimigos seria logo percebida. Portanto, não podiam eles atacar de surpresa, pois precisavam vencer vagarosamente os mencionados acidentes que eram as defesas naturais do Colégio. Logo a seguir, vieram a estabelecer-se nos dois flancos do Colégio as aldeias dos indígenas amigos dos jesuítas: os do chefe Tibiriçá, no atual largo de São Bento, e os de Caiubi, na Tabatinguera”. (8)

Se os mistérios e desafios contidos para lá da “borda do campo”, instigavam a imaginação dos pioneiros colonizadores, o que dizer de uma trilha indígena bastante citada em documentos da época e que ligava São Vicente a Assunção no Paraguai. Possivelmente, seria este o caminho que pretendia Nóbrega seguir e por onde João Ramalho, com atroz desvelo, impedia a passagem. Esta trilha foi percorrida por um aventureiro alemão de nome Ulrico Schmidel que, durante 20 anos (1534 a 1554), percorreu a América do Sul, e cujos relatos foram publicados em livro. Vindo de Assunção, passou por Santo André, sendo recebido por um filho de João Ramalho (pois este encontrava-se em viagem), causando à vila e a seus moradores a pior das impressões, o que levou a classificá-la como “um covil de bandidos”, rendendo graças aos céus por ter dali saído “são e salvo”.

A leitura das Atas da Vila de Santo André, contudo, levam a uma avaliação bastante diferente do cruento augúrio do alemão Schmidel. O que vamos encontrar são relatos de um cotidiano sofrido, pobre e tenso, mas a configuração sociológica de uma comunidade organizada ao redor de instituições e funções claramente explicitadas e respeitadas pelo grupo social. A estrutura de poder apresentava uma hierarquia burocrática bastante semelhante à atual, e incluindo cargos como: alcaide, vereador, Juiz, procurador, escrivão, aferidor, além de rígidas posturas que, quando não cumpridas, acarretavam pesadas multas aos infratores.

Alguns procedimentos adotados há mais de quatro séculos seriam hoje classificados de verdadeiro avanço democrático, com a tentativa de implantação de uma verdadeira justiça social. Senão vejamos: havia muita pesada para o vereador que faltasse às sessões da Câmara; todos os cargos públicos eram preenchidos após escolha por sufrágio universal; terrenos eram cedidos àqueles interessados em torná-los produtivos e o empréstimo de dinheiro, ao morador em dificuldades, era previsto e re-



Inauguração do laboratório da Comissão Municipal de Controle da Poluição da Água, em 1957

gulamentado pela Câmara.

No que diz respeito ao meio ambiente, pode considerar-se a atuação da Câmara como precursora das posturas e da legislação ambiental em todo o país. Com certeza, tivesse prevalecido a mentalidade dos administradores da época, não estaríamos hoje lamentando a desmesurada destruição do nosso ambiente.

Vamos aqui registrar algumas situações e posturas que, pelo inusitado de sua contemporaneidade, por certo são capazes de enrubescer boa parte da nossa atual classe política.

Na sessão de 12 de novembro de 1556, estabeleceu a Câmara uma multa de dois tostões, metade a ser recolhida aos cofres públicos e outra metade a ser entregue ao denunciante de proprietários de terrenos que não cuidassem adequadamente das testadas de suas roças, dificultando, desta forma, a circulação pelos caminhos da Vila.

A sessão da Câmara de 18 de junho de 1557 parece ter sido especialmente produtiva e marcadamente ambientalista em face das decisões ali tomadas. Por haver um morador denunciado que muitos porcos tinham morrido por beberem uma substância líquida saída dos espremeadores de mandioca, ficou deliberado o seguinte (aqui transcrito na curiosa ortografia do escrivão da época): "a augua que sayr da mãoyoca a botem nũa cova que não faça perjuizo ao guado". Para dar cumprimento à primitiva, mas eficiente solução técnica, estabeleceu-se a correspondente multa. Outra multa ficou definida, na mesma sessão, para aqueles que utilizassem as fontes públicas de água para a fermentação de mendiocas.

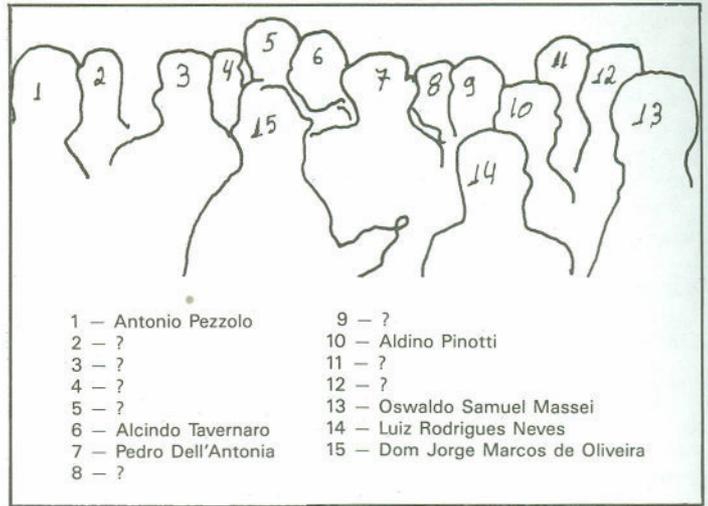
Multa de dois tostões foi estabelecida para os proprietários de "pryvasdas dentro dos muros desta dyta vylla", pelo mau cheiro que provocavam, ocasionando reclamações dos moradores.

Parodiando a sempre oportuna obra de Octaviano A. Gaiarsa (9), não causaria espanto nem desídia afirmar-se que, em matéria de meio ambiente, nossa sociedade "dormiu" exatos quatrocentos anos, pois somente vamos encontrar ações semelhantes à histórica sessão de 1557, quatro séculos após. Em 27 de novembro de 1557, inaugurava-se em Santo André, numa iniciativa das Prefeituras Municipais do então ABCM, as instalações da CMPT (Comissão Municipal de Controle da Poluição das Águas da Bacia do Tamanduateí), dirigida pelo eng.º Antonio Pezzolo.

Em consequência dos trabalhos da CMPT os Municípios do ABCM aprovaram os primeiros instrumentos legais, únicos no Brasil de então, e que permitiram as primeiras ações concretas em relação à proteção e recuperação do rio Tamanduateí e sua bacia. (10)

A recuperação destes fatos da memória ambiental da região tem como objetivo fundamental auxiliar autoridade e, em especial, os sofridos, mas corajosos e persistentes grupos ecológicos e ambientalistas do Grande ABC, e a nossa tradição deluta e garra nas questões ambientais. Esta bandeira merece e carece de ser erguida e sustentada, apesar da eterna presença dos oportunistas de sempre.

Trinta e três anos após o surgimento da CMPT, novamente estamos frente a um consórcio intermunicipal para a despoluição do nosso rio.



Os personagens são outros, a situação ambiental muito mais grave, os interesses econômicos e políticos aquecidos. Por outro lado, o cenário mostra uma sociedade perplexa e muito mais consciente de seu papel, nesta luta contra obstáculos tão poderosos. Como sempre, repete-se a História. A memória registra, e conserva. Para posterior cobrança.

Notas:

(1) Ver em *Raízes*, nº 1: "Pioneirismo na luta contra a poluição do meio ambiente", e em *Raízes*, nº 2: "Por que aqui?".

(2) MARTINS, José de Souza. *A escravidão em São Caetano (1598-1871)*. Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luís Gama. São Caetano do Sul. 1988. p. 13

(3) Cabe lembrar ter sido "tjucuçu" o nome primitivo de São Caetano e que assim aparece em documentos do Século XVI. Em linguagem tupi, esta palavra serve para designar um lugar pantanoso, um atoleiro, um charco etc. Na visão simples e precisa dos indígenas descrevia, adequadamente, a situação nas margens do Tamanduateí na maior parte do ano.

(4) TAUNAY, Afonso E. *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*. Gráfica Revista dos Tribunais, São Paulo, 1953. p. 193

A íntegra das Atas da Vila de Santo André aparece neste livro de Taunay, publicado quando das comemorações do IV Centenário de Santo André, em 1953, por iniciativa do então Prefeito do Município, Sr. Fioravante Zampol.

(5) "Borda do Campo" era o significado dado pelo colonizador português à região extrema, a transição para a mata fechada do sertão. A iniciativa de João Ramalho de transportar a Serra do Mar e fixar povoação na "borda do campo" antecipou, em pelo menos um século, o espírito desbravador e expansionista dos bandeirantes.

(6) AMARAL, Álvaro. *O Padre José de Anchieta e a fundação de São Paulo*. Conselho Estadual de Cultura, São Paulo, 1971, p. 42

(7) *ibidem*, p. 81

(8) A descrição do jesuíta Padre Machado, ao deparar em 1554 com o local escolhido para a construção da Casa da Companhia de Jesus, que daria origem à cidade de São Paulo, constitui verdadeiro documento ecológico por seu naturalismo e singeleza: "Um planalto, suavemente ondulado, com campos e clareiras aprazíveis, boas águas e clima sadio."

(9) GAIARSA, Octaviano A. *A Cidade que dormiu três séculos*. Prefeitura Municipal de Santo André, Santo André, 1968.

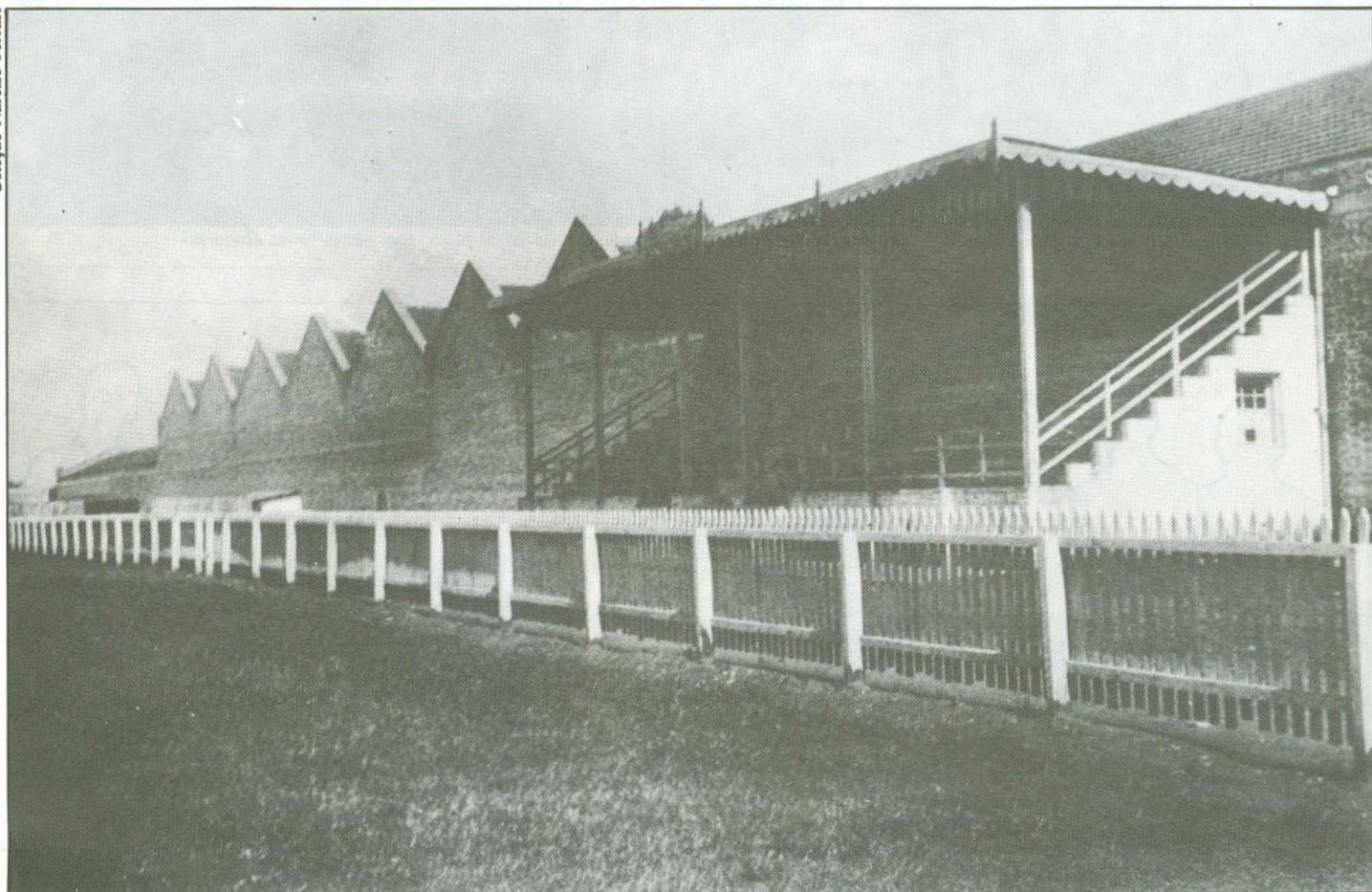
(10) Ver em especial as seguintes leis: 1319, de Santo André; 636, de São Bernardo do Campo; 740, de São Caetano do Sul, e 179, de Mauá.

(*) Antonio de Andrade, natural de São Caetano do Sul, é formado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul. É pós-graduado em Saúde Pública, pela Universidade de São Paulo, e em Administração Pública, pela Universidade de Manchester, Inglaterra. Possui Mestrado em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. Exerce atividades profissionais na Cetesb. É membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

Os campos de futebol do São Caetano Esporte Clube

Oscar GARBELOTTO (*)

Coleção Narciso Ferrari



Em foto de 1º de setembro de 1933, o campo da rua 28 de julho aparece mostrando parcialmente sua ousadia para a época. Arquibancadas e cercado de madeira não eram melhoramentos muito comuns. Apenas clubes de alguma importância os possuíam.

Desde a sua fundação, em 1º de maio de 1914, o São Caetano Esporte Clube tinha como grande vocação esportiva o futebol. Na época, como não havia espaço para outras atividades, o futebol era o entretenimento mais freqüente entre os seus jovens militantes. A busca de espaço para os campos era acontecimento natural e de vital importância para o clube.

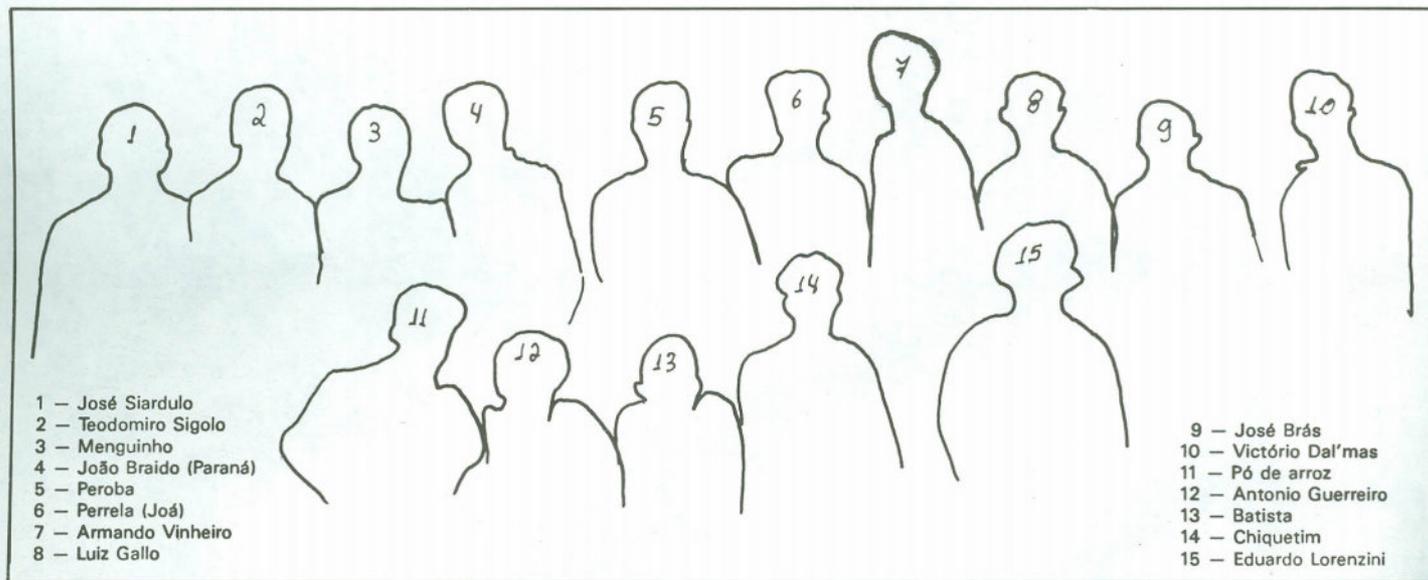
O primeiro campo de futebol do São Caetano E.C. foi em terreno onde se situa hoje o Grupo Escolar *Senador Fláquer*. Era simples, de terra, sem qualquer tipo de grades ou cercas e com poucos espaços gramados que serviam de pasto para os cavalos das redondezas. O terreno

pertencia à família Miazzi. Em um segundo momento, o clube teve seu campo de futebol no local em que se situa hoje, aproximadamente, o setor da estação rodoviária ainda inacabado. Ali permaneceu por pouquíssimo tempo.

O sonho de um campo de futebol à altura dos anseios dos alvinegros surgiu a partir da cessão de um terreno na atual rua 28 de Julho, bem em frente à (já existente na época), empresa distribuidora de bebidas da família Garbelotto. Anteriormente, por volta do ano de 1920, nesse terreno, funcionava um estabelecimento voltado para o comércio de mármore e granito, explorado pelo engenheiro belga Prudente Noé, proprie-



Em outra ocasião especial, aproximadamente em 1926, a equipe alvinegra posa no Estádio da rua 28 de julho, com membros da diretoria.

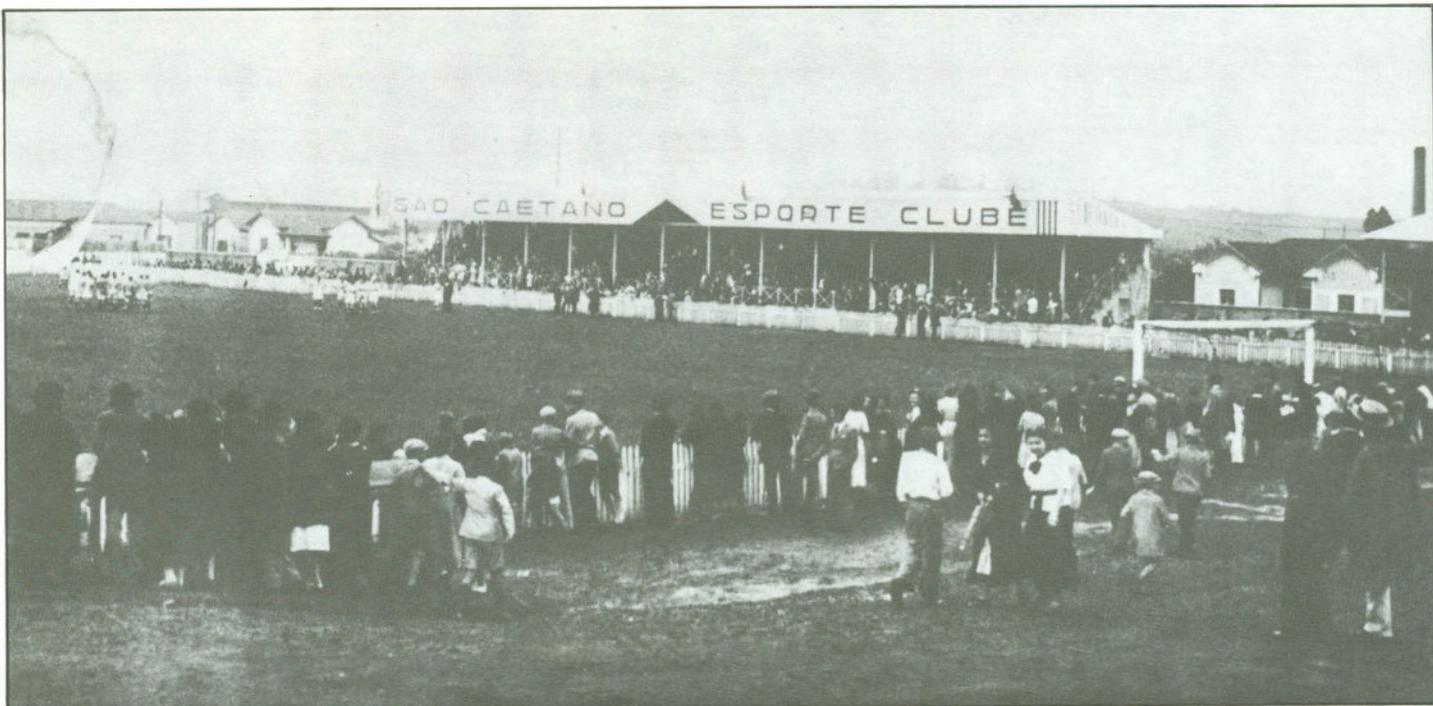


tário da área, e mais um sócio. O engenheiro atuava profissionalmente assistindo à Cia. Mecânica Importadora de São Paulo, aqui em São Caetano e, por razões desconhecidas, o negócio de mármore não deu certo e acabou desativado. Com isso, Prudente Noé, que pertencia também ao quadro associativo do clube, atendeu aos apelos da diretoria e resolveu ceder o seu terreno, gratuitamente, para a construção de um estádio, com arquibancadas e o que mais fosse necessário.

A construção foi realizada em sistema de mutirão, em que o trabalho era feito pelo próprios associados. Ainda hoje são lembrados os nomes de Silvério Manilli (fornecedor de madeira), de Germano Miazzi, João Domingos Perrella Netto, o *Peroba*, como alguns dos marceneiros que ajudaram no erguimento da arquibancada, toda em madeira, e da cerca que circundava o gramado.

Não houve uma inauguração solene por absoluta falta de dinheiro, mas, posteriormente, foi palco de grandes acontecimentos. Nessa fase, o São Caetano E.C. chegou a tornar-se, pela primeira vez, campeão do Interior em campeonato promovido pelo APEA, em 1928, quando Jacob João Lorenzini era o presidente e Arthur Garbelotto, o vice. Sabe-se, no entanto, que as finais deste campeonato foram realizadas em campo adversário e a última partida, contra o Botafogo de Ribeirão Preto, disputada no então campo do Ipiranga F.C., à rua Silva Bueno, no Ipiranga, e vencida pelo São Caetano F.C. por 2 x 0.

Anos mais tarde, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em fase de expansão, queriam comprar o terreno para ali montar uma fábrica de louças. Procurado, Prudente Noé vendeu o imóvel, impondo, porém, a condição: a empresa adquirente deveria indenizar o São Caetano



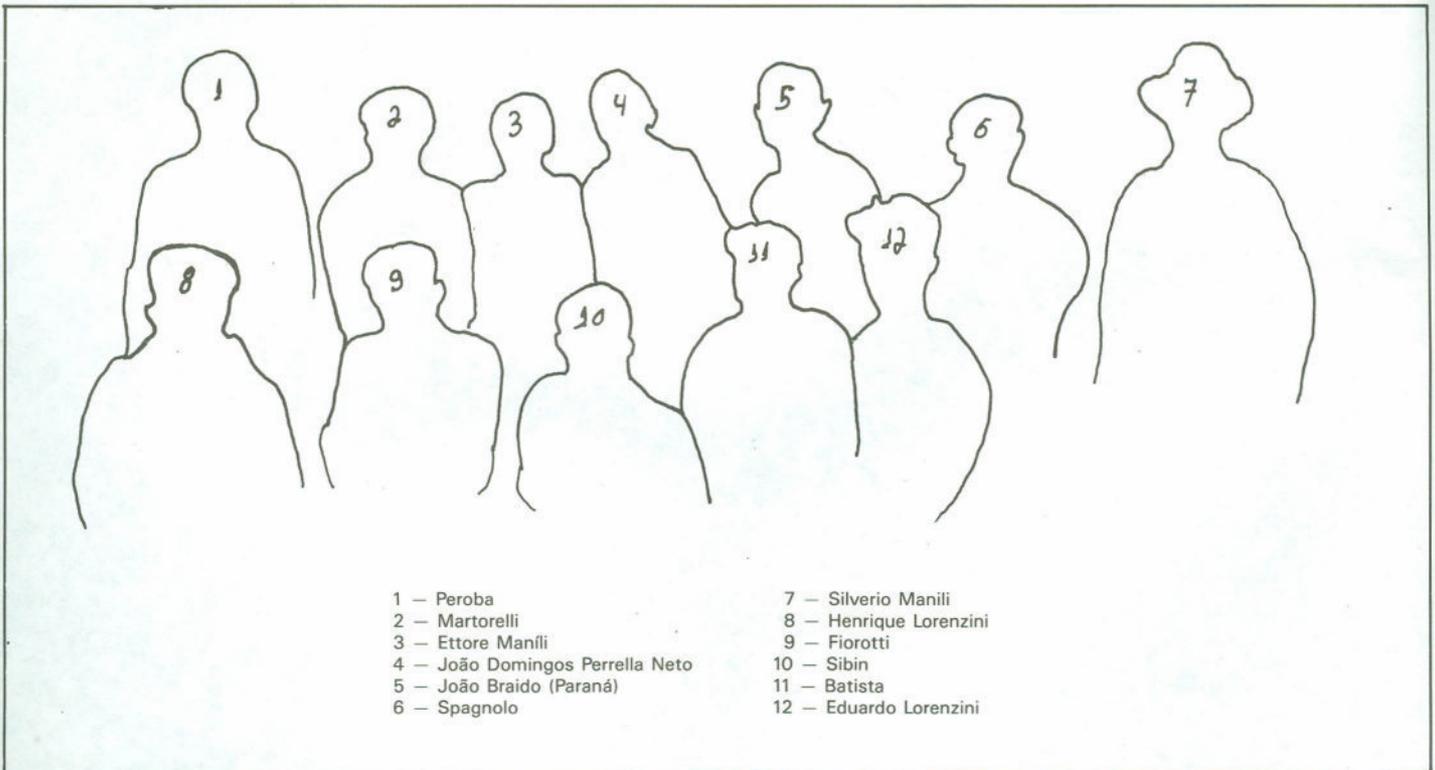
O São Caetano E.C. completava 23 anos de vida; era 1º de maio de 1937 e, em festas, o grandioso estádio da rua Paraíba lotava para a inauguração. Na foto as duas equipes já estão em campo. Os locais vencem o Lapeaninho F.C. por 2 x 1.



Cena de um jogo no campo da rua Paraíba. Germano Miazzi, à esquerda da foto, de camisa listrada, no ataque do S.Caetano E.C.



Em 14 de julho de 1930 o "1º quadro" do São Caetano E.C. posava no Estádio da rua 28 de julho.





As fotos reproduzem o momento da inauguração do busto em homenagem ao conde Francisco Matarazzo, no campo de futebol do São Caetano E.C., na rua Paraíba. A data possível do evento talvez tenha sido 1º de maio de 1.937, por ocasião da inauguração do campo. Não há certeza histórica disso.

Curioso é destacar que a homenagem acabou por criar uma falsa impressão: a de que o conde teria doado o campo ao clube. A verdade é outra, segundo testemunhos dos sancaetanenses da época e, particularmente, do presidente Jacob João Lorenzini que, em 1.935, adquiriu o terreno de Joana Cavana. As Indústrias Matarazzo apenas indenizaram as benfeitorias que o clube tinha erguido no campo da rua 28 de julho, por exigência do proprietário eng.º Prudente Noé, para vender o terreno. A importância da indenização foi suficiente apenas para pagar a entrada do terreno. Outras dez prestações, todas dos cofres sociais, é que saldaram o débito.

E.C. por todas as benfeitorias erguidas no local.

A indenização paga contribuiu apenas para que a diretoria da época (1935-1936), novamente sob a presidência de Jacob João Lorenzini, efetuasse o pagamento inicial do terreno, que serviria como novo estádio, à rua Paraíba, fundos com a rua Major Carlo Del Prete. A área, de aproximadamente 9.600 metros quadrados, pertencia a Joana Cavana e foi vendida a prazo; entrada mais dez prestações anuais. A primeira foi paga pelo presidente Jacob João Lorenzini, em 1.935; a última pelo presidente Lauro Garcia, em 1.945. O campo da rua Paraíba foi construído em quase dois anos e diversas "comissões", sempre compostas por três elementos, incumbiram-se do muro, da grama, da cerca, da arquibancada e assim por diante.

Na gestão de Henrique Lorenzini, novo estádio foi solenemente inaugurado em 1º de maio de 1.937, com imponentes arquibancadas de madeira que comportavam 600 pessoas sentadas, além de uma tribuna de honra, destacada do corpo das arquibancadas. Nessa oportunidade, o São Caetano E.C. jogou contra o Lapeaninho F.C. (e não contra a seleção da APEA, como ainda afirmam alguns), e venceu por 2 x 1.

A partir de sua inauguração, e no decorrer das décadas seguintes, até 1.953, o estádio da rua Paraíba foi palco de momentos importantes. As disputas do Campeonato da 2ª Divisão de Profissionais da Federação Paulista de Futebol empolgaram torcedores e lotavam as dependências. Grandes jogos amistosos, com equipes de renome do profissionalismo como Corinthians, São Paulo, Palmeiras, Santos, Portuguesa e, do Rio de Janeiro, o Madureira, marcavam as datas comemorativas da cidade e do clube. Era a tradição e o esporte, numa união perfeita, que orgulhava os habitantes da provinciana São Caetano.

Em 1.953, porém, veio a fusão com o Comercial F.C. da Capital, resultando no São Bento, como esperança para a cidade figurar como integrante da 1ª Divisão de Profissionais, junto aos grandes clubes. Os jogos já tinham um outro palco: o estádio construído pela Prefeitura no Bairro Olímpico, e o velho estádio da rua Paraíba foi desativado e loteado. A fusão não deu os resultados esperados e, desfeita, o São Caetano E.C. retomava o seu caminho, agora sem o futebol... Terminava assim um grande período de glórias, deixando um rastro de saudades e nostalgia na memória dos velhos sancaetanenses.

Nota

Este breve ensaio foi possível graças aos depoimentos de dois participantes ativos dos momentos relatados: Narciso Ferrari, ex-presidente do São Caetano E.C. no período pós-fusão e personalidade de destaque nos meios esportivos e sociais da cidade, e de Germano Miazzi, integrante das equipes do clube nas décadas de 20 e 30, e um dos marceneiros que colaboraram na construção de ambos os estádios. A eles, a nossa melhor gratidão.

(*) Oscar Garbelotto é advogado e professor universitário. Ocupou na Administração Pública os cargos de Diretor do Departamento de Educação e Cultura e Diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior, em São Caetano do Sul. Atualmente, preside o Conselho de Curadores da Fundação das Artes. Dedicou-se, também, ao estudo e à pesquisa da História de São Caetano do Sul. Descende de um dos fundadores da cidade, Antonio Garbelotto.

Reconstrução do passado

Mário DAL'MAS (*)

Céu azul
Manhã fria
O trinar dos pássaros anunciando o alvorecer
Uma tênue névoa cobrindo o capinzal
Colinas várzeas verdejantes
Rios de águas cristalinas
Olarias desativadas
A capelinha em ruínas
Na nave o zinzilular das andorinhas
É o chirriado das corujas
Uma picada sinuosa
Trilhos de aço
Ouve-se o apito
Chega a composição
E 28 de Julho
Italianos pisam o solo
Ferramentas de trabalhos aos ombros
Enxadas, pás, picaretas, alfange
Vaporando a locomotiva segue viagem
Silêncio...
Sibila o vento por entre o mato fino
Murmuram as águas dos rios
Atônitos contemplam o panorama verde de fundo azul
Lágrimas rolam pela face
Perde-se no espaço o chio de alguns animais
No silêncio o gorgear dos pássaros
Plumagem colorida e brilhante
Saltitam de galho em galho
Papa-capins, pintassilgos, canários, sanhaço, tizius, bem-te-vis, sem fins
Os pássaros-pretos se fazem ouvir com enérgico canto assobiado
É a melodia dos canários
É o cantarolar melancólico dos tico-ticos
A gritadeira alegre dos piriQUITOS
Os papa-capins participam com o musical agudo e delicado
As patativas com o cantar mavioso
No capinzal o alarido suave dos bicos-de-lacre
Os canários-do-campo soltam suas clarinadas
Com voz onomatopáica pioxós, bem-te-vis, interferem na
orquestração
O tiziu com seu cantarolar acrobático
O canto das cigarras emolduram o coro da passarada
É a sinfonia louvando a natureza
Os colibris estáticos no ar beijam as flores silvestres
Borboletas multicoloridas dançam sobre as capoeiras
Com este esplendor, os imigrantes são recepcionados
A trilha os conduz à capela
Reconstróem-na com Fé
Na cruz de Cristo, brasileiros e italianos se congregam
As duas raças se irmanam
A noite é despertada pelo coaxar das rãs
Aqui, acolá o cricrilar dos grilos
É o silvo das serpentes.

É o grito metálico dos sapos
É o pirilampo enfeitando o negrume da noite
Madrugam com enxada em punho
Chapéu e calças arregaçadas
Ombros curvados
Mãos calejadas
Ferramentas golpeiam o solo
Gemem as enxadas
Troa o machado
É o alfange ceifando o capim
É o facão abrindo clareiras
Surgem pomares, hortaliças e vinhedos
Os canaviais sussuram ao vento
Crava-se a pá no barro preto
Rangem as pipas amassando a argila
Bate a forma do oleiro
Fumegam os fornos
As canoas deslizam na correnteza dos rios
Os remos gorgulham nas águas
Das entranhas retiram areias e pedregulhos
Nesta sinfonia de trabalho, São Caetano cresce
Ouve-se o cacarejar das galinhas, mugido de bezerros
grunhido dos porcos, ladrar dos cães
É o ruflar dos pombos no céu anunciando liberdade e paz
É a vida do pequeno núcleo
A trilha se transforma em estradas
As estradas se multiplicam e se cruzam
É o chiado dos carros-de-boi
É o guizalhar dos burros
Constróem-se casinholas
Surgem quintais
Crianças brincam à sombra das árvores
Famílias crescem
Famílias se multiplicam
Famílias se entrelaçam
A cidade se desenvolve
É a sociedade sancaetanense em formação
Domingo
Cheiro de mato
Missa na capela
Crianças brincam nos quintais
Macarrão da Mamma
A pizza
A fugazza
Pescar
Banhar-se no rio
Gaiola em punho
Caçar passarinhos
Bola de meia
A pelada
O botequim
Gritos e batidas na mesa

“Crava-se a pá na barro preto
/Rangem as pipas amassando a argila
/É o tijolo construindo uma cidade inteira!”

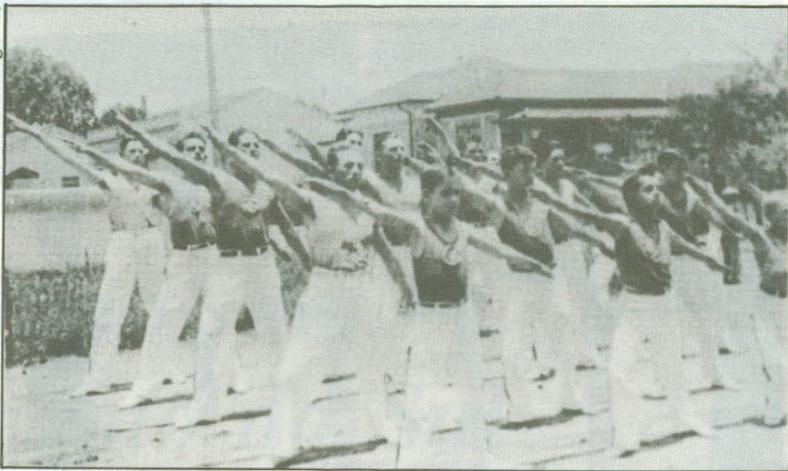
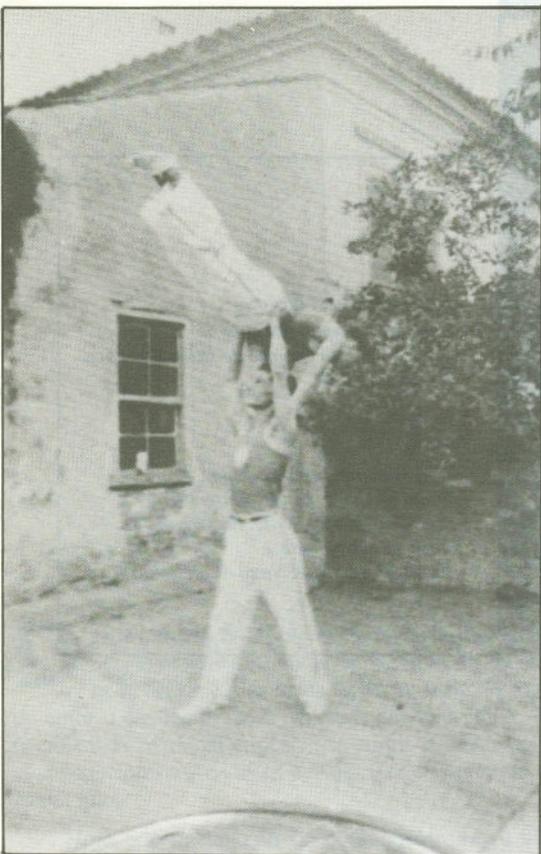


Ilustração: Jayme da Costa Patrão

É a *morra*
É o truço
As bolas de madeira rolam na quadra de bocha
O Bepo
Uma sanfona
A dança
Namoro no portão
No ouvido uma palavra amável
Nostálgicos cantam o *Mazzolin di Fiori*
A cidade cresce
Desponta a *Príncipe de Napoli*
Ergue-se o campo-santo
Instala-se a primeira escola
Fundam-se clubes
O tempo passa...
Repica o sino da capela anunciando prosperidade
A forja
Ferro em brasa
A bigorna
O tinir do metal
Saltam chispas de fogo
É o ferro domado
O tinir do metal substitui o canto dos pássaros
Chaminés rasgam o céu
Implantam-se caldeiras
É o zumbir dos motores
É a forja, o torno, os teares
É o zununar das máquinas
É a industrialização
O ruído invade o silêncio
As estrelas perdem o seu brilho
O azul do céu desvanece
A vegetação perde a viveza
Rios perecem
Gases industriais expulsam o hálito agreste
A natureza agredida sucumbe
Fogem os pássaros
É o apocalipse ecológico
E o progresso
São Caetano cresce
Se agiganta
Escravizada
Gritos
Gritos de liberdade
É o movimento autonomista
Um sonho

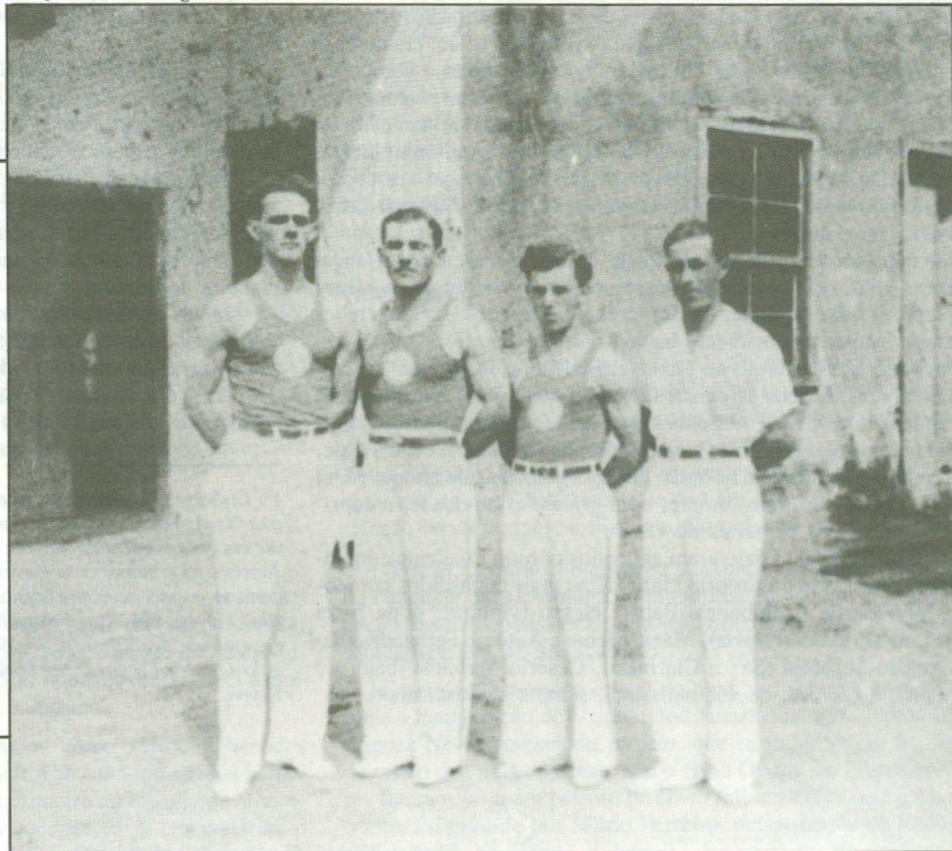
Escravizada e esquecida
Esgoto a céu aberto
Ruas de terra batida
Tímidos pontos de luz
Águas poluídas
Sem hospitais
Sem escolas
Sem creches
Escravizada esquecida agonizava
Desponta uma luz
Uma promessa
É a esperança
É o idealismo
É o *Jornal de São Caetano*
O paladino
O defensor
O guardião
É o toque da alvorada
Presentes líderes autonomistas
Gente brava
Destemida
Gente de luta
Valente
Tremula a bandeira autonomista
Gente se unia
Gente vibrava
Gente lutava
Partiram-se os grillhões
Raiou a *liberdade*,
Surge São Caetano do Sul
Gente nas janelas
Gente nas ruas
Gente cantava
Gente dançava
No céu o pipocar dos fogos de artifício
É o dobrado da banda
A buzina dos carros
O apito das fábricas
Repica o sino da igreja
É o canto das hosanas saudando a liberdade
É a alegria da vitória
Exemplo vivo de *amor e carinho*
Ao Príncipe dos Novos Municípios

(*) Mário Dal'Mas é engenheiro, formado pelo Mackenzie, empresário e diretor da Fábrica Dal'Mas S.A.

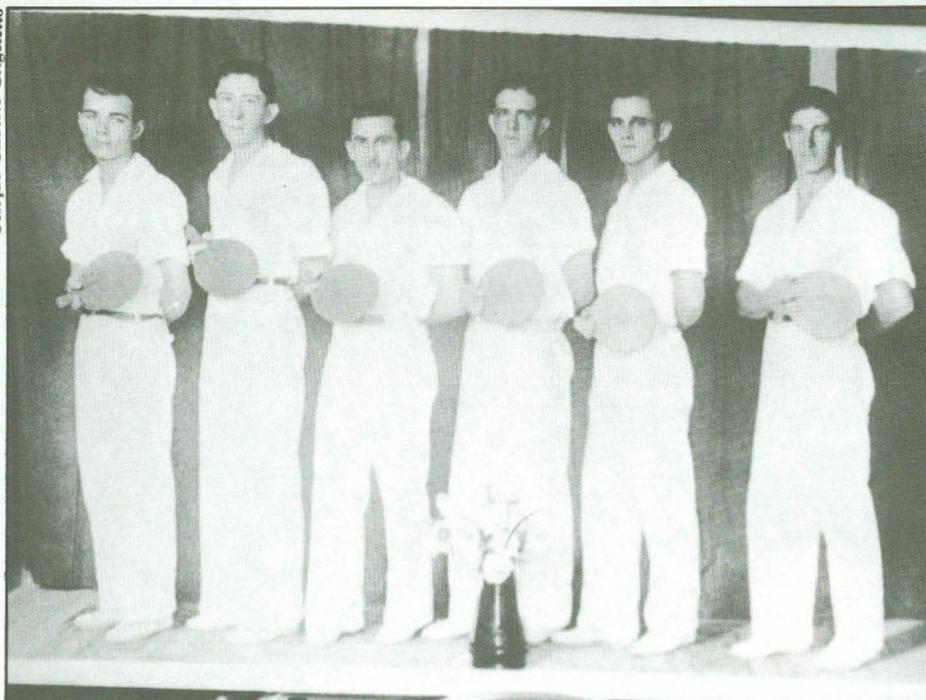


Demonstração ao ar livre, no final da década de 30, com a participação de adultos e crianças do Clube Esportivo Lázio

Gisberto Grigoletto sustenta nos braços Antônio Piccolo. Foto de 1º de maio de 1938, quando atletas de uma mesma família se reúnem para aquecer os músculos, nos fundos da casa em que residiam na rua Rio Branco (naquele tempo, trecho da rua Perrella, próximo à estrada de ferro). A apresentação marcaria o oitavo aniversário de fundação do Clube Esportivo Lázio



Clube Esportivo Lazio, 1º de maio de 1938: no mesmo local em que foi batida a fotografia anterior, da esquerda para a direita, Gisberto Grigoletto, Vittorio Piccolo, Antônio Piccolo e Angelo Piccolo (instrutor)



*Clube Esportivo Lázio:
equipe de pingue-pongue,
o mais popular esporte de salão da época,
em foto de 1934.*

*Da esquerda para a direita:
João Messaro, Duílio Giorgetti,
Antônio Catalan, Artemio Grigoletto,
Gisberto Grigoletto e
Cândido Zacarias Natal (Candinho)*

ram feitas ao ar livre, isso quando não iam se apresentar em cidades vizinhas tais como Paranapiacaba, Ribeirão Pires e Mauá.

No Lázio, os bailes eram estritamente familiares, o que acontecia também nos demais clubes locais. A frequência era destinada aos sócios e famílias, e poucos eram os convidados. No meio do salão, era comum a permanência de um ou dois diretores, que observavam o comportamento dos pares dançando. Os bailes carnavalescos tornavam-se uma grande festa das famílias, em todos os clubes. O entusiasmo reinante era de pura alegria, sem se cair na licenciosidade. Os jovens pulavam, dançavam e cantavam as alegres canções carnavalescas da época, tais como: *Seu cabelo não nega, Camélia, Moreninha, Loirinha, Sossega-Leão, Zé Pereira*, entre outras.

Não faltavam, em grande quantidade, confetes, serpentinas e lança-perfumes. Aliás, pela quantidade desses materiais varridos para a frente do clube, no dia seguinte, os diretores e sócios dos demais clubes procuravam avaliar o movimento havido na noite anterior.

Destaque, nos carnavais do Lázio, era a decoração. Graças à criatividade de alguns de seus associados, era um dos pontos que fascinava seus frequentadores. Enormes cubos suspensos no teto, girando continuamente; no palco, enormes hélices, girando lentamente contra a luz, fazendo refletir no músico e no salão nuanças coloridas de grande efeito visual. E, assim, variavam sempre, com grande criatividade, a caprichosa decoração dos carnavais do Lázio.

Todos os bailes do Lázio eram animados por um excelente conjunto, formado por gente do próprio clube. Seus mais conhecidos componentes: João Barile (trombone), Batista Negro (violino), dona Eliza (piano), Luiz Giorgetti (bateria), Mário Menin e Antônio Fernandes (bateria), Ângelo Veronesi (Sax e Clarineta), Cesério Veronesi (banjo) e Maria Fiori, a cantora, de voz belíssima, sempre se destacando.

Entre os músicos havia também um grande compositor, Casério Veronesi, privilegiado artista que compôs mais de cem canções, algumas das quais eram executadas pelo conjunto animador dos bailes do alvi-azul. Seu irmão, Ângelo, também, vez ou outra, dedicava-se a compor músicas.

A característica social do Clube Esportivo Lázio era modesta. Seus associados, quase todos os operários, dotados de poucos recursos econômicos, lutavam com grande entusiasmo e força de vontade, ao lado da diretoria, para proporcionar aos frequentadores entretenimentos saudáveis.

Durante toda a semana, havia atividades na sede social: treino dos atletas, algumas *trucadas*, jogos de pingue-pongue e ensaios de bailes, sempre às quartas-feiras, quando os jovens mais inibidos vinham aprender, com os amigos, os primeiros passos das danças da época. Era uma maneira de *quebrar o gelo* dos tímidos.

Já aos domingos era comum a programação de comitivas para assistir às partidas de futebol em outras cidades, quando famílias inteiras se organizavam num clima de alegria, amizade e respeito, para a torcida. Assim era a característica do sadio lazer proporcionado pelos clubes recreativos naquela saudosa década de 1930.

(*) *Gisberto Grigoletto nasceu em 19 de outubro de 1911, em Jaguari (atual Jaguariúna). Veio para São Caetano do Sul aos três anos de idade. Passou a residir em casa construída por seu pai, João Grigoletto, onde hoje é a rua Rio de Janeiro: foi a quarta casa construída no Bairro Monte Alegre. Grigoletto foi secretário e duas vezes presidente do Clube Esportivo Lázio, entre 1932 e 1936. Ainda jovem, começou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, unidade Água Branca, em 1925, como simples mensageiro, tendo se aposentado na mesma empresa, em abril de 1967, como chefe dos Escritórios da Unidade Rayon.*

Os hinos de São Caetano do Sul

D. Glenir SANTARNECCHI (*)

Desde a fundação da cidade, com a chegada dos imigrantes italianos, cantavam-se e entoavam-se diversas músicas e hinos da terra de origem. A saudade falava mais alto e o coração ressentia-se do amor e das lembranças deixadas na velha Itália. Mas o sentimento nacionalista, regional e local, iria surgir somente após os movimentos emancipacionistas, de 1928 e 1948, que culminaram com a criação do Município.

Hoje, São Caetano do Sul possui quatro hinos distintos: o Hino de São Caetano (hino oficial da cidade); o Hino Autonomista; o Hino do Centenário e o Hino Popular a São Caetano.

Hino do Santo Padroeiro

São Caetano di Thiène, conhecido como o santo da Divina Providência, é o santo padroeiro da cidade. Nascido em Vicenza, na Itália, em outubro de 1480, filho do conde Gaspar di Thiène e da condessa Maria Porto, recebeu o apelido de "Caçador de Almas". Foi fundador da Ordem dos Caetanos, Theatinos ou Chietinos, juntamente com o arcebispo João Pedro Carafa, que se tornou, mais tarde, o papa Paulo IV. Foi secretário particular do papa Júlio II e Protonotário Apostólico. Sua morte ocorreu em 7 de agosto de 1547, aos 67 anos. O calendário da Igreja consagra esse dia para homenageá-lo.

O Hino Popular a São Caetano, como é conhecido, tem como autor da letra e da música o padre Alexandre Grigoli, que foi vigário da paróquia de São Caetano (Matriz Velha), na década de 20, e cuja atuação foi decisiva para a construção da igreja da Sagrada Família. Esta informação, recente, foi obtida com a antiga organista da Matriz Velha, Palmira Batistel Novaes, que também possui uma partitura de uma "Ave Maria", composta pelo padre Grigoli.

Hino Autonomista

Arnaldo Viana, professor de esperanto, é autor da letra e da música do Hino Autonomista. Nasceu em São Paulo, a 21 de junho de 1924. É fundador da Associação Paulista de Esperanto. Fundou o Curso Municipal de Esperanto de São Caetano do Sul, onde lecionava (EEPG Angelo Vaquero). É ainda cirurgião-dentista e músico.

Como músico, é autor de diversos hinos, como o Hino do Senador Flaquer, que foi a primeira escola da cidade a ter um hino em sua homenagem (1965). O Hino Autonomista foi o primeiro do Município, e visa a homenagear os líderes autonomistas que, em 1948, comandaram o episódio que culminou com a separação de São Caetano do Sul do Município de Santo André. Arnaldo Vianna apresentou este hino, pela pri-

meira vez, em 7 de setembro de 1953, durante o governo do segundo prefeito da cidade, Anacleto Campanella.

Hino do Centenário

Edmar de Agostinho compôs a música e Antonio Carlos Rocha, a letra, do Hino do Centenário. Quando São Caetano do Sul comemorava o seu primeiro Centenário, em 1977, Agostinho foi incumbido pela Comissão de Festejos de realizar o trabalho, que consistia, ainda, na edição de um disco alusivo ao evento. Edmar de Agostinho é filho de família tradicional do Município — os D'Agostini —, nascido, criado e radicado até hoje no Bairro Fundação.

Antonio Carlos Rocha atuou como advogado, e hoje é empresário de estúdio de gravações em São Paulo. É natural de Araras(SP).

Para gravar o Hino do Centenário, foi convidada a Orquestra Osmar Milani, com as vozes dos Titulares do Ritmo. Também foram utilizadas vozes femininas das moças que compunham o Coral da orquestra do programa Silvio Santos. O arranjo musical foi feito pelo guitarrista Demércio, da Orquestra Osmar Milani. A primeira apresentação ocorreu na abertura dos festejos do Centenário, no Estádio Municipal Anacleto Campanella.

Hino Oficial

O Hino Oficial de São Caetano do Sul foi instituído pela Lei Municipal nº 549, de 23 de agosto de 1955. Seus autores são o professor Roberto Manzo, que compôs a música, e José de Almeida Filho, responsável pela letra. Roberto Manzo é professor da Fundação das Artes, onde chegou a ocupar o cargo de diretor. Nasceu em 1937, em São Paulo, vindo a radicar-se em São Caetano do Sul em 1943. José de Almeida Filho faleceu há doze anos, e dirigia a Corporação Musical Santa Cecília.

Em 1955, durante o governo de Anacleto Campanella, foi instituído concurso para a escolha do hino oficial do Município com a participação das duas bandas existentes: Corporação Musical Santa Cecília e Banda Musical de São Caetano.

A primeira apresentação oficial do hino, em solenidade, aconteceu durante a inauguração do Viaduto dos Autonomistas. O vereador Luiz Rodrigues Neves apresentou projeto, que se transformou na Lei nº 549, de modo que música e texto são o Hino Oficial do Município. Os autores fizeram jus a um prêmio de cinco mil cruzeiros (antigos). Em 1967, o hino foi gravado por Mário Ferreira, então diretor da Rádio Cacique e distribuído na cidade, a despeito dos protestos do professor Roberto Manzo, porque havia irregularidades na melodia.

HINO OFICIAL DE SÃO CAETANO DO SUL

música: Roberto Manzo
letra: José de Almeida Filho

São Caetano pequeno gigante
Sob um céu estrelado e de anil
És cidade, trabalho, és progresso
És infante do nosso Brasil.
Do passado nos resta lembrança
De heróis que souberam te erguer
Para frente, para frente
São Caetano, tu tens que crescer.

Do triângulo, jóia para
Dá exemplo de teu vigor
E tua luta não pára
É grande o teu valor. (Bis)

Mais e mais chaminés se levantam
Apitos fazem-se ouvir
Do trabalho é tua glória.
De grandeza será teu porvir.
No futuro será monumento.
O Brasil saberá te eleger
Para frente, para frente
São Caetano, tu tens que crescer.

Do triângulo, jóia rara...etc. (Estrilho)

HINO AUTONOMISTA

Letra e Música: Arnaldo Vianna

I

São Caetano do Sul teu valor
Deverá ser cantado com ardor
Pelo teu nobre povo generoso
Forte, Bravo, Culto e Operoso.

II

Pois que sendo em tamanho menor
É em tudo quase sempre o maior
Foste obra de heróico imigrante
Que por ti deixou a Pátria distante.

III

Teu progresso é algo sensacional
Tua pujança é fato excepcional
E autônomo terás mais ascensão
E o respeito de toda Nação.

Estrilho

São Caetano do Sul, ei avante
Teu porvir será sempre brilhante.

HINO POPULAR A SÃO CAETANO

Letra e Música: Pe. Alexandre Grigoli

São Caetano, terno amigo
Da Divina Providência,
Imploramos assistência
Deste exílio no penar.
Os favores nos alcança
Do bom Pai que a todos ama,
Sobre teus devotos chama
Fé, saúde, honrado Pão.

São Caetano...
Do trabalho que nos cansa
Copioso seja o fruto
A doença afasta e o luto
De quem vive do suor.

São Caetano...

HINO DO CENTENÁRIO

música: Edmar de Agostinho
letra: Antonio Carlos Rocha

São Caetano do Sul
Meu pedaço de chão
Meu pequeno gigante.
São Caetano do Sul
Meu amor, com razão,
Por você é constante.

Não existe céu
Como o que existe aqui.
Nem existe um povo
Mais unido, mais feliz.

Meu São Caetano
Tão grande, tão lindo
Tão cheio de amor e de paz.

Meu São Caetano
Quem já lhe conhece
Não pode esquecê-lo jamais.

Meu São Caetano do Sul
É bom ser um dos filhos seus.

Nascer em seus braços
Ó meu São Caetano
Na certa é benção de Deus.

São Caetano do Sul
Meu pedaço de chão
Meu pequeno gigante.

No ano do seu Centenário
Todos nós lhe desejamos
Um Feliz Aniversário
São Paulo, Parabéns!

(*) D. Glenir Santarnecchi é advogado, professor, Mestre em Direito Civil, escritor e jornalista. Atuou, durante décadas, na Prefeitura de São Caetano do Sul. É autor de diversos artigos e opúsculos sobre a História da cidade e do santo padroeiro.

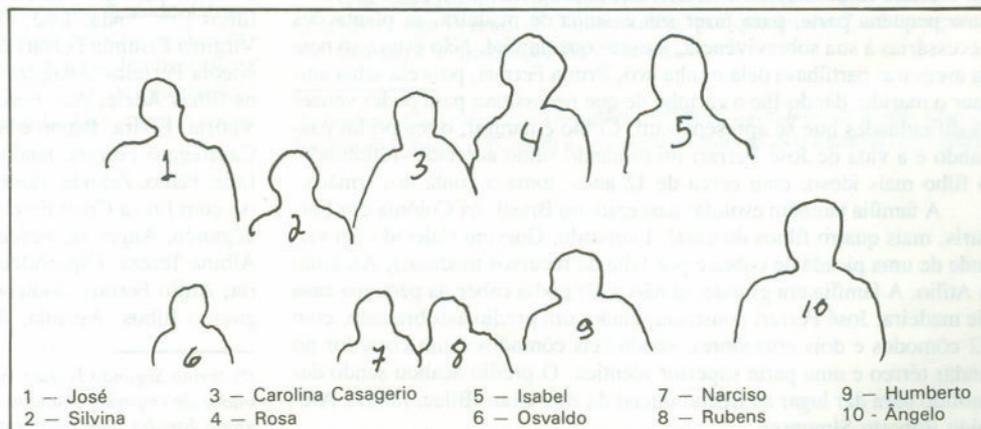
Homenagem

O imigrante José Ferrari

Verino Segundo FERRARI (*)



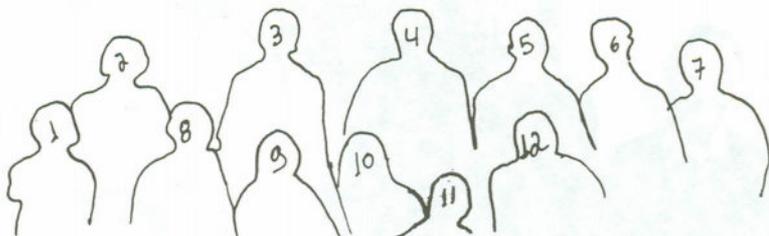
A família de José Ferrari, em foto de 1935



A família de Archinto Ferrari
em foto de 1933



- 1 - Albina
- 2 - Mercedes
- 3 - Angelina
- 4 - Antonio
- 5 - Verino
- 6 - Ferdinando
- 7 - Virgílio
- 8 - Luiza
- 9 - Olga
- 10 - Prima
- 11 - Vergina
- 12 - Archinto



José Ferrari, meu avô, embarcou no porto de Gênova, com a esposa e cinco filhos, para iniciar sua grande aventura: chegar à terra desconhecida, ao Brasil, a São Paulo, ao Tijuçuçu. Antes, havia providenciado o Certificado de mudança de residência (número 166, de 4 de setembro de 1877) e o passaporte, de número 27, expedido em 10 de outubro do mesmo ano. Chegou ao porto de Santos em 4 de janeiro de 1878.

Sua chegada representava a segunda leva de imigrantes italianos. De Santos foi transferido para a Terra de Tijuçuçu, próximo à igreja matriz velha, para uma casa chamada de *Imigração*. Ali permaneceu durante uma temporada. Ali mesmo, por falta de recursos médicos, faleceu sua filha, Emília, que ainda não tinha completado um ano de idade.

O representante do Governo Imperial destinou-lhe um terreno, no valor de cinquenta e um mil réis. A área constituiu a Colônia do Ferrari, que podemos descrever do seguinte modo: 'Como cabeceria, a Rua Espírito Santo, começando à Rua Conceição, indo até a Rua São Paulo. Da Rua São Paulo ia até o Rio dos Meninos e dali até encontrar, novamente, a rua Conceição'.

Tendo recebido essa área enorme, José Ferrari começou a preparar uma pequena parte, para fazer sua casinha de madeira, as plantações necessárias à sua sobrevivência, mesmo que parcial. Não estava só nessa aventura: partilhava dela minha avó, Prima Ferrari, pois ela sabia animar o marido, dando-lhe o carinho de que necessitava para poder vencer as dificuldades que se apresentavam, então, o tempo foi passando e a vida de José Ferrari foi tomando rumo acertado. Raimundo, o filho mais idoso, com cerca de 12 anos, tomava conta dos irmãos.

A família também evoluía: nasceram no Brasil, na Colônia dos Ferraris, mais quatro filhos do casal: Leonardo, Guerino (falecido em virtude de uma picada de cobra e por falta de recursos médicos), Archinto e Atilio. A família era grande; já não mais podia caber na pequena casa de madeira, José Ferrari construiu, então, um prédio assobradado, com 12 cômodos e dois corredores, sendo seis cômodos e um corredor no andar térreo e uma parte superior idêntica. O prédio acabou sendo demolido para dar lugar ao trecho inicial da Rua Olavo Bilac, junto à Avenida Roberto Simonsen.

José Ferrari viveu 53 anos, até o dia 31 de maio de 1897. Foi sepultado no cemitério do Brás. Prima Ferrari viveu 90 anos, até 6 de fevereiro de 1938. Foi sepultada no cemitério de Vila Paula, em São Caetano do Sul, no jazigo do filho Archinto. José (Giuseppe) Ferrari, filho de Natale Ferrari e Draghi Rosalia Ferrari, nasceu em 30 de outubro de 1844, num lugarejo chamado San Giàcomo della Segnatte, Comuna di Giusetto, circunscrição de Mantova, Itália. Prima Rezzagui Ferrari, filha de Geosafà e Maria Rezzagui, nasceu em 22 de junho de 1848.

Os filhos nascidos na Itália foram os seguintes: Raimundo Graciano Ferrari (29 de julho de 1868), Remigio Marcello Ferrari (8 de julho de 1870), Virginia Erminia Ferrari (30 de abril de 1874), Adalgiza Tereza Ferrari (31 de agosto de 1879) e Emilia Ferrari (28 de maio de 1877). No Brasil, nasceram, por seu turno: Leonardo (29 de janeiro de 1880), Guerino, Archinto Ananias (18 de agosto de 1882) e Atilio (21 de janeiro de 1886).

Todos os filhos do casal José e Prima Ferrari casaram, tiveram filhos, conforme a relação abaixo: Raimundo Graciano Ferrari casou com Marieta Santi Ferrari, e tiveram os filhos Eliza, Cesira, Francisco, João e Santa; Remigio Marcello Ferrari casou com Luiza Ferrari, tendo os filhos Ermelinda, José, Gildo (morto num acidente), Julieta e Maria; Virginia Erminia Ferrari casou-se com Carmo Perrella e tiveram o filho Nicola Perrella; Adalgiza Tereza Ferrari casou com Luiz Sigolo, tendo os filhos Adele, Americo, Mario, Maria, Alberto, Ida, Aldo Palmiro, Vitória, Elvira, Bruno e Ana; Leonardo Ferrari casou-se com Carolina Casareggio Ferrari, tendo os filhos Ângelo, Henriqueta, Maria, José, Luiz, Pedro, Zelinda, Rosa e Maria Rosa; Archinto Ananias Ferrari casou-se com Luiza Coan Ferrari, tendo os filhos Antonio Domingos, Verino Segundo, Angelina, Ferdinando Domenico, Virgílio, Mercedes Maria, Albina Tereza, Olga Adelina, Virginia (falecida jovem) e Virginia Maria; Atilio Ferrari casou-se com Henriqueta Galo Ferrari, tendo os seguintes filhos: Assunta, Amélia, Adelino Antonio e Ana Maria.

(*) Verino Segundo Ferrari, neto de José Ferrari, contador, professor e administrador de empresas. Fundou e foi o primeiro diretor do Instituto de Ensino Sagrada Família, que completou 50 anos de atividade em março de 1989.

Opinião

Grupo Escolar Senador Fláquer (1926-1930)

Jordano P.S. VINCENZI (*)

Passando pela Estação Rodoviária, detive-me para observar um vendedor de milho cozido, próximo à cabina de vendas de passagens para o Litoral, que jogava as palhas fervidas no leito do asfalto. Perguntei-lhe se não era mais fácil juntá-las num saco plástico ou outro recipiente qualquer do que fazer tamanha sujeira. Ele nada respondeu. Acredito que a taxa que se paga (se é que se paga) não cobre as despesas de manutenção da limpeza. Deveria haver multa da fiscalização e, na reincidência, o recolhimento do carrinho, medida extensiva a todos aqueles que emporcalham a cidade, não excluindo alguns (poucos) comerciantes que até cacos de vidro varre, para a sarjeta.

No vaivém da cidade de quinze quilômetros quadrados e quase duzentos mil habitantes, além do número considerável de veículos, quem não encontra facilidade para estacionar, coloca o carro sobre a calçada. Bares e similares também acabam tendo mesas e cadeiras colocadas sobre as calçadas, obrigando os pedestres a transitar sobre o leito carroçável, pondo a vida em risco.

Na Casa da Amizade, onde cheguei a cooperar, presenciei dois casos em que tive de tomar decisões. Primeiro, um menino de onze ou doze anos estava no telhado do prédio, empinando pipa. Ele continuou ali em cima, tranqüilo. O risco de quebrar telhas ou machucar-se, colocou-me em choque de responsabilidade. Ameacei: Se você não descer, chamarei a Polícia!. Obedeceu, a custo. Mas o zelador disse que era comum haver meninos no telhado, que não obedecem e ainda fazem gozação. O segundo caso aconteceu no terreno situado ao lado da Casa da Amizade, terreno murado. Dois rapazes, entre dezoito e vinte e quatro anos, um dentro do terreno e o outro sobre o muro, em pleno dia, tiravam pontalotes, tábuas, compensados, etc., para fazer uso em suas casas. Chamei a atenção deles, dizendo que era feio o que estavam fazendo. Observei que o material havia sido doado para uma nova construção da Casa da Amizade, o que, de fato, foi executado. Não gostaram da observação. Então, fui mais claro e disse que se tratava de invasão de propriedade e roubo. Ofenderam-se. Disseram que não eram ladrões, porque o material estava abandonado no terreno.

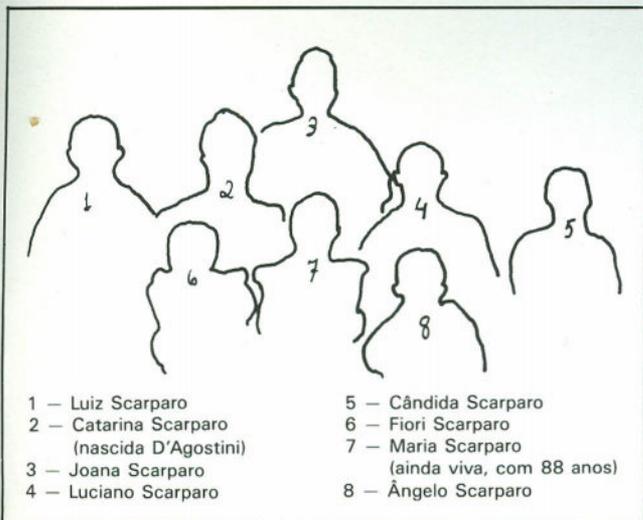
Passados alguns dias, depois de ter refletido sobre esses e outros fatos, comecei a imaginar o que mudou, por que mudou, e lembrei-me de minha infância, dos ensinamentos de meus pais e familiares, daquilo que aprendi na Escola Príncipe di Napoli (1925) e no Grupo Escolar Senador Fláquer (1926-1930).

A época do Grupo Escolar Senador Fláquer: quando um tostão (cem réis) comprava quatro balas; duzentos réis compravam um café ou um jornal, passagem de bonde ou de trem; quando os professores ganhavam o suficiente para o seu sustento e eram respeitados como se fossem segundos pais (a maioria vinha de São Paulo no "trem dos professores"). O diretor Jorge Perenou e o servente Lima residiam próximo ao local de trabalho. Ao toque da sineta, perfilávamo-nos, segundo a classe. E durante a revista, procedida pelo diretor, eram observadas roupa, orelhas, cabeça, unhas. Se algo estivesse em desacordo, o diretor mandava o aluno voltar para casa, e dizia em bom tom: "Pobreza não é sujeira. A água do poço nada custa (não tínhamos rede de água). A roupa pode ser pobre, mas limpa." Havia aula de Civismo, cantávamos o Hino Nacional e os hinos correspondentes aos das datas históricas, realçando sempre o amor à pátria e à bandeira.

No período escolar, recebíamos aulas de amor aos pais, à família e de respeito aos semelhantes. Diziam-nos para não sujar as calçadas e se encontrássemos lixo na rua, que devíamos removê-lo até a sarjeta; que devíamos deixar a parte interna da calçada para os mais idosos, senhores e crianças e ajudá-los na travessia da rua. Nos porões do grupo aprendíamos trabalhos manuais, tais como: fazer sacolas de barbante, peças de madeira com serra tico-tico, vasos decorados com breu e purpurina, trabalhos em rafia, pintura, etc. O Grupo Escoteiro da escola proporcionava-nos aulas de Civismo, companheirismo e responsabilidade.

Que saudade do Grupo Escolar Senador Fláquer! Que saudade do educador Jorge Perenou! O que mudou? por que mudou? — é a resposta que fica para a meditação de cada um...

(*) Jordano P.S. Vincenzi foi vereador (1949-1953), presidente do Rotary Club de São Caetano do Sul (1957-1958) e presidente do Hospital São Caetano (1959-1960).



- | | |
|---|----------------------|
| 1 — Luiz Scarparo | 5 — Cândida Scarparo |
| 2 — Catarina Scarparo
(nascida D'Agostini) | 6 — Fiori Scarparo |
| 3 — Joana Scarparo
(ainda viva, com 88 anos) | 7 — Maria Scarparo |
| 4 — Luciano Scarparo | 8 — Ângelo Scarparo |



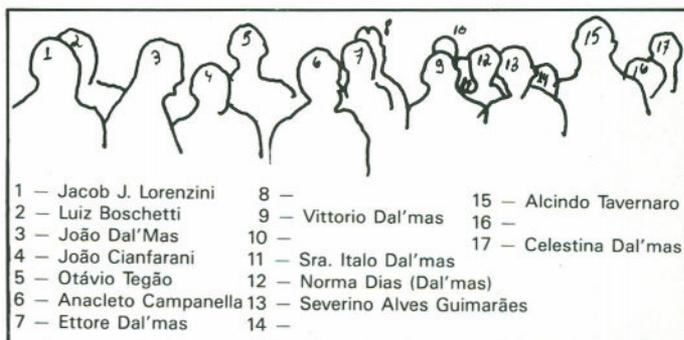
A família de Luciano Scarparo, em foto tirada entre 1905 e 1906. Luciano chegou ao Brasil, vindo de Pádua

Coleção Egídio Scarparo

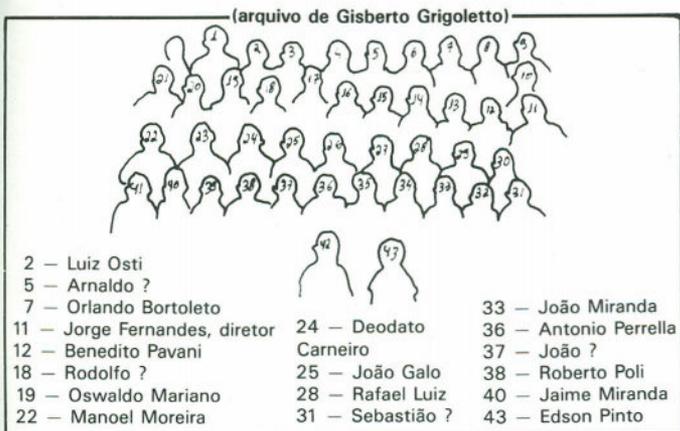


Inauguração do Cine Vitória, em 1953

Coleção Oscar Garbelotto



- | | | |
|-------------------------|-------------------------------|------------------------|
| 1 — Jacob J. Lorenzini | 8 — | 15 — Alcindo Tavernaro |
| 2 — Luiz Boschetti | 9 — Vittorio Dal'mas | 16 — |
| 3 — João Dal'mas | 10 — | 17 — Celestina Dal'mas |
| 4 — João Cianfarani | 11 — Sra. Italo Dal'mas | |
| 5 — Otávio Tegão | 12 — Norma Dias (Dal'mas) | |
| 6 — Anacleto Campanella | 13 — Severino Alves Guimarães | |
| 7 — Ettore Dal'mas | 14 — | |



(arquivo de Gisberto Grigoletto)

- | | |
|-------------------------------|-----------------------|
| 2 — Luiz Osti | 33 — João Miranda |
| 5 — Arnaldo ? | 36 — Antonio Perrella |
| 7 — Orlando Bortoleto | 37 — João ? |
| 11 — Jorge Fernandes, diretor | 38 — Roberto Poli |
| 12 — Benedito Pavani | 40 — Jaime Miranda |
| 18 — Rodolfo ? | 43 — Edson Pinto |
| 19 — Oswaldo Mariano | |
| 22 — Manoel Moreira | |
| 24 — Deodato Carneiro | |
| 25 — João Galo | |
| 28 — Rafael Luiz | |
| 31 — Sebastião ? | |



Foto dos alunos do 2º ano masculino B do Grupo Escolar Senador Fláquer, de 1940

Coleção João Miranda

